

WALDIR EGENOLF PROCHNOW

**ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM SELO AMBIENTAL  
PARA ROTEIROS ECOTURÍSTICOS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão Ambiental do curso de mestrado Profissional em Gestão Ambiental, Universidade Positivo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Eliane Carvalho de Vasconcelos

CURITIBA

2008

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da Universidade Positivo - Curitiba – PR

P963 Prochnow, Waldir Egenolf.

Elaboração de diretrizes para criação de um selo ambiental para roteiros ecoturísticos / Waldir Egenolf Prochnow. – Curitiba : Universidade Positivo, 2008.

122 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Positivo, 2008.

Orientadora : Dra.Eliane Carvalho de Vasconcelos.

1.Ecoturismo – Roteiros. 2. Certificação. I. Título.

CDU 379.8.095

**TÍTULO: “ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM SELO AMBIENTAL PARA ROTEIROS ECOTURÍSTICOS”**

*ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM GESTÃO AMBIENTAL (área de concentração: gestão ambiental) PELO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO AMBIENTAL DA UNIVERSIDADE POSITIVO - UP. A DISSERTAÇÃO FOI APROVADA EM SUA FORMA FINAL EM SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA, NO DIA 30 DE MARÇO DE 2008, PELA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PELOS SEGUINTE PROFESSORES:*

- 1) Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliane Carvalho de Vasconcelos – UP (Presidente)*
- 2) Prof. Dr. Roberto dos Santos Bartholo Júnior - UFRJ (Examinador)*
- 3) Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Leila Teresinha Maranhão – UP (Examinadora)*
- 4) Prof. Dr. Klaus Dieter Sautter – UP (Examinador)*

*CURITIBA – PR, BRASIL*

---

*PROF. DR. MAURÍCIO DZIEDZIC*  
*COORDENADOR DO PROGRAMA DE MESTRADO EM GESTÃO AMBIENTAL*

## **DEDICATÓRIA**

Primeiramente a Deus, que sempre proveu.

A minha amada e querida esposa, Ilse, por se privar da minha presença e que nunca me deixou desistir, mesmo diante da constante incerteza quanto ao momento seguinte.

Aos meus filhos, Bruna Larissa e Guilherme, cujo desafio deste trabalho tornou-se razão e exemplo.

Ao Dario Luiz Dias Paixão, coordenador do Curso de Turismo da Universidade Positivo, que abriu e mostrou o caminho.

## AGRADECIMENTOS

De modo particular, a minha orientadora, Profa. Dra. Eliane Vasconcelos, cujas orientações sempre terminaram em esperança, otimismo, confiança, tranquilidade e objetividade.

Aos meus colegas professores “tempo integral” do Curso de Turismo da Universidade Positivo, André Berberi, Carlos Eduardo Silveira (Caê), Nicolas Ramirez e Valdir Cobos, fontes de inspiração e distração (nos momentos certos).

A minha colega professora Henriette Cordeiro Guérios, eterna conselheira, cujas “caronas-convivência” proporcionaram muitas e calorosas conversas sobre trilhar projetos e metas pessoais semelhantes, apesar de caminhos diferentes.

Aos demais colegas professores do Curso de Turismo da Universidade Positivo, inclusos aqueles que já trilharam outros caminhos.

Ao colega do Mestrado Profissional em Gestão Ambiental (MPGA) da Universidade Positivo, Fábio Muniz, por compreender frustrações e instigar a um eterno “lutar sempre”, atitudes dignas de um verdadeiro amigo. E que também conhece Trombudo Central/SC.

A professora do MPGA, Dra. Giselle Chalub Martins, cujos créditos obtiveram os melhores resultados exatamente por incluir e ensinar as ciências humanas e o patrimônio cultural neste mestrado.

Aos demais professores do MPGA, que me ensinaram novos conhecimentos, mesmo que uma primeira vez não fosse suficiente.

Aos demais colegas dos diversos créditos do MPGA (Mirieli, Graziela, Jair, Cláudia, Ana Carolina, Tânia, Jorge Mattar, Jorge e Alexandre e tantos outros) pela amizade, momentos, trabalhos e objetivos comuns.

A todos os meus familiares, de Agrolândia/SC e Itu/SP, que além de se privarem da minha presença ao longo destes dois últimos anos, sempre compreenderam e apoiaram a importância desta fase.

A todos os meus amigos do Cicloturismo de Morretes (Antunes, Marcelo, Jefferson, Marcos, Yamashita e outros mais) e do ZetecClub (Luciano e Alex), por aguardarem o meu retorno aos passeios e encontros.

A todos que contribuíram para a realização desta dissertação, lembrados neste momento, cada qual à sua maneira.

*Não seja tímido para falar em seus valores, porque estes são o seu principal ativo.*

*Justin Francis – Diretor da Agência *Responsible Travel**

## RESUMO

A partir do ambiente natural (água, solo, ar, fauna e flora), a sociedade foi produzindo inúmeras formas de ser e estar no mundo e o ecoturismo, entendido como um conjunto de atividades capazes de satisfazer as aspirações mais diversas, incitam os indivíduos (ecoturistas) desta sociedade a deslocar-se do seu universo cotidiano para estes ambientes, constituindo-se numa das possibilidades de estar no mundo, neste meio ambiente. A atividade do ecoturismo, identificada como intermediadora, organizadora e promotora entre oferta de patrimônios naturais e a demanda destas aspirações dos ecoturistas, passa pelo reconhecimento de que o meio ambiente constitui-se em condição indispensável à sua existência e desenvolvimento, mas que pela fragilidade do patrimônio natural, onde algumas explorações intensivas – o próprio ecoturismo incluído – o alteram de forma irreversível. Constata-se que esta atividade depende da qualidade e da proteção destes patrimônios naturais, sendo necessário considerar sua utilização para o desenvolvimento socioeconômico das regiões com esses atrativos. A partir do estudo das diversas iniciativas no mundo de certificação neste segmento (operadoras ecoturísticas) e por meio de um sistema de gestão ambiental, elaboraram-se doze diretrizes, categorizadas como estratégias para a inserção competitiva destas empresas no contexto do mercado. O estabelecimento destas diretrizes elaboradas deve ser efetuado voltado para seus produtos (pacotes ou roteiros em/para ambientes naturais), sendo que a sistemática de certificação segue o método típico das empresas. As diretrizes deste sistema de gestão, composto por política ambiental, responsabilidades e recursos, mecanismos de revisão, monitoramento e melhoria contínua, entre outros, são aplicados na administração das operadoras e nas etapas de planejamento, comercialização e operação dos roteiros ecoturísticos. A discussão discorreu sobre a efetividade destas diretrizes, particularizando e elencando as respectivas etapas aplicáveis aos produtos das operadoras (os roteiros ecoturísticos). Isto, a fim de atingir a meta da certificação, ao menor custo, de forma permanente e para que possam configurar-se na estratégia mais indicada e passível de melhores resultados, significando uma equiparação da gestão ambiental das operadoras brasileiras àquelas reconhecidas mundialmente. Este trabalho concluiu que há a inexistência e conseqüente necessidade de utilizar estas diretrizes e procedimentos padronizados como forma

de certificar os roteiros ecoturísticos, planejados, comercializados e operados por operadores ecoturísticos. A utilização destas diretrizes, por meio de um selo verde, considera esta identidade “verde” como premissa para a condução racional da ocupação territorial, proteção da atratividade e originalidade dos patrimônios naturais e qualidade dos serviços turísticos, fatores de promoção do turismo sustentável.

Palavras-chave: ecoturismo; operadoras; roteiros; certificação; sustentabilidade.

## **ABSTRACT**

Human society has produced a number of ways of being part of the world out of natural environment (water, earth, air, fauna and flora). Ecotourism, perceived as a group of activities oriented to fulfil a variety of needs and desires, motivates individuals of this society (ecotourists) to move away from their day to day universe to these environments, turning to a possibility for them to be at the world in the natural environment. Ecotourism as an activity that at the same time intermediates organises and promotes natural resources as part of the tourism supply and the demands as the desires of these ecotourists; incites the acknowledgement that the environment is an undisputed condition for ecotourism existence and development. However, given the vulnerability of natural heritage, intensive use – by ecotourism as well, changes the environment irreversibly. It has been identified that ecotourism depends on natural resources protection and at the same time must be considered an alternative to socioeconomic development of the areas where such attractions are to be found. Starting out from a number of initiatives regarding certification in the tourism sector (tour operators) and through environmental management, twelve guidelines have been developed, categorised as a means competitive market participation of these enterprises. The establishment of guidelines must be developed focusing the tour operators' products - packages and tours from and to natural environments, considering the singularity of the sector's system towards certification. The managerial system guidelines include environmental policy, responsibility and resources, revision methods, follow up and constant improvement and are to be applied at tour operators administration as well as during planning, marketing and operation of ecotourism tours and packages. This work discussed the effectiveness of these guidelines, isolating and placing the tour operator products phases on which these guidelines may take place. The goal was to accomplish certification at low cost and permanently so that it could become the best strategy, both in terms of indication and results, in order to allow Brazilian tour operators to match the worldwide top tour operators in terms of environmental management. This work concluded that, as there is no guidelines and pattern procedures that certify ecotourism tours planned, marketed and operated by ecotourism tour operators. Hence, it is necessary to create such guidelines. Therefore, their use by way of a green stamp, considers this "green identity" as a

premise to rational land occupation, attractiveness and originality of natural heritage, as well as tourism services quality, all of them key points for sustainable tourism development.

Key-words: ecotourism; tour operators; tours; certification; sustainability.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAV – Associação Brasileira das Agências de Viagens

ABETA – Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura

ABNT – Associação Brasileira das Normas Técnicas

APEX-Brasil – Agência de Promoção de Exportações e Investimentos

AVT – Agência de Viagens e Turismo

BRAZTOA – *Brazil Tour-Operator Association* (Associação Brasileira das Operadoras Turísticas)

CBTS – Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável

CCOTS - Código de Conduta para o Operador Turístico Sustentável

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IH – Instituto de Hospitalidade

ISO – *International Standardization Organization* (Organização Internacional para Normalização)

MMA – Ministério do Meio Ambiente

NBR – Norma Brasileira

OE – Operadora Ecoturística ou Operadora de Ecoturismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OT – Operadoras Turísticas ou Operadoras de Turismo

PCTS – Programa de Certificação em Turismo Sustentável

PME – Pequenas e médias empresas

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RE – Roteiro Ecoturístico ou Roteiro de Ecoturismo

SGA – Sistema de Gestão Ambiental

TIES – *The International Ecotourism Society* (Sociedade Internacional de Ecoturismo)

TOI – *Tour Operator Initiative for Sustainable Tourism Development* (Iniciativas das Operadoras Turísticas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável)

UNEP – *United Nations Environment Programme* (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas)

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Educational Organization* (Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura)

WCED – *World Commission on Environment and Development* (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente)

WTTC – *World Travel and Tourism Council* (Conselho Mundial de Viagens e Turismo)

WWF – *World Wildlife Foundation* (Fundação Mundial para a Natureza)

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>   | <b>14</b> |
| 1.1 OBJETIVO  | 18        |
| <b>2 REVISÃO DA LITERATURA</b>  | <b>19</b> |
| 2.1 MARCOS DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ECOTURISMO  | 19        |
| 2.1.1 Definições primordiais de Ecoturismo e Turismo Sustentável: a relação entre turismo e meio ambiente                             | 24        |
| 2.1.2 Modalidades do Ecoturismo e termos associados   | 30        |
| 2.1.3 Impactos do Ecoturismo  | 31        |
| 2.1.4 As Operadoras Ecoturísticas no contexto da atividade turística e ambientalmente responsáveis                                    | 35        |
| 2.1.5 Planejamento, comercialização e operação de um roteiro ecoturístico   | 39        |
| 2.2 DIRETRIZES, CÓDIGOS DE CONDUTA E RECOMENDAÇÕES PARA A CRIAÇÃO DE SELOS ECOLÓGICOS EM ECOTURISMO – O DESPERTAR PARA A CERTIFICAÇÃO | 42        |
| 2.2.1 Diretrizes da Sociedade Internacional de Ecoturismo   | 42        |
| 2.2.2 Carta de Lanzarote  | 43        |
| 2.2.3 Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável  | 44        |
| 2.2.4 Normas da Série ISO 14000 (14024 – Rotulagem Ambiental)   | 45        |
| 2.2.5 Código Mundial de Ética no Turismo  | 46        |
| 2.2.6 Acordo de Mohonk  | 47        |
| 2.2.7 Declaração de Ecoturismo de Quebec  | 49        |
| 2.2.8 Matriz para Revisão de Avaliação do Impacto Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável de Troumbis                            | 50        |
| 2.2.9 Código de Conduta do Operador Turístico Sustentável   | 52        |
| 2.2.10 Escala de Níveis de Shores   | 53        |
| 2.3 ASPECTOS DA CERTIFICAÇÃO EM ECOTURISMO  | 54        |
| 2.3.1 <i>Responsible Travel</i>   | 67        |
| 2.3.2 Código de Conduta da ABETA  | 67        |
| 2.3.3 Código de Práticas para Operadoras de Ecoturismo do site EcoViagem  | 68        |
| 2.3.4 Programa de Certificação em Turismo Sustentável   | 69        |

|   |            |
|---|------------|
| <b>3 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>   | <b>74</b>  |
| 3.1 AÇÕES DESEMPENHADAS POR OPERADORAS ECOTURÍSTICAS<br>BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL | 74         |
| 3.2 DIRETRIZES PARA CERTIFICAÇÃO DE ROTEIROS ECO TURÍSTICOS   | 78         |
| 3.2.1 Sistema de Gestão Ambiental (SGA)   | 78         |
| 3.2.2 Recomendações da OMT para Selos Ecológicos  | 79         |
| 3.3 DISCUSSÃO DAS DIRETRIZES  | 82         |
| 3.3.1 Diretriz 1 – Política Ambiental   | 83         |
| 3.3.2 Diretriz 2 – Identificação dos potenciais impactos  | 85         |
| 3.3.3 Diretriz 3 – Atender a legislação   | 89         |
| 3.3.4 Diretriz 4 – Estabelecer objetivos e metas ambientais   | 89         |
| 3.3.5 Diretriz 5 – Gestão do consumo racional   | 91         |
| 3.3.6 Diretriz 6 – Alocação de recursos   | 91         |
| 3.3.7 Diretriz 7 – Atribuições e responsabilidades  | 92         |
| 3.3.8 Diretriz 8 – Educação ambiental   | 93         |
| 3.3.9 Diretriz 9 – Comunicação  | 93         |
| 3.3.10 Diretriz 10 - Controle Operacional   | 94         |
| 3.3.10.1 Ações de emergência  | 95         |
| 3.3.10.2 Manutenção   | 96         |
| 3.3.10.3 Monitoramento e ações preventivas  | 96         |
| 3.3.11 Diretriz 11 – Auditorias   | 96         |
| 3.3.12 Diretriz 12 – Melhoria Contínua  | 97         |
| <b>4 CONCLUSÃO</b>  | <b>99</b>  |
| <b>5 REFERÊNCIAS</b>  | <b>101</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Uma das alternativas viáveis de desenvolvimento sustentável em ambientes naturais tem encontrado na atividade turística um dos principais mecanismos.

Somente políticas de preservação e desenvolvimento *in loco* não são suficientes para atingir os seus objetivos de crescimento real, pois sofrem com o aumento constante do número de visitantes nas localidades receptoras enviados por operadoras turísticas, justamente por serem acometidas por diversos fatores, como: problemas de caráter econômico (ganância comercial e oportunista dos empresários); de instrução (aprendizagem, atitude e mudança comportamental); social (qualidade de vida das populações receptoras); e ambiental (impactos negativos nos ambientes naturais).

O turismo ecológico, ou ecoturismo, é considerado como o caminho – literalmente – natural da atividade turística no mundo, e em especial no Brasil, por tratar-se do país que mais se identifica mundialmente pelas suas vastas e diversificadas áreas naturais disponíveis para exploração, isto de forma responsável e sustentável.

Mas esta atividade ainda encontra-se distante de um modelo consolidado, pois o termo ecoturismo está sendo usado apenas como “grife” em pacotes (roteiros turísticos) elaborados pela maioria das operadoras que criam, divulgam, comercializam e/ou executam tais roteiros em ambientes naturais, demandados por um público cada vez mais exigente e ecologicamente culto.

Dentre as várias iniciativas de associações, instituições e organizações mundiais (governamentais ou não) ligadas ao ecoturismo, muitas, teoricamente, apresentam e indicam inúmeros modelos de gestão, códigos de ética, certificações e legislações voltadas para regulamentar a atividade turística, mais precisamente, o ecoturismo.

Estudos da Organização Mundial do Turismo (OMT), contemplados neste trabalho, revelam que em 2001 já existiam cerca de 7.000 produtos de turismo certificados em todo o mundo e em toda a cadeia turística, como empresas de hospedagem, restaurantes, instalações para lazer e práticas esportivas, atrações e destinos turísticos, associações turísticas, companhias de transporte de turistas e operadoras de turismo.

Além do seu valor, o crescente número, variedade e popularidade dos produtos turísticos certificados evidencia sua necessidade de implantação também no Brasil, baseando-se em uma avaliação da eficácia de iniciativas existentes em nível mundial.

O setor turístico tem reagido, na prática, a processos e iniciativas estimuladas há mais de uma década pela Agenda 21, isto em nível mundial. Esse foi um dos acordos a que se chegou com relação aos parâmetros dos diversos produtos turísticos na economia global, tais como limites no consumo dos recursos naturais, no espaço do destino, na influência sócio-cultural das comunidades receptoras, na poluição, tidos como restrições e impactos do turismo de massa.

Por não se inserirem em nenhuma destas iniciativas, a maioria das operadoras turísticas brasileiras demonstram apresentar desconhecimento, atuam de forma isolada em algumas iniciativas, têm dificuldades em implantar ações sustentáveis e, principalmente, carecem de princípios básicos em um processo abrangente, complexo e contínuo na gestão ambiental de seus negócios.

Desta forma, a utilização por parte das operadoras turísticas de uma identidade “verde” em seus produtos (conhecidos como pacotes e/ou roteiros) em/para ambientes naturais, e não unicamente gestão ambiental interna, cujas indicações, procedimentos e aplicações para uma certificação já se encontram regulamentadas, como por exemplo: o selo verde sugerido na Certificação ISO 14024; princípios e componentes que norteiam um programa sólido de certificação em turismo do Acordo de Mohonk; e a recomendação nº 23 da Declaração de Ecoturismo de Quebec.

Esta identidade poderá significar um instrumento de avanço, dando credibilidade e parâmetros do setor - de forma segura e confiável - aos seus usuários e parceiros.

Neste trabalho contempla-se a necessidade imprescindível da definição de diretrizes para que o consumidor, ambientalmente educado, possa avaliar – por meio de um “selo verde” - se os Roteiros Ecoturísticos (RE’s) oferecem realmente experiências ecoturísticas e se as operadoras agem de uma maneira ambientalmente responsável, interna e externamente.

A base de dados da pesquisa neste trabalho foi construída buscando na literatura referencial sobre temas como preservação ambiental, desenvolvimento sustentável, ecoturismo, certificação, turismo sustentável, tratando-se, no Capítulo

dois, de temas contextualizados na atualidade e que contemplam uma gama infindável de fontes de referência, em diversos meios (acadêmicos; mídia falada, escrita e eletrônica; governamentais, privados e não governamentais).

Para auxiliar neste contexto e para delimitar o tema proposto, após minuciosa e direcionada pesquisa, são apresentadas, na seqüência, inicial e cronologicamente, uma série de tentativas e esforços de organizações governamentais, comerciais e não-comerciais, e por fim individuais, para estabelecer diretrizes mundiais para Operadoras de Ecoturismo (OE's) e/ou certificação e credenciamento das mesmas, isto em nível mundial.

Em seguida, a revisão de literatura trata dos aspectos da certificação em ecoturismo em nível mundial, sendo que os quadros apresentados descrevem as iniciativas voluntárias de selos ecológicos e de auto-comprometimento, prêmios e certificações existentes e conhecidos mundialmente, especificamente para Operadoras Turísticas (OT's), que promovem o turismo sustentável, quer seja em âmbito administrativo (com aplicação de Sistemas de Gestão Ambiental), quer seja em nível de certificação de seus produtos (os pacotes e/ou roteiros ecoturísticos).

Não obstante, nesta pesquisa são considerados os critérios e regulamentações mais abrangentes para a prática ambientalmente saudável e ética do ecoturismo por parte unicamente das Operadoras Ecoturísticas, e não dos ecoturistas, conforme será fundamentado posteriormente (consciência ecológica e educação ambiental), muito embora uma das diretrizes irá discutir o papel das OE's também para a conscientização ecológica.

No Capítulo três, para apresentar os resultados e iniciar a discussão, são analisadas algumas iniciativas isoladas (abandonadas, em projeto ou em uso) de OE's brasileiras que já possuem ações e práticas semelhantes para distinguirem-se no mercado de turismo como ambientalmente responsáveis e economicamente sustentáveis.

Em seguida, surge a "condição favorável" da certificação dos Roteiros Ecoturísticos (RE's) ao se considerarem duas recomendações para nortear a indicação das diretrizes e como uma estratégia complementar ao desenvolvimento de ações de uso e conservação dos atrativos naturais inseridos nos RE's, a saber:

- 1ª – o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) definido pela norma ISO 14001;
- 2ª – as recomendações para selos ecológicos indicadas pelo estudo da OMT (2004).

As diretrizes para uma gestão ambiental dos RE's serão enquadradas nas Etapas sucessionais da Administração, Planejamento, Comercialização e Operacionalização destes roteiros. Baseiam-se na premissa de que conservar os atrativos naturais tem como referência algumas das diretrizes citadas na revisão da literatura.

A partir destas, parte-se para a análise e discussão da efetividade de cada diretriz utilizada pelo objeto em foco (RE's).

## 1.1 OBJETIVO

Identificar diretrizes que possibilitem a implantação de um Selo Verde identificador e certificador de produtos (roteiros turísticos destinados a ambientes naturais) planejados, comercializados e operados por agências de viagens e turismo (operadoras) emissárias e receptoras de turistas do Brasil.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 MARCOS DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ECOTURISMO

Neste primeiro sub-capítulo estão apontadas questões teóricas relevantes acerca da consciência ambiental contemporânea e sua evolução, sem, no entanto, esgotar os inúmeros aspectos e etapas históricas envolvidas em tais questões apontadas pela literatura.

Destacam-se apenas pontos conclusivos de alguns autores que, de alguma forma, resumem com propriedade para os propósitos iniciais deste estudo, a evolução do desenvolvimento sustentável e a peculiaridade da inclusão da atividade turística neste contexto, além de conceituar os temas de fundo desta dissertação, como ecoturismo e suas modalidades, impactos positivos e negativos decorrentes da atividade.

A consciência ambiental surgiu no âmbito das transformações culturais que ocorreram nas décadas de 1960 e 1970, e que, conforme Mamani (1997), ganhou dimensão e situou o meio ambiente como um dos princípios fundamentais do homem moderno.

Leff (2001) cita que no contexto da globalização surge então “a marca de um limite e o sinal que orienta o processo civilizatório da humanidade”, tido com o princípio do desenvolvimento sustentável.

Serrano (2000) argumenta que a partir da década de 1980, a (auto-)crítica de indivíduos e empresas passa a ser

única condição para uma tentativa de subversão da ordem subjetiva e instrumental do capitalismo, norteadas pelo consumo passivo e pela crescente estetização de todos os atos e instâncias da vida cotidiana (SERRANO, 2000).

Nos anos que se seguiram, a crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, onde os gastos com proteção ambiental começaram a ser vistos pelas grandes empresas não primariamente como custos, mas como uma forma de

investir no futuro e, paradoxalmente, como vantagem competitiva (Mamani, 1997; Leff, 2001).

Em função da problemática ambiental verificada durante este período na utilização de recursos naturais, DeMoor (2000) cita que perdeu-se a identificação com o mundo natural, do qual

somos capazes de abusar dele. Através do restabelecimento do contato com o mundo natural, por meio de uma educação que conscientemente promova esta reconciliação transformadora, podemos reverter a rota de destruição em que nos encontramos atualmente e recuperar da Terra os princípios de orientação para a sustentabilidade ecológica (DEMOOR, 2000).

Na observação desta parcela de competência, onde é possível constatar o dilema Meio Ambiente X Desenvolvimento, Mamani (1997) complementa que a busca pela preservação do meio ambiente tomou forma e começou a sensibilizar a sociedade e as autoridades de que a ausência de crescimento sustentável é nociva ao meio ambiente e que a grande questão é torná-lo sustentável.

Costa e Silva (2005) inserem a responsabilidade sócio-ambiental nas empresas, em que ela pode ser promovida mediante ações divididas em três fases:

- a) a primeira: ocorre em resposta às pressões da sociedade, buscando corrigir e administrar o impacto de suas operações sobre as várias dimensões da sustentabilidade, caracterizada pela gestão de impactos sociais e ambientais;
- b) a segunda: ocorre quando a empresa se estrutura de forma a antecipar-se aos problemas e às demandas mediante a construção de canais de comunicação para a produção, buscando soluções junto aos seus principais interlocutores internos e externos e elevando os níveis de transparência e conteúdo existentes na sua cadeia de valores;
- c) na terceira: ocorre quando a responsabilidade social assume uma dimensão integrada aos objetivos de diferenciação competitiva, crescimento e perpetuação da empresa, sendo nesta fase que as empresas identificam sua causa social e decidem trabalhar de forma a disponibilizar sua imagem, seu poder de comunicação institucional e uma parcela de seus recursos e de seus talentos (COSTA e SILVA, 2005).

Com efeito, é possível considerar complementarmente a estas fases que tratam os autores anteriores o que menciona Gomes (2005):

As empresas, que eram vistas apenas como instituições econômicas, têm presenciado o surgimento de novos papéis que

devem ser desempenhados em interação com outros agentes sociais e ambientais para garantir a sua sobrevivência (GOMES, 2005).

O conceito de desenvolvimento sustentável, conforme Russo (2002), originou-se das preocupações lançadas na Reunião da Organização das Nações Unidas (ONU) para as questões do Meio Ambiente, em Estocolmo, Suécia, em 1972.

Neste primeiro evento, criou-se o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (*United Nations Environment Programme - UNEP*), que visava o desenvolvimento em níveis local e regional consistentes com os potenciais da área envolvida, dando-se atenção ao uso adequado e racional dos recursos naturais e à aplicação de estilos tecnológicos, identificando-se como ecodesenvolvimento (RUSSO, 2002).

A mesma autora cita ainda que naquela época, já se cogitavam as urgências de medidas contra a escassez dos recursos naturais em escala global, porém, nasceram fadadas a ser consenso e também como enigmas a serem criticados por suas divagação, imprecisão e caráter contraditório, indagando que não se trata mais do fato de que preocupações ambientais e desenvolvimento econômico sejam contraditórios, e sim, como pode ser alcançado o desenvolvimento sustentável.

Sachs (1993) atenta que, entre vários problemas, dois percebiam-se destacados em escala mundial a serem sanados: o aumento vertiginoso da pobreza e da degradação ambiental proporcionados pelo modelo de crescimento econômico com bases no capitalismo neoclássico que, por sua vez, propiciou o círculo vicioso entre ambos. O que importava enfatizar era a viabilidade de alcançar aqueles dois objetivos em termos de capacidade de carga global do planeta, presumindo-se sua gestão de forma racional, pois a economia de um país considerava fundamental regionalizar os valores ambientais para aumentar a capacidade de carga dos mesmos. Conclui que não há quaisquer limites ecológicos ou falta de tecnologia que impeçam sua superação. Os obstáculos são sociais e políticos.

Em seguida, Dias (2003) cita que a origem da idéia de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21, que se deu a partir dos resultados do Relatório Nosso Futuro Comum, de autoria da norueguesa Gro Brundtland e conhecido também como Relatório Brundtland, constituído na Comissão Mundial sobre o Meio

Ambiente (*World Commission on Environment and Development - WCED*) em Nairobi, Quênia, em 1982 (marcando os 10 anos da Conferência de Estocolmo).

A partir de então, citam Dias (2003) e Beni (2003), considerou-se a emergência do re-ordenamento das prioridades das esferas ambiental, econômica e social no mundo e entendeu-se que havia a possibilidade de ações em comum no plano mundial, resultando então na criação da Agenda 21, um dos produtos finais da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992 (Rio 92).

Este evento propõe um amplo diálogo entre os pares sociais, visando ao alcance de prioridades definidas pelas bases das diversas comunidades locais. Entre os outros “produtos” da Rio 92, destacam-se ainda dois: a constituição da Comissão de Desenvolvimento Sustentável e a Carta do Rio, que definiu 27 princípios que devem guiar a relação Homem X Natureza, complementa Dias (2003).

O resgate do termo “Agenda” teve como propósito a fixação, de fato, em documento, de compromissos que expressem o desejo de mudanças das nações do atual modelo de civilização para outro, em que predomine o equilíbrio ambiental e a justiça social, sustentados no tripé:

- Ecologicamente correto,
- Socialmente justo e,
- Economicamente viável.

O Ministério do Meio Ambiente (2000) cita que a Agenda 21 estabeleceu um pacto pela mudança do padrão de desenvolvimento global para o século XXI. O desenvolvimento e a conservação do ambiente deveria constituir um binômio indissolúvel, que promovesse a ruptura do antigo padrão de crescimento econômico, tornando compatíveis duas grandes aspirações atuais:

1ª - O direito ao desenvolvimento, sobretudo para países que permanecem em patamares insatisfatórios de renda e riqueza; e,

2ª - O direito ao usufruto da vida em ambiente saudável pelas futuras gerações.

O mesmo Ministério (2000) cita ainda que esta proposta “é uma ruptura capaz de permitir a recondução da sociedade industrial rumo ao novo paradigma do desenvolvimento sustentável, que exige re-interpretação de ‘progresso’” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000).

No que concerne ao Turismo, Mastny (2002) enfatiza que, enquanto administração de negócios, a idéia de desenvolvimento sustentável deve envolver instituições tais como empresas, operadoras, agências e Organizações Não-Governamentais (ONG's) em parcerias que auxiliem o viajante a adotar serviços que valorizem e invistam em comunidades locais e tentem minimizar os impactos ambientais e culturais classicamente promovidos pelas atividades turísticas.

Como forma de desenvolvimento econômico, entretanto, o Turismo tem suas peculiaridades que devem ser observadas, e por isso, Mastny (2002) aponta para a utilidade de reflexão sobre a Agenda 21 do Turismo, escrita em 1996 pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e Conselho Mundial de Viagens e Turismo (*World Travel and Tourism Council - WTTC*).

No caso da Agenda 21 Global, Mastny (2002) indica que em seu capítulo 30 - Fortalecimento do papel do comércio e da indústria - a adoção de códigos de conduta promovam uma atuação responsável destes atores em vista da sua importância no desenvolvimento econômico e social, além da necessidade de inserção da Gestão de Recursos Naturais em todos os seus níveis.

Russo (2002) cita que, patrocinada pela indústria turística,

a Agenda 21 do setor colocou uma ênfase significativa na autorregulamentação, ao mesmo tempo em que continua a sustentar o papel dominante de mercados abertos e competitivos, privatização e desregulamentação no encorajamento do turismo (RUSSO, 2002).

A mesma autora sugere ainda que, para haver sustentabilidade, a prioridade é reorientar o padrão de consumo em todas as esferas, sendo mais do que necessária a participação da população fixa, como também dos trabalhadores do turismo. Mais que isso, é necessário que os governos, não só por seus instrumentos econômicos, mas também por sua inquestionável contribuição oferecida pelos institutos de pesquisas, ofereçam parâmetros, ambientais ou não, para um planejamento coerente (RUSSO, 2002).

Neste contexto, Sachs (1993) complementa que “os seres humanos são o centro de preocupação do desenvolvimento sustentável. Têm o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza” (SACHS, 1993).

O envolvimento do turismo com a questão da sustentabilidade vem se ampliando, fato este evidente com o vasto e crescente número de publicações

dedicadas ao tema e pelas declarações endossadas nos últimos anos, que serão apresentadas e pormenorizadas nos próximos sub-capítulos.

### 2.1.1 Definições primordiais de Ecoturismo e Turismo Sustentável: a relação entre turismo e meio ambiente

Pires (2002) menciona que, apesar de controversa e não muito clara, a origem do termo *eco-tourism* foi utilizada pela primeira vez em 1965 por Hetzer, que o usou para explicar o intrincado relacionamento entre turistas e os meios ambientes e culturas nos quais eles interagem, identificando os quatro princípios para o “Turismo Responsável”:

- Impacto ambiental mínimo;
- Impacto mínimo em – e respeito máximo às – culturas anfitriãs;
- Máximos benefícios econômicos para as comunidades de base do país anfitrião;
- Satisfação “recreacional” máxima para os turistas participantes.

Embora intensamente discutida na atualidade, Pires (2002) salienta que a preocupação do relacionamento do turismo com ambientes naturais não é recente. O termo *ecotourism* surgiu de *ecological tourism*, a partir do princípio mais característico e destacado do novo “segmento” turístico: minimizar impactos ambientais.

Nos anos 1970 e 1980, surgem outras referências ao ecoturismo, em que o termo *ecotours* fora utilizado no Canadá para identificar roteiros interpretados de um corredor turístico ao longo da *scenic route* (rodovia cênica) Trans-Canadá (OLIVEIRA, 2005).

Ruschmann (2000) especifica que em 1973, Kaspar afirmava um enfoque ecológico como uma nova dimensão para o estudo do turismo. Dois anos mais tarde, Krippendorf (2000) alertava para os riscos do turismo em ambientes naturais, denominando os turistas de “devoradores de paisagens” (*Landschaftsfresser*). Em sua obra, expôs 23 teses que, se bem aplicadas, conduzirão a um turismo “mais tranqüilo” (*stiller tourismus*) e evitarão que o “turismo destrua o turismo”, que na exata compreensão do termo significa a massificação da atividade, destruindo as bases da sua razão de ser, ou seja, o convívio com a natureza.

BRAZTOA (2005) cita que o crescimento mundial da consciência ambiental, portanto, associado à insatisfação pela padronização do turismo de massa, contribuiu para aumentar a demanda por experiências mais autênticas, baseadas na natureza e em aspectos culturais, tendo como destino países em desenvolvimento. Isto possibilitou, inclusive, uma alternativa econômica a outras práticas, como por exemplo: a extração de madeira e espécimes endêmicas (palmito, samambaia, xaxim); o garimpo; a agricultura, por meio da monocultura (soja, cana-de-açúcar, milho); e a pecuária, com a devastação destes ambientes naturais para criação extensiva de gado.

A mesma autora cita que “em meados de 1980, vários países já haviam identificado o ecoturismo como uma forma de possibilitar o desenvolvimento associado à conservação” (BRAZTOA, 2005).

Pires (2002), BRAZTOA (2005) e Lavorato (2007) creditam a Ceballos-Lascurián<sup>1</sup>, em 1987, a primeira definição formal de ecoturismo:

Ecoturismo é viajar para áreas naturais relativamente não perturbadas nem contaminadas com o objetivo específico de estudar e admirar o cenário e seus animais e plantas selvagens, assim como quaisquer outras manifestações culturais (passadas e presentes) encontradas nessas áreas (PIRES, 2000).

Lavorato (2007) ainda relata que muitas das definições de ecoturismo têm se mostrado populares e, em especial, o conceito e os princípios das diretrizes demonstradas por vários países, incluindo o Brasil (apresentadas a seguir), tiveram como base a definição da Sociedade Internacional de Ecoturismo (*The International Ecotourism Society – TIES*): “viagens responsáveis para áreas naturais que ajudam a conservar o meio ambiente e promovem o bem estar das populações locais”, que o considera um segmento especializado do amplo turismo baseado na natureza.

Kiss (2004) complementa que esta mesma instituição define o ecoturismo como

a viagem às áreas naturais, que conserva o ambiente e sustenta o bem estar das comunidades locais. Isto distingue-o do turismo de natureza, que envolve visitar atrações naturais mas sem nenhum objetivo explícito de conseguir a proteção ambiental e social (KISS, 2004).

---

<sup>1</sup> CEBALLOS-LASCURÁIN, H. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In. LINDBERG, K.; HAWKINS, D. **Ecoturismo**: um guia para o planejamento e gestão. 3 ed. São Paulo: SENAC, 2001.

Lavorato (2007) destaca que nos princípios das inúmeras definições existentes, a essência do ecoturismo reside em três dimensões:

1. Baseado na natureza;
2. Envolve informação e aprendizado ambiental;
3. Gestão / operação sustentável (LAVORATO, 2007).

Essas três dimensões são consideradas para permitir ao ecoturismo abranger questões ambientais e culturais, remetendo às suas funções fundamentais estabelecidas em 1999 por Sheryl Ross e Geoffrey Wall<sup>2</sup> *apud* Cupeto (2003):

- Educação
- Proteção das áreas naturais
- Geração de Renda
- Participação local
- Qualidade da experiência turística.

A participação das comunidades locais, a geração de renda e a qualidade da experiência turística da atividade destacam-se como os pilares da gestão sustentável do ecoturismo. Uma definição mais completa e detalhada foi proposta por Martha Honey<sup>3</sup>, diretora executiva da TIES à época:

Ecoturismo envolve viagens a áreas conservadas, frágeis e em geral protegidas, com o compromisso de serem de mínimo impacto e (usualmente) em grupos pequenos. O ecoturismo incentiva a educação do viajante, recurso para a conservação, direciona benefícios para o desenvolvimento econômico e fortalecimento político das comunidades locais e promove o respeito por culturas diferentes e pelos direitos humanos (LAVORATO, 2007).

Em 2000, um evento internacional realizado em New Paltz, Estado de Nova Iorque, Estados Unidos, na Mohonk Mountain House, convocado pelo *Institute for Policy Studies* e promovido pela Fundação Ford, reuniu participantes de 20 países, representando a maioria dos principais programas de certificação em turismo sustentável e ecoturismo em níveis global, regional e nacional (INSTITUTO ECO BRASIL, 2006).

---

<sup>2</sup> ROSS, Sheryl, WALL, Geoffrey. **Ecoturism**: towards congruence between theory and practice. *Tourism Management*. 20. 123-132. 1999.

<sup>3</sup> HONEY, M. **Ecoturismo e desenvolvimento sustentável**: a quem pertence o paraíso? Island Press. 1999.

Conhecido como Acordo de Mohonk, definiu-se neste evento o Turismo Sustentável como “aquele que busca minimizar os impactos ambientais e sócio-culturais, ao mesmo tempo que promove benefícios econômicos para as comunidades locais e destinos (regiões e países)” e Ecoturismo como “Turismo Sustentável em áreas naturais, que beneficia o meio ambiente e as comunidades visitadas e que promove o aprendizado, respeito e consciência sobre os aspectos ambientais e culturais” (INSTITUTO ECO BRASIL, 2006).

Santos (1999) afirma que no Brasil a definição de Ecoturismo surgiu oficialmente em 1985, e que somente em 1987, juntamente com a criação da Comissão Técnica Nacional, constituída pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), ordenou as atividades neste campo e por ser uma atividade nova, ainda não havia consenso na sua definição.

Nas “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” (Decreto nº 448/92), do<sup>4</sup> EMBRATUR, porém, citadas pelo Ambiente Brasil (2007), encontra-se a seguinte definição:

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (AMBIENTE BRASIL, 2007).

Ainda de acordo com o Ambiente Brasil (2007), os objetivos básicos da Política Nacional de Ecoturismo criados neste contexto foram definidos e visam:

- Compatibilizar as atividades de ecoturismo com a conservação de áreas naturais;
- Fortalecer a cooperação inter-institucional;
- Possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor;
- Promover e estimular a capacitação de recursos humanos para o Ecoturismo;

---

<sup>4</sup> O artigo definido masculino singular está sendo usado para definir “o” Instituto Brasileiro de Turismo, criado a partir de 28 de março de 1991, pois originalmente a sigla EMBRATUR significava Empresa Brasileira de Turismo, criada em 18 de novembro de 1966.

- Promover, incentivar e estimular a criação da infra-estrutura para a atividade de ecoturismo e promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental (AMBIENTE BRASIL, 2007).

Não obstante, nem os esforços governamentais e nem os privados foram suficientes para ultrapassar as barreiras, algumas até hoje existentes, entre teoria – principalmente em relação aos modelos nacionais – e a prática do ecoturismo (AMBIENTE BRASIL, 2007).

Incluem-se entre essas barreiras:

- A ausência de consenso sobre a conceituação do segmento (inclusive, como ocorre internacionalmente);

- A falta de critérios, regulamentações e incentivos que orientem empresários, investidores e o próprio governo, no estímulo e no uso do potencial dos patrimônios naturais e culturais, ao mesmo tempo em que promova a sua conservação (AMBIENTE BRASIL, 2007).

Em conseqüência, o ecoturismo praticado no Brasil é uma atividade ainda confusa, desordenada, impulsionada, quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor, de gerar os benefícios sócio-econômicos e ambientais esperados e comprometendo, não raro, o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo (RUSCHMANN, 2002).

Deve-se destacar que o que se entende ou se define como ecoturismo ou “turismo ecológico” - na realidade uma coletânea de princípios -, é utilizado de forma generalizada e ingênua para promoção de viagens, transformando-o em segmento turístico assim como o turismo rural, esportivo, de saúde, cultural, de aventura e melhor idade, por exemplo (RUSCHMANN, 2002).

Esse é um ponto de vista distorcido, com visão comercial e oportunista, que deve ser evitado e combatido. De acordo com Niefer e Silva (1999), a palavra ecoturismo tornou-se um rótulo desejado e está sendo utilizada de forma abusiva por inúmeras operadoras de turismo para fazer uma “lavagem verde” dos seus serviços. Este uso indiscriminado do termo ecoturismo pode fazer com que um conceito valioso corra o perigo de se tornar um clichê vazio.

Os próprios empresários do setor reconhecem tais fatos, a exemplo de Edgar Werblowsky, diretor geral da Freeway Adventure, uma das poucas

operadoras brasileiras de roteiros ecoturísticos inscritas no Programa de Certificação do Turismo Sustentável (PCTS), em que

[...] repudia o ecoturismo maquiado das grandes operadoras de turismo de massa, que não se comprometem com um turismo sustentável. A banalização e a concepção errada do ecoturismo não buscam criar um equilíbrio entre negócio e responsabilidade (WERBLOWSKY, 2006).

Ruschmann (2002) lembra que outro fator preponderante

são as dificuldades sócio-econômicas que conduzem o Brasil à carência de recursos para os estudos da preservação ambiental e a falta de fiscalização e controle da devastação dos patrimônios naturais, onde vive o maior número de espécies de fauna e flora do planeta, além de comunidades autóctones que se utilizam destas riquezas de forma respeitosa e limitada (RUSCHMANN, 2002).

Na maioria dos casos, essa situação de devastação ocorre com objetivos econômicos ligados à agricultura e pecuária, visando o desenvolvimento destas atividades. Entretanto, pouca ou nenhuma atividade econômica apresenta condições intrínsecas tão favoráveis - para o binômio desenvolvimento/meio ambiente - quanto o turismo.

E o turismo ecológico – ou ecoturismo – constitui o elo desse favorecimento, que propicia a prática da educação ambiental e a volta harmônica ao convívio com a natureza, da qual o homem moderno tanto precisa (BODSTEIN, 1992).

No Brasil, discute-se a validade e viabilidade do turismo ecológico muito mais como opção econômica (para atrair as moedas fortes dos turistas de países desenvolvidos) do que como alternativa para a preservação ambiental (RUSCHMANN, 2002).

Identificar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e um desenvolvimento da atividade que preserve o meio ambiente, além de melhorar e/ou garantir a qualidade de vida das populações receptoras é um desafio a ser enfrentado, pois o seu controle depende de critérios e valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequadas.

A demanda crescente dos turistas por viagens que proporcionam o contato direto com a natureza coloca todas as regiões do Brasil em posição privilegiada

como destinações para a demanda do turismo ecológico e de aventura, tanto nacional quanto internacional, em função de seus inúmeros recursos naturais.

O ecoturismo já representa 5% do turismo mundial. Provavelmente, alcançará 10% nesta década que se inicia. Para a Organização Mundial do Turismo, enquanto o turismo convencional registra um crescimento de 7,5% ao ano, o ecoturismo ultrapassa 20%. Meio milhão de turistas, 500 milhões de reais por ano, e 30 mil empregos diretos. Um *trade*<sup>5</sup> que já conta com cerca de 250 operadoras e agências especializadas (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2003).

Considerando este crescimento vertiginoso do ecoturismo, imagina-se o quanto este segmento poderá representar nas próximas décadas se comparados aos resultados citados por Wearing e Neil (2001), cujas receitas obtidas do turismo convencional representam mais de 10% da receita total do Produto Interno Bruto (PIB) de 47 países em desenvolvimento, e mais de 50% do valor auferido com as exportações de 17 países.

Couts (2005) também exemplifica a frequência com que ecoturistas paguem mais por uma empresa ou empreendimento amigo do ambiente e cita que, de acordo com uma pesquisa realizada em 2004 pela agência britânica *Responsible Travel*, 80% das pessoas declinam por reservar pacotes numa empresa com uma política de viagens “responsável”, contra 21% em 2001.

### 2.1.2 Modalidades do Ecoturismo e termos associados

De acordo com Cortez (2000) e Soifer (2005), o ecoturismo é uma atividade turística bastante flexível que varia de acordo com o seu público alvo, que por sua vez também é bastante variado, a saber: caminhadas (*hikking, trekking*); cicloturismo (*Mountain Biking Touring*); montanhismo ou escalada; balonismo, asa delta, *paraglider* e vôo livre; *rafting*, canoagem, vela, *tubing* (bóia-cross); mergulho e pesca; caça; *canyoning*; espeleologia; safári fotográfico; ornitólogo ou *bird watcher* (observação de pássaros); orquidólogo, botânico e apreciador de flores naturais; arborismo; estudos do meio; turismo esotérico, naturalismo e contemplação; trilhas filosóficas e interpretativas.

---

<sup>5</sup> Termo substantivo em inglês, que significa, em português, ramo (de negócio) (HOLLAENDER e SANDERS, 1996).

Cortez (2000) cita que o perfil do Ecoturista é caracterizado por: poder aquisitivo médio/alto; ambos os sexos (predomínio do feminino); faixa etária de 10 a 60 anos (predomínio 30 a 40 anos); nível cultural de médio/alto.

Quanto a Tipologia do Ecoturista, a mesma autora classifica em: estudantes; especialistas; esportistas; aventureiros; e terceira idade. As motivações e expectativas do Ecoturista são: descanso, fuga do cotidiano; busca de qualidade de vida e do produto; simplicidade/rusticidade (não confundir com precariedade); diferença (cultural, ambiental, cotidiana); atividades lúdicas e esportivas; risco calculado (aventura com segurança); relações humanas (interação entre grupo, com comunidades); informação sobre ambiente/cultura local (sem aspecto formal necessariamente); aprendizado, desenvolvimento pessoal e auto conhecimento através da viagem; status, distinção social; e consumo de imagens (produzidas pela mídia, memória, relações pessoais) (CORTEZ, 2000).

Os termos mais comumente associados ao Ecoturismo são citados pelo Instituto EcoBrasil – Ecoturismo e Turismo Sustentável, quais sejam: Turismo Alternativo; Turismo Ambiental; Turismo Antropológico; Turismo Científico; Turismo Cultural; Turismo de Aventura; Turismo de Baixo Impacto; Turismo de Natureza; Turismo de Selva; Turismo Ecológico; Turismo Étnico; Turismo Responsável; Turismo Rural; Turismo Sustentável e Turismo Verde (INSTITUTO ECOBRASIL, 2006).

### 2.1.3 Impactos do Ecoturismo

As inter-relações do turismo com o meio-ambiente natural são repletas de implicações, que agrupam-se em duas categorias: as positivas e as negativas.

Conforme Salvati (2004),

Os impactos negativos e positivos que poderão advir da atividade de Ecoturismo estão, em princípio, relacionados a danos potenciais ao meio ambiente e à comunidade e, por outro lado, aos benefícios sócio-econômicos e ambientais, esperados em níveis regionais e nacional (SALVATI, 2004).

Russo (2002) complementa que

o turismo vem percebendo um aumento considerável sobre as demandas relacionadas às áreas consideradas como paraísos naturais, e, por conseguinte, numa relação intrínseca derivada do próprio mercado emergente neste ramo, encontra paraísos naturais em conseqüência da demanda gerada pelo inquestionável estresse urbano (RUSSO, 2002).

Mastny (2002) conclui que,

Como atividade de mercado, o Turismo é a atividade menos regulamentada do mundo, e na justa medida do consumo dos passivos ambientais (ou externalidades das atividades turísticas), os problemas relacionados na ampla literatura sobre o tema identifica o consumo exagerado de energia como a origem da poluição dos mananciais entre outros bens naturais, e como não poderia deixar de ser, a intensa produção de lixo e sua disposição final no extremo limite da cadeia produtiva. Além disso, classifica-se o despreparo dos destinos turísticos para lidar com os danos como o ponto crucial deste problema claro (MASTNY, 2002).

Russo (2002) ainda considera que

Há que se transformar a percepção dos turistas sobre o ambiente visitado para que se processem intuições e mudanças de valores, inclusive no comportamento das pessoas, não só durante a visitaçào como também em seus retornos, tendo em vista que uma viagem tem o potencial de transformar a vida humana pela aquisição de cultura e observação de outras formas de comportamento (RUSSO, 2002).

Num contexto mais amplo, mas que se limita às operadoras de turismo como emissárias e receptoras de turistas, é o aspecto da liberdade do turista em acessar os destinos turísticos, considerado por Yasoshima (2000), que adverte:

O Turismo, no Século XX, presenciou a inovação técnica mais contundente de todos os tempos, a saber, o automóvel, que contribui para a democratização do turismo dando liberdade de viajar fora dos rígidos traçados das ferrovias, e também, barateando os custos das longas viagens de navio ou até as ainda caras viagens de avião (YASOSHIMA, 2000).

É preciso questionar sobre esta liberdade de acesso a áreas naturais protegidas, como também, a eventual resistência ao cumprimento, respeito e observação de regras e normas que visam à ética dos usos e costumes de cada

localidade turística. Retorna-se, então, a uma outra discussão mais ampla, especificamente da consciência ambiental.

Loureiro (2005) complementa que

a fragilidade dos ecossistemas naturais, na maioria das vezes, não comporta um número elevado de visitantes e, menos ainda, suporta o tráfego excessivo de veículos. Por outro lado, a infra-estrutura necessária, se não atendidas normas pré-estabelecidas, pode comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais da flora e fauna (LOUREIRO, 2005).

O Quadro 1 demonstra os Potenciais efeitos e impactos negativos do ecoturismo, e o Quadro 2 o comparativo entre Benefícios e Impactos Negativos advindos da atividade do Ecoturismo.

Quadro 1. Potenciais efeitos e impactos negativos do ecoturismo.

| <b>Agente de Impacto</b>   | <b>Efeitos Potenciais</b>  | <b>Impactos Potenciais</b>   |
|--|--|--|
| Trilhas pedonais<br>Trilhas eqüestres<br>Carros / Caminhonetes<br>Veículos 4 X 4<br>Barcos a motor | Pisoteio, compactação do solo<br>Remoção da cobertura vegetal<br>Liberação de gases de combustão<br>Derrame de óleo/combustível<br>Ruído | Alteração da qualidade estética da paisagem<br>Aumento da sensibilidade à erosão<br>Eliminação de hábitat<br>Interrupção de processos naturais<br>Deterioração da qualidade do ar<br>Deterioração da qualidade da água<br>Perturbação da fauna e flora |
| Lixo   | Deterioração da paisagem natural   | Redução da qualidade estética da paisagem<br>Contaminação do solo, da água e do ar   |
| Descarga de efluentes  | Alteração da acidez da água<br>Contaminação de aquíferos<br>Deterioração da paisagem natural   | Contaminação do solo<br>Contaminação da água<br>Contaminação do ar (mau cheiro)<br>Redução da qualidade estética da paisagem<br>Interferência na fauna e flora aquáticas   |
| Vandalismo   | Remoção de atrativos naturais<br>Interrupção dos processos naturais  | Redução da qualidade estética da paisagem<br>Interferência na fauna e flora  |
| Alimentação de animais   | Mudança comportamental da fauna  | Dependência da fauna<br>Perturbação de visitantes  |
| Construção de edifícios  | Remoção da cobertura vegetal<br>Eliminação de hábitat<br>Contaminação do ar (poeira e combustão de matéria orgânica)<br>Poluição sonora  | Alteração da qualidade estética da paisagem<br>Aumento da sensibilidade à erosão<br>Deterioração da qualidade do ar<br>Stress na fauna e flora   |

Fonte: adaptado de AMBIENTE BRASIL (2007).

Quadro 2. Benefícios e impactos negativos do ecoturismo.

| Setores Envolvidos | Benefícios   | Impactos Negativos  |
|--------------------|--|---|
| Socioculturais     | Investimentos na infra-estrutura viária, de abastecimento, equipamentos médicos e sanitários<br><br>Estímulo ao artesanato local e às manifestações culturais tradicionais | Perda de valores culturais tradicionais<br><br>Conflitos entre usuários da comunidade e visitantes  |
| Econômicos         | Geração de emprego<br><br>Melhor distribuição de renda   | Sobrevalorização de terras e imóveis<br><br>Aumento do custo de vida<br><br>Pressões para a super-exploração de áreas turísticas  |
| Meio Físico        | Manutenção da paisagem<br><br>Controle da poluição   | Descaracterização da paisagem<br><br>Poluição da água, do solo, sonora e do ar  |
| Vida Silvestre     | Auxílio na conservação de áreas naturais<br><br>Conscientização sobre o equilíbrio do meio ambiente  | Alterações na reprodução, comportamento e hábitos alimentares da biota<br><br>Coleta e comércio ilegal de espécies silvestres<br><br>Erosão e desmatamento em trilhas<br><br>Estradas inadequadas<br><br>Meios de transportes poluentes |

Fonte: AMBIENTE BRASIL (2007).

#### 2.1.4 As Operadoras Ecoturísticas no contexto da atividade turística e ambientalmente responsáveis

Novaes e Carvalho (2005) citam que as operadoras turísticas exercem um papel fundamental no desenvolvimento da atividade turística e para a conservação de ambientes naturais, uma vez que suas atitudes estão diretamente relacionadas à sustentabilidade – ou não – dos destinos turísticos brasileiros.

Para esclarecer a relação entre as empresas do setor e suas funções tipológicas, além de compreender as questões básicas para o funcionamento do mercado turístico, faz-se necessário citar alguns conceitos e respectivos autores.

A tipologia mais usual e estabelecida pela legislação brasileira para as empresas do ramo de viagens data desde 1980 e caracteriza as operadoras turísticas como Agências de Viagens e Turismo, citada por Tomelin (2001) como as empresas que

prestam os serviços de operação de viagens e excursões – individuais ou coletivas – compreendendo a organização, contratação e execução de programas, roteiros e itinerários [...] (TOMELIN, 2001)

Braga (2008) cita o Decreto Federal nº 5.406, que a partir de março de 2005

estabeleceu nova nomenclatura para as empresas do ramo de turismo, oficializando o que já se praticava no mercado, ou seja, as agências preponderantemente produtoras passaram a ser chamadas de operadoras turísticas, e as agências distribuidoras, de agências de viagem (BRAGA, 2008).

A mesma autora (2008) caracteriza as operadoras turísticas ou agências produtoras como

Aquelas que têm como objetivo principal construir pacotes. Conjugam transporte da origem até o destino turístico, transporte na localidade visitada, serviços de guias acompanhantes e locais, hospedagem, alimentação, passeios, atividades de entretenimento, conexão com outros destinos, viabilizando o usufruto e convívio do turista com o espaço turístico (BRAGA, 2008).

Bona e Pretocchi (2003) complementam que

Embora todos os produtos/serviços do pacote sejam realizados por terceiros, cabe à operadora a iniciativa de reuni-los, planejar a viagem, responsabilizar-se pelo conjunto dos serviços oferecidos, comercializar o pacote e coordenar sua operacionalização. A operadora deve empenhar-se para que a transição entre os produtos/serviços de um fornecedor a outro ocorra de forma tão imperceptível quanto possível para o passageiro (BONA e PETROCCHI, 2003).

O pacote turístico citado pelos autores acima é complementado por Braga (2008) como a

Combinação de diversos serviços turísticos, de forma a organizar uma viagem para um grupo de pessoas, visando à diminuição de custos e, conseqüentemente, oferecendo um preço final menor do que a soma dos valores dos serviços individualizados. A produção do pacote turístico constitui o principal serviço das operadoras turísticas (BRAGA, 2008).

O objeto principal deste estudo compreende as empresas turísticas, cujo conceito identifica uma subdivisão de operadora turística, que, de acordo com Braga (2008), surge em função da complexidade do mercado turístico e da diversidade de produtos de turismo, baseada na atuação da empresa no espaço geográfico e/ou segmentação de mercado.

Dentre várias subdivisões de categorias e considerando uma classificação baseada na atuação específica, citam-se as Operadoras de Ecoturismo (OE's), que Braga (2008) define como “empresas especializadas em pacotes que valorizam o contato com a natureza e as comunidades locais”.

Uma outra categoria de operadora turística a ser incluída no contexto deste estudo faz menção às Operadoras de Receptivo que, embora citadas por Braga (2008) simplesmente como “especializadas em atender turistas estrangeiros em território nacional”, possuem papel fundamental e muito mais concentrado, pois estruturam os pacotes onde têm base e criam roteiros no seu entorno.

Bona e Petrocchi (2003) complementam que são estas operadoras regionais que prestam serviços, principalmente, às operadoras nacionais e/ou internacionais (emissivas) na área onde atuam.

Conforme Ruschmann (2002), a variedade e diversidade de opções que a natureza oferece, com características às vezes únicas no planeta, deram origem a inúmeras operadoras turísticas que oferecem esses “pacotes” para as mais diversas regiões do país, cujas viagens consistem em programações variadas e roteiros integrados com vários tipos de transporte para os turistas.

A mesma autora (2002) cita que a proliferação descontrolada do número de agências de turismo denominadas “ecológicas”, e a ausência de uma legislação específica que regulamente e controle suas atividades de forma eficaz, tornam muitas dessas viagens altamente prejudiciais à preservação dos ecossistemas mais sensíveis, comprometendo também a proteção da privacidade e a originalidade das comunidades receptoras.

Conforme já citado, leis, regulamentos, normas e a conseqüente fiscalização do turismo ecológico no Brasil devem se basear, tanto em métodos e conceitos teóricos (que já vêm sendo aplicados em outras partes do mundo), quanto em dados que retratem a sua prática no país, para que se estabeleçam critérios adaptados à realidade nacional, visando o equilíbrio entre a preservação ambiental e os interesses econômicos.

Mas apesar da legislação brasileira exigir o registro das agências de viagens e turismo (operadoras, emissivas e receptivas), Ruschmann (2002) enfatiza que isto não contempla a especificação do tipo de atividade exercida por cada uma e, por isso, a sua caracterização como “ecológica” depende do interesse ou não do proprietário em cadastrá-la como tal no EMBRATUR (até março de 2005) e no Ministério do Turismo (a partir do dia 30 de março de 2005, com a entrada em vigor do, já citado, Decreto nº 5406 do MTur), uma vez que grande parte delas opera sem o citado registro.

A importância econômica, social, cultural e ambiental da atividade turística deve justificar a crescente necessidade de qualificação dos produtos das OE’s (os pacotes ou roteiros ecoturísticos), quer sejam emissárias ou receptivas de turistas.

Ruschmann (2002) conclui que o turismo não pode mais ser conduzido de forma empírica, por meio de improvisações ou esquemas amadores. Há necessidade de profissionalização e de planejamento.

Drumm e Moore (2003) complementam que os operadores ecoturísticos têm implementado suas iniciativas com um entendimento incompleto a respeito das questões referentes à conservação e, conseqüentemente, vêm operando de maneira insustentável.

Ao discutirem-se novas formas de certificação no desenvolvimento turístico, princípios de práticas turísticas sustentáveis, códigos de conduta, selos verdes, etc., faz-se necessária uma reflexão sobre princípios, valores e ética.

Para esta reflexão, fundamental a todo cidadão, mas especificamente no caso dos dirigentes das OE’s, é preciso a incorporação de uma nova forma de pensar, planejar, comercializar, conduzir e operar os destinos e produtos turísticos.

Conforme Lim e McAleer (2005),

Deve haver uma ênfase crescente para desafiar os empresários do setor a abdicarem da posição de meros fornecedores de serviço para assumirem a posição de gerentes de experiências, particularmente aqueles que estão envolvidos com a interpretação de uma herança natural e cultural dos destinos, em prol de seus clientes e comprometidos com a conservação e cujas estratégias devem proporcionar experiências além da mera apreciação para um papel mais ativo, que incorpore a aprendizagem, atitude e mudança comportamental dos clientes (LIM e McALEER, 2005).

Brasil (2004) cita que muitas OE's têm agido passivamente, pressionadas por ONG's de cunho social e ambiental para que se desenvolva uma visão ampla da exploração sustentável do turismo, sem esgotar os recursos dos diversos destinos.

A OMT (2004) complementa que os elementos-chave das iniciativas voluntárias para o desenvolvimento sustentável por parte das operadoras ecoturísticas são:

- Resposta a pressões externas;
- Política;
- Responsabilidade social;
- Intenção de antecipar-se às regulamentações legais ou de forma a complementar uma lei.

Maimon (1999) complementa que as empresas possuem “um comportamento reativo no que tange às pressões exercidas pelos órgãos de fiscalização, pela comunidade e mesmo pelo mercado.”

Como exposto por Mamani (1997) e Russo (2002) na introdução deste capítulo, estes fatos realmente colocam à prova o relacionamento do turismo com o patrimônio natural (particularmente o ecoturismo), por intermédio das OE's, em busca do desenvolvimento sustentável.

A seguir, conceituam-se pormenorizadamente os produtos das OE's (os RE's) e os elementos inerentes, a fim de elucidar de que forma é possível aproveitar racionalmente os atrativos – no caso deste estudo, os naturais - incluídos nestes roteiros e como se aplica à gestão ambiental na produção destes.

#### 2.1.5 Planejamento, comercialização e operação de um roteiro ecoturístico

Para auxiliar na elaboração dos parâmetros que orientam para a certificação de RE's, especificamente, torna-se importante para um melhor entendimento conceituar e caracterizar estes produtos das operadoras.

Os conceitos e o papel das OE's no contexto da atividade turística e ambientalmente responsáveis, bem como de termos adjacentes, já foram brevemente abordados no capítulo dois.

Neste momento, portanto, terão caráter particularizado para os seus produtos, exatamente para valorizar diretrizes de princípios e exigências essenciais

ao procedimento completo de suas certificações, a exemplo do padrão ISO 14024 (a ser citado posteriormente).

Embora exista na terminologia inerente às viagens e aos roteiros turísticos uma relação deste termo com “pacote” (já conceituado no capítulo dois), Bahl (2004) cita que roteiro vem a ser uma

Descrição pormenorizada de uma viagem ou do seu itinerário. Ainda, indicação de uma seqüência de atrativos existentes numa localidade e mercedores de serem visitados (BAHL, 2004).

O autor cita ainda (2004) que um roteiro turístico

resume todo um processo de ordenação de elementos intervenientes na efetivação de uma viagem. De forma simplificada, [...] concretiza uma sincronização que ocorre a partir da combinação de fatores vinculados ao espaço geográfico a ser abrangido ou percorrido; aos tempos de duração dos deslocamentos e o necessário em cada destinação, bem como ao disponível pelos potenciais participantes para usufruto de uma programação turística; ao tipo de atrativos a serem visitados e aos serviços associados (transporte, hospedagem, alimentação, entre outros) (BAHL, 2004).

Uma vez definido o local (pode ser um parque, uma cidade, uma região) a ser indicado para o roteiro (pacote), o operador precisa, inicialmente, conforme Hollanda (2003)

fazer um diagnóstico da localidade escolhida. Ele precisa conhecer a vocação da região, os atrativos disponíveis, a qualidade da infraestrutura turística e dos serviços oferecidos. Somente depois de definida essa parte, é que se inicia a montagem do pacote. É o momento de fazer contatos com os meios de hospedagem, restaurantes, transportes, receptivos, etc. Começa então a ser calculado o preço do pacote, considerando os melhores orçamentos [...]. O profissional precisa agir de forma organizada, em etapas que incluem pesquisa, planejamento, coordenação e marketing (HOLLANDA, 2003).

Para elucidar estes conceitos e verificar o aproveitamento racional dos atrativos incluídos num roteiro, apresenta-se a seguir a Figura 1 – Esquema de elementos inerentes aos roteiros turísticos.

A distância a ser percorrida e/ou o espaço geográfico a ser contemplado no RE, combinado aos tempos de duração dos deslocamentos, dos necessários em

cada destino e aqueles disponíveis pelos turistas para usufruírem da programação turística, devem estar de tal modo adequados, organizados, coordenados e/ou sincronizados aos tipos de atrativos (naturais, culturais e imateriais) visitados pelos turistas e aos serviços complementares associados (meios de transportes, hospedagem, alimentação, receptivos, condutores, etc.), e/ou vice-versa.

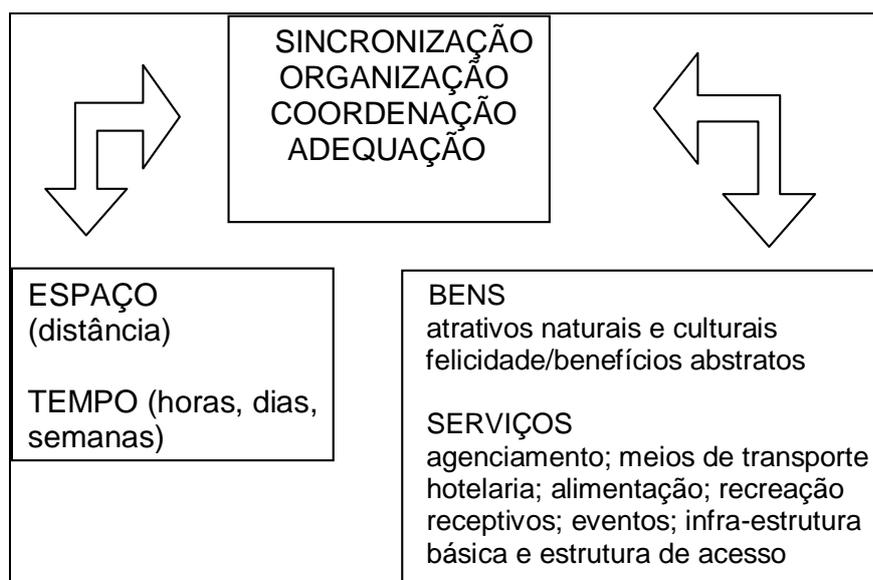


Figura 1 – Esquema de elementos inerentes aos roteiros turísticos

Fonte: adaptado de BAHL (2004).

Moraes (2002) particulariza os produtos ecoturísticos ou RE's como sendo

o resultado de um conjunto de atividades e serviços, apoiados por equipamentos e infra-estruturas, combinados para se apreciar ou desfrutar atrativos, quer sejam eles baseados em recursos culturais, ambientais (flora e fauna) ou cênicos (geográficos) (MORAES, 2002).

Para contribuir na elaboração dos parâmetros (indicados no capítulo seis), a revisão de literatura considerou conceitos como roteiros turísticos e elementos inerentes a estes roteiros, exemplificando-os por meio de um esboço apresentado no Apêndice A - Esboço de planejamento, comercialização e operação de um roteiro turístico com destino a Chapada dos Guimarães e Pantanal Matogrossense, destino(s) hipoteticamente escolhido(s), adaptado de Holanda (2003).

Além de verificar com precisão estes elementos no roteiro, é possível visualizar os atrativos e serviços nele inseridos, juntamente com os tempos de duração do roteiro e em cada atrativo, sendo que estes estão caracterizados por meio de uma legenda, onde:

- Os componentes (serviços turísticos) estão representados pela cor azul-claro;
- Os atrativos histórico-culturais representados pela cor marrom; e
- Os atrativos naturais representados pela cor verde-claro.

No sub-capítulo seguinte, citam-se as principais diretrizes mundiais que recomendam, entre vários aspectos do desenvolvimento sustentável do turismo, a criação de selos ecológicos e a respectiva certificação.

## 2.2 DIRETRIZES, CÓDIGOS DE CONDUTA E RECOMENDAÇÕES PARA A CRIAÇÃO DE SELOS ECOLÓGICOS EM ECOTURISMO – O DESPERTAR PARA A CERTIFICAÇÃO

Após problematizar a relação Turismo *versus* Meio Ambiente e apontar para a necessidade de avançar no estabelecimento de mecanismos para minimizar impactos sócio-ambientais negativos decorrentes desta relação, apresenta-se neste sub-capítulo o surgimento, nas duas últimas décadas, das principais diretrizes, códigos de conduta e recomendações para certificação e/ou criação de marcas de qualidade das práticas ambientais de empresas turísticas.

### 2.2.1 Diretrizes da Sociedade Internacional de Ecoturismo

Conforme Niefer e Silva (1999), em 1993, a Sociedade Internacional de Ecoturismo (*The International Ecotourism Society – TIES*), uma organização internacional sem fins lucrativos que visa disseminar informações sobre ecoturismo, lançou diretrizes para operadoras de ecoturismo, cujo livro de 20 páginas descreve detalhadamente cada diretriz, de acordo com os seus objetivos, técnicas utilizadas e benefícios ao visitante.

O resumo dessas diretrizes consiste nos seguintes itens:

- Preparar os viajantes visando minimizar os seus impactos negativos, tanto em aspectos ambientais quanto culturais;

- Preparar os viajantes para cada encontro com culturas locais, animais e plantas nativas;
- Minimizar os impactos dos visitantes ao meio ambiente, fornecendo literatura e instruções específicas, guiando pelo exemplo e tomando ações corretivas;
- Usar liderança adequada e manter grupos suficientemente pequenos para garantir um impacto mínimo no destino. Evitar áreas com manejo insuficiente e super-visitação;
- Assegurar que administradoras, pessoal e empregados contratados saibam e participem da política da empresa para prevenir impactos no ambiente e na cultura local;
- Fornecer programas de treinamento aos administradores, pessoas e empregados contratados. Estes programas devem visar a melhor orientação do visitante de ecossistemas frágeis;
- Contribuir para a conservação das regiões visitadas;
- Ofertar empregos competitivos à população local;
- Oferecer acomodações adequadas no local, que não estejam desperdiçando recursos ou destruindo o meio-ambiente. Elas devem fornecer ampla oportunidade para o estudo do ambiente e um intercâmbio harmonioso com as comunidades locais (NIEFER e SILVA, 1999).

### 2.2.2 Carta de Lanzarote

Dias (2003) cita que os participantes da Conferência Mundial de Turismo Sustentável, em 1995, reunidos em Lanzarote, nas Ilhas Canárias, Espanha, fazendo menção à Declaração dos Direitos Humanos, à Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 21), à Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial, à Declaração de La Haya e a Carta de Turismo e Código do Turista, entre outros princípios e considerações, compilam estes preceitos e criam uma ampla declaração apelando à comunidade internacional e, em particular, instigam a todos os atores do turismo sustentável e aos próprios turistas, a adotarem os princípios e objetivos desta declaração.

### 2.2.3 Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável

Conforme Cupeto (2003), divulgada em 1996 pela OMT, WTTC e o Conselho da Terra, a “Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável” indicou a necessidade de se formatar parcerias entre os principais setores envolvidos com a questão - poder público, iniciativa privada e ONG´s.

A OMT (2004) cita que para a indústria do turismo,

[...] a Agenda 21 foi um dos acordos a que se chegou com relação aos parâmetros do produto turístico na economia global moderna, tais como limites no consumo dos recursos naturais, no espaço do destino, na poluição, ou seja, restrições do turismo de massa (OMT, 2004).

De 19 áreas prioritárias recomendadas para o desenvolvimento de programas e procedimentos para a implementação do turismo sustentável, 10 destas áreas são dirigidas às empresas turísticas, quais sejam:

- Minimizar o desperdício por meio da diminuição do uso de recursos e aumento da qualidade;
- Gerenciar o uso de energia visando à redução do consumo e emissão de substâncias potencialmente poluentes na atmosfera;
- Gerenciar o uso da água com vistas à manutenção da qualidade e eficiência no consumo;
- Gerenciar as águas usadas e esgoto visando à conservação dos recursos hídricos e proteção da flora e fauna;
- Gerenciar os produtos tóxicos e/ou perigosos promovendo a sua substituição por produtos menos impactantes ao meio ambiente;
- Gerenciar o sistema de transportes com o objetivo de controlar emissões perigosas para a atmosfera e outros impactos ambientais;
- Planejar e gerenciar o uso do solo, no contexto da demanda de uso múltiplo e eqüitativo, tendo em vista o compromisso com a preservação ambiental e cultural, assim como com a geração de renda;

- Envolver *staff*<sup>6</sup> (pessoal; funcionários), clientes e comunidades nas questões ambientais;
- Operar modelos condizentes para a sustentação dos gerenciamentos;
- Criar comunidades dispostas para desenvolver a sustentabilidade.

#### 2.2.4 Normas da Série ISO 14000 (14024 – Rotulagem Ambiental)

As normas da série ISO<sup>7</sup> 14000 foram inicialmente elaboradas visando a questão do manejo ambiental, ou seja, o que uma organização pode fazer para minimizar os efeitos nocivos ao ambiente causados pelas suas atividades (MAIMON, 1999).

No contexto desta norma, Seiffert (2005) cita a série 14020, que a partir de 1998 tem por objetivo definir as regras para uma Rotulagem Ambiental. Porém, para melhor entendimento da questão, o autor alerta que vale uma ressalva: não existe selo verde da ISO 14000.

Cota (2006) acrescenta que elas estabelecem diferentes escopos para a concessão de selos ambientais, que, diferentemente da ISO 14001, não certificam processo, e sim linhas de produtos que devem apresentar características específicas, tomando como base critérios estruturais tecnicamente válidos.

O mesmo autor cita que, especificamente, a norma ISO 14024, do grupo 14020 e seguintes, determina como deve operar uma entidade que trabalha com um programa de selo verde, caracterizados por dois conceitos básicos de selo verde:

1 – O tipo I é uma declaração feita por uma terceira entidade que o produto de uma determinada empresa é ambientalmente correto;

2 – O tipo II é uma auto-declaração da empresa dizendo no seu rótulo que é um produto reciclável, que consome menos energia, que foi reciclado, etc.

São enfoques diferenciados, mas ambos tentam, à sua maneira, informar o consumidor e a sociedade sobre a questão ambiental relativa ao produto. E para a sociedade, todos os dois tipos são válidos, desde que existam regras bem definidas para a certificação e ela possa ter a quem recorrer para dirimir possíveis dúvidas que surgirem no mercado.

---

<sup>6</sup> Termo substantivo em inglês, que significa, em português, pessoal (HOLLAENDER e SANDERS, 1996).

<sup>7</sup> *International Standardization Organization* (Organização Internacional de Normalização)

A fiscalização deve ser rigorosa nos dois tipos para que não haja rotulagem ambiental forçada, mascarando informações que não condizem com a realidade do produto nem do fabricante.

Importante ressaltar que a ISO 14024 não se trata de uma norma para Ecoturismo, apenas que, para as OE's, o tipo I poderá significar um avanço na utilização definitiva de um selo verde, que norteará a homogeneização da linguagem das normas ambientais e determinará a sua certificação perante o mercado globalizado e demais atores envolvidos no turismo sustentável, especificamente aos RE's.

### 2.2.5 Código Mundial de Ética no Turismo

Ortolan (2004) justifica que

o significativo crescimento da atividade turística e o envolvimento da mesma com o setor socioeconômico, político e cultural, implicam em atitudes éticas dos agentes de desenvolvimento do turismo. Para nortear turismólogos, turistas e população autóctone, foi criado o Código Mundial de Ética do Turismo, documento que consiste em um completo processo de consulta e permite minimizar os efeitos negativos da atividade, protegendo o futuro do turismo mundial (ORTOLAN, 2004).

Frangialli (1999), Secretário Geral da OMT, contextualiza este código advindo de uma resolução adotada na Assembléia Geral da OMT, em Istambul, em 1997, e após constituir-se num Comitê Especial para preparar o Código Mundial de Ética do Turismo, agentes do setor turístico (governos, setor privado e trabalhadores), da própria OMT e de ONG's, reunidos em Santiago do Chile, aprovam-no por unanimidade na versão final em 1999.

O mesmo autor cita que o Código Mundial de Ética do Turismo é composto por 10 artigos, sendo que nove elucidam as diretrizes para os destinos, governos, operadores turísticos, promotores, agentes de viagens, empregados e para os próprios turistas, e um artigo para a resolução de litígios (primeiro código dotado deste tipo de mecanismo de aplicação).

### 2.2.6 Acordo de Mohonk

O Instituto EcoBrasil (2006) cita que durante o Acordo de Mohonk (New Paltz/Nova Iorque/EUA, 2000), foram discutidos e nivelados os princípios e componentes que devem fazer parte de todo programa sólido de certificação, uma vez que os participantes reconheceram que os programas de certificação de turismo necessitam ser ajustados às características geográficas locais e aos respectivos segmentos turísticos, definindo os componentes universais que devem fundamentar todo programa de Turismo Sustentável e de Ecoturismo.

O mesmo Instituto complementa que todo processo de certificação em turismo sustentável definidos por este Acordo deve levar em conta os padrões e princípios do turismo sustentável, preferencialmente para as melhores práticas, onde apropriado, além dos seguintes aspectos e princípios:

#### a) Aspectos Gerais

A empresa turística deverá:

- Estar comprometida com o manejo ambiental;
- Promover a promoção e venda de produtos responsáveis e autênticos que atendam a expectativas realistas;
- Promover a retro-alimentação de sua clientela;
- Saber avaliar eventuais impactos negativos sociais, culturais, ambientais e econômicos, inclusive estabelecendo estratégias para manejo e mitigação;
- Seus funcionários deverão ser capacitados, educados, responsáveis e ter conhecimento e consciência sobre manejos ambiental, social e cultural;
- Ter mecanismos para monitorar e relatar seu desempenho ambiental.

#### b) Aspectos Ambientais

A empresa turística deverá:

- Controlar a emissão de ruídos e gases;
- Estar adequadamente implantada com relação ao ambiente natural;
- Evitar danos ao local quando implementar o paisagismo ou a recuperação do ambiente natural relativamente à situação original;
- Evitar impactos visuais e luminosos;

- Fazer uso sustentável de materiais e insumos – recicláveis e reciclados – produzidos localmente;
- Minimizar a produção de dejetos e assegurar sua adequada disposição;
- Minimizar os impactos ambientais de sua operação;
- Promover a conservação da biodiversidade e a integridade dos ecossistemas;
- Promover a redução e o uso sustentável de água;
- Promover a redução e o uso sustentável de energia;
- Promover o adequado tratamento e disposição de águas residuais;
- Promover o manejo adequado da drenagem, solo e águas pluviais.

#### c) Aspectos Sócio-Culturais

A empresa turística deverá:

- Adquirir, utilizar e manter a posse de terras de forma apropriada;
- Possuir mecanismos para assegurar o reconhecimento dos direitos e aspirações de comunidades indígenas e locais;
- Possuir medidas para proteger a integridade da estrutura social das comunidades locais;
- Promover impactos positivos (benéficos) na estrutura social, cultural e econômica local (em níveis local e nacional).

#### d) Aspectos Econômicos

A empresa turística deverá:

- Estabelecer mecanismos de forma a assegurar que as relações trabalhistas e as práticas industriais sejam justas e estejam em conformidade com a legislação;
- Estabelecer mecanismos para minimizar impactos econômicos negativos e maximizar benefícios econômicos para a comunidade;
- Fomentar contribuições para a manutenção do desenvolvimento da infra-estrutura comunitária;
- Utilizar-se de práticas éticas comerciais.

Além dos critérios e princípios do Turismo Sustentável, o Ecoturismo deverá:

- Promover as experiências pessoais com a natureza para um melhor aprendizado e respeito;

- Interpretar e conscientizar sobre os aspectos naturais e sócio-culturais locais;
- Contribuir ativamente para a conservação de áreas naturais e da biodiversidade;
- Promover benefícios econômicos, sociais e culturais para as comunidades locais;
- Promover a participação das comunidades no turismo onde for apropriado, por exemplo, criando postos de trabalho e oportunidade de negócios;
- Fazer com que a infra-estrutura, atrativos e programas sejam harmônicos e compatíveis com o entorno local;
- Valorizar as culturas locais e tradicionais, minimizando eventuais impactos negativos (INSTITUTO ECOBRASIL, 2006).

Estes aspectos acima citados foram extraídos de documento distribuído pelo Instituto EcoBrasil – Ecoturismo e Turismo Sustentável (2006).

#### 2.2.7 Declaração de Ecoturismo de Quebec

O Instituto EcoBrasil (2006) cita que em 2002, Ano Internacional do Ecoturismo, realizou-se em Quebec, no Canadá, a Cúpula de Especialistas em Ecoturismo. Este encontro, com mais de mil representantes dos setores público, ONG's e privado de 132 países, resultou num documento conhecido como a Declaração de Quebec sobre Ecoturismo, disseminada na Conferência de Desenvolvimento Sustentável Rio+10 em Johannesburgo, África do Sul.

Os participantes elaboraram um conjunto de 49 recomendações para governos, iniciativa privada e comunidades (citadas no ANEXO A), considerando somente aquelas respectivas a cada um dos atores citados, para a implementação do ecoturismo.

Em suma, a Declaração incentiva os processos de certificação, a adoção de selos verdes e iniciativas promovidas em nome da sustentabilidade do ecoturismo e recomenda, ainda, a elaboração de princípios internacionais, manuais e códigos de ética para o turismo sustentável.

No ANEXO A, portanto, citam-se as recomendações caracterizadas acima, compiladas - considerando-se a especificidade já mencionada – do documento distribuído pelo Instituto EcoBrasil (2006).

A seguir, apresentam-se algumas diretrizes e iniciativas isoladas e particulares que visam ações e práticas semelhantes para distinguirem-se no mercado de turismo como ambientalmente responsáveis e economicamente sustentáveis.

#### 2.2.8 Matriz para Revisão de Avaliação do Impacto Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável de Troumbis

KOHLRAUSCH (2003) cita que os produtos que utilizam um selo ambiental são avaliados em “todo o seu ciclo de vida, desde a produção até sua eliminação, sendo usados como critérios para a sua concessão”.

Troumbis<sup>8</sup> *apud* NIEFER e SILVA (1999) destaca que “o uso de um selo ambiental para serviços turísticos requer uma definição de qual componente do serviço está sendo certificado: o local; o vetor (a indústria turística); o turista ou talvez uma combinação de todos.”

Baseado nas matrizes de avaliação do Ciclo de Vida de Butler<sup>9</sup> de produtos industriais (Fig. 2), Troumbis propõe o uso de uma matriz para revisão da avaliação do impacto ambiental (Tabela 1).

À luz desta proposta, Alvares e Lourenço (2006) esclarecem que

Butler adaptou os modelos de ciclo de vida de produtos industriais para o turismo e consolidou o ciclo de vida da área turística (TALC)<sup>10</sup>, sendo ainda hoje um dos modelos mais citados nas análises do turismo. Para Butler, as variáveis consideradas eram relacionadas ao número de turistas em um determinado período de tempo, somatório esse que determinava as fases do turismo. As seguintes fases: “exploração”, “investimento”, “desenvolvimento”, “consolidação”, “estagnação” e posteriormente “declínio” ou “revitalização” foram estabelecidas por este pesquisador, [...] (ALVARES e LOURENÇO, 2006).

---

<sup>8</sup> TROUMBIS, A. Y. **Environmental labelling on services**: the case of tourism. *Ekistics*. n. 348/349, maio/jun./jul./ago. 1991.

<sup>9</sup> Butler, R. **The concept of a tourist area of life cycle of evolution**: implications for management of resources. *Canadian Geographer*, 19 (1): 5-12. 1980.

<sup>10</sup> TALC, abreviação de *Tourist Area Life Cycle*.

Com a ajuda desta matriz, avaliam-se os impactos ambientais durante as três fases do ciclo de vida do turismo:

- 1) Durante a fase de construção, em que é implantada a infra-estrutura turística;
- 2) Na fase da operação, prevalece o uso desta infra-estrutura;
- 3) Finalmente, na fase da extensão, ocorrem instalações além das inicialmente planejadas, o que geralmente causa os maiores danos ambientais.

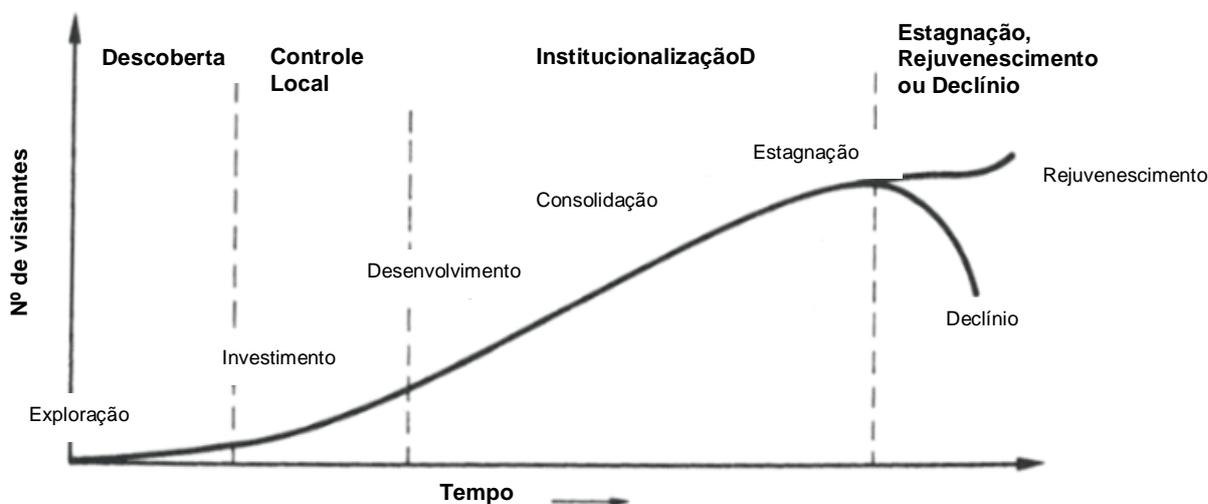


Figura 2 – Ciclo de Vida de Butler - TALC<sup>11</sup>.

Fonte: BUTLER, 1980.

Tabela 1 – Matriz de Troumbis para revisão de avaliação do impacto ambiental para o desenvolvimento turístico.

| Fase de Desenvolvimento                      | CONSTRUÇÃO | OPERAÇÃO | EXTENSÃO |
|--|------------|----------|----------|
| <b>Campos Ambientais</b>                     |            |          |          |
| Degradação ou destruição da paisagem natural |            |          |          |
| Conservação da vida selvagem                 |            |          |          |
| Tratamento do lixo                           |            |          |          |
| Consumo de água                              |            |          |          |
| Consumo de energia                           |            |          |          |

Fonte: Troumbis, 1991.

<sup>11</sup> Tradução própria

O mesmo autor sugere que “para a classificação dos impactos pode ser usada uma escala simples, como por exemplo, baixo impacto, impacto moderado e impacto considerável.”

#### 2.2.9 Código de Conduta do Operador Turístico Sustentável

Novaes e Carvalho (2005), ao considerar a carência das operadoras turísticas que pretendem a sustentabilidade como uma ferramenta das empresas que desejam estabelecer sistemas empresariais altamente competitivos e capazes de satisfazer as exigências da demanda minimizando os impactos causados ao meio ambiente, sugerem um Código de Conduta para o Operador Turístico Sustentável (CCOTS),

cujos princípios básicos e diretrizes (um total de 33) a operações sustentáveis consideraram critérios de acordo com a realidade do país, visando um modelo brasileiro enriquecido com experiências internacionais, mas de acordo com a realidade do mercado nacional (NOVAES e CARVALHO, 2005).

São eles:

- Agir de acordo com a legislação vigente;
- Combater a informalidade;
- Firmar contratos com clientes e fornecedores;
- Atender o cliente com qualidade;
- Informar o cliente;
- Avaliar a satisfação do cliente;
- Garantir a maior segurança possível para clientes e colaboradores;
- Contratar seguro para todas as atividades;
- Ser ético com clientes, fornecedores e concorrentes;
- Praticar uma política de preços justos;
- Envolver-se com a administração do recurso natural;
- Respeitar a comunidade local;
- Envolver-se em ações sociais e ambientais;
- Divulgar corretamente o produto;
- Trabalhar com fornecedores qualificados;

- Procurar diferenciar-se da concorrência;
- Contratar mão-de-obra local;
- Trabalhar com guias e monitores capacitados;
- Contribuir com a capacitação dos profissionais;
- Planejar, planejar e planejar;
- Iniciar as mudanças com atitudes internas;
- Capacitar também a equipe interna;
- Promover um *marketing* responsável;
- Preparar o visitante para minimização dos impactos;
- Desenvolver atividades de mínimo impacto ao ambiente;
- Incentivar atitudes positivas nos ambientes naturais;
- Controlar o número de visitantes;
- Denunciar crimes ambientais;
- Firmar parcerias com ONG's e associações comunitárias;
- Promover educação ambiental;
- Trabalhar com interpretação ambiental;
- Elaboração de roteiros ecoturísticos interpretativos;
- Transporte e acondicionamento de alimentação adequada (priorizar e concentrar compra de alimentos locais) (NOVAES e CARVALHO, 2005).

#### 2.2.10 Escala de Níveis de Shores

A proposta de Shores<sup>12</sup> (1992), que utiliza uma escala de seis níveis para a classificação do ecoturismo conforme seus impactos ambientais, quais sejam:

- Nível 0 - Exige somente que a operadora conscientize os turistas sobre a fragilidade do ecossistema visitado. Neste nível encontra-se, por exemplo, uma viagem casual para um ambiente natural;
- Nível 1 – Deve existir algum retorno financeiro para o ecossistema visitado. Poderia ser cobrado em forma de taxas de aeroporto ou pedágio;

---

<sup>12</sup> SHORES, J.N. **The challenge of ecotourism**: a call for higher standards. Paper presented at the Fourth World Congress on Parks and Protected Areas, Caracas, Venezuela, 10–21 February. 1992.

- Nível 2 – Os ecoturistas devem engajar-se de alguma forma na conservação do ambiente como, por exemplo, plantar árvores ou coletar lixo;
- Nível 3 – É requerida a certificação que a viagem, incluindo a parte aérea, é benéfica ou pelo menos neutra para o ambiente;
- Nível 4 – Deve ser demonstrado que o saldo do impacto dos viajantes é positivo para o ambiente. Efeitos negativos do sistema de viagem podem ser compensados por ações benéficas para o ambiente como, por exemplo, uso de energia alternativa, tecnologias adequadas, reciclagem de lixo, agricultura orgânica;
- Nível 5 – Deve ser aplicado para viagens cujo sistema inteiro opera de uma maneira ambientalmente saudável. Isto inclui a propaganda para a viagem, transporte, acomodação, produção de alimentos e de lembranças (artesanato), tratamento do lixo e esgoto (NIEFER e SILVA, 1999).

### 2.3 ASPECTOS DA CERTIFICAÇÃO EM ECOTURISMO

Conceitualmente, o Programa de Certificação em Turismo Sustentável (PCTS, 2007) define que a certificação baseia-se em atestar, por meio de documentos de referência (norma ou regulamento) que estabelecem requisitos mínimos de avaliação da conformidade que um produto, processo, sistema, pessoa ou organização atende integralmente a essas normas a determinados requisitos, neste caso, gestão e preservação ambientais.

Augusto (2004), porém, afirma que “não basta fazer normas. É preciso uma mudança de cultura, fazendo o mercado perceber que as vantagens competitivas das normas são maiores do que os investimentos que se precisa fazer para cumprí-las”.

Cota (2006) complementa que a certificação vem ao encontro de uma tendência internacional de estabelecer produtos realmente sustentáveis e despertar no consumidor a importância de um símbolo que pode determinar:

- Maior atuação da empresa nos problemas ambientais;
- Responsabilidade por um órgão competente pela sua certificação; e

- Segurança para o consumo.

Um selo ecológico possibilita ainda ao consumidor verificar como aquele produto, no caso o roteiro ecoturístico, foi e está sendo produzido.

Brasil (2004) afirma que

a certificação é considerada importante para trazer mais responsabilidade e competitividade ao setor de turismo, ao funcionar como um selo que garante aos consumidores e ao trade em geral a qualidade sustentável dos serviços prestados (BRASIL, 2004).

A OMT (2004) acrescenta que

marcas de qualidade revelam informações muito importantes para a implementação do desenvolvimento sustentável. [...] mostrar que um produto ou serviço não apresenta impactos ambiental ou socioeconômico negativos, logomarcas para a garantia da qualidade surgiram no mercado, colocando-os no centro do debate sobre o desenvolvimento sustentável. Ao declarar a sustentabilidade, esses logos tornam-se poderosos ícones da era da informação, capazes de influenciar padrões de produção e consumo. Seu efeito até agora é discreto, refletindo o início recente e a conseqüente imaturidade do processo [...] (OMT, 2004).

Conforme estudos da WWF-Brasil (2005),

a certificação do turismo no mundo conta, atualmente, com mais de 250 tipos de mecanismos entre prêmios e selos que atestam a qualidade de produtos e serviços de turismo. Entre estes, mais de 100 tipos de diferentes esquemas de certificação emitem algum tipo de selo. Esta proliferação evidencia o interesse em transformar o turismo em uma atividade sustentável, porém, pode e costuma gerar descrédito e confusão no mercado consumidor e investidor (WWF-BRASIL, 2005).

O Portal Ambiente Brasil (2007) conclui que “a certificação não é a única solução para a sustentabilidade, mas sim uma das ferramentas para se chegar lá.”

A seguir, apresentam-se os modelos de certificação (programas, códigos, decretos e redes de autocomprometimento) presentes em nível mundial e/ou regionalizados, ainda em operação ou não, que se expandiram rapidamente desde meados dos anos 1990, geralmente pelo setor privado e com caráter voluntário, de

acordo com o Inventário Mundial e Análise Comparativa de Iniciativas Voluntárias para o Desenvolvimento Sustentável (OMT, 2004).

Esse estudo contemplou uma pesquisa de gabinete e comunicação *on-line* (sem a realização de visitas às iniciativas compiladas e analisadas), tendo iniciado pela identificação das iniciativas voluntárias (cerca de 500) em novembro de 2000, passando por pré-seleções, formulação de dados, análises por caso e tipo, resultados e conclusões, recomendações e orientações, e finalmente atualização e texto para publicação em novembro de 2001 (OMT, 2004).

Nos Quadros 3, 4 e 5, adaptados deste estudo da OMT, citam-se respectivamente e em caráter particular (operadoras de ecoturismo e/ou seus produtos – roteiros) os Programas de Certificação Direcionados a Operadoras de Ecoturismo, Prêmios para Operadoras Ecoturísticas com Iniciativas e Produtos Inovadores e Sustentáveis, e Códigos, Decretos e Redes de Autocomprometimento de Operadoras Ecoturísticas Ambientalmente Sustentáveis.

Das tabelas referenciais do estudo, foram suprimidas as colunas referentes ao Número seqüencial, Grupo-alvo (pois como já mencionado, as tabelas adaptadas consideram apenas as operadoras de ecoturismo e seus produtos – roteiros) e o Número de Licenças (para os Selos) e Número de Produtos Certificados (para os Prêmios).

Não obstante, verifica-se que empresas do setor, contempladas num mesmo modelo de certificação, não estão descartadas, pois a certificação é presente também em empreendimentos turísticos específicos, formando a cadeia produtiva do turismo, como por exemplo (nome do selo ecológico e abrangência)(adaptado de OMT, 2004):

- 1) Praias, marinas e instalações esportivas:
  - i) *Blue Flag Campaign* – Europa
  - ii) *Marine Ecotourism Guidelines and Best Practice case Studies* – EUA
  - iii) *Environmental Charter for Ski Areas / Sustainable Slopes* – EUA
- 2) Áreas para *trailer* e *camping*:
  - i) *Öko-Pikto* – Europa
- 3) Meios de hospedagem:
  - i) *ECOTEL Certification* – Mundial
- 4) Clubes de Golfe:
  - i) *Der Umwelt verpflichtet* – Alemanha

- 5) Destinos:
  - i) *Destination 21* – Dinamarca
  - ii) *Gast – Gemeinschaft Autofreier Schweizer Tourismusorte* – Suíça
  - iii) *IAKF – Interessengemeinschaft Autofreie Kur-und Fremdenverkehrsorte in Bayern* - Alemanha
  - iv) *Living Lakes* (lagos) – Mundial
- 6) Reservas naturais:
  - i) *Pan Parks Initiative* – Europa
- 7) Aeroportos:
  - i) *ACI – NA Environmental Achievement Awards* – EUA
- 8) *Resort* marítimo:
  - i) *International Coastal Clean-Up (ICC) the Philippines* – Filipinas
- 9) Produtos turísticos:
  - i) *Afrikatourism* – África
  - ii) *Alaska Marine Mammal Viewing Guidelines* – EUA
- 10) Associações e empreendimentos turísticos diversos:
  - i) *VISIT – Voluntary Initiatives for Sustainability in Tourism* – Europa.

Quadro 3 – Programas de certificação direcionados a operadoras de ecoturismo.

| Denominação  | Área de Atuação | Início da Certificação | Descrição  |
|--|-----------------|------------------------|--|
| PATA Green Leaf Program/APEC/PATA Code for Sustainable Tourism | Ásia e Pacífico | 1995                   | Foi implantado pela Pacific Ásia Travel Association (PATA) em 1992, porém, não existe mais. Fundiu-se ao Green Globe 21 devido à falta de monitoramento ambiental. Encorajava empresas de turismo a estabelecer diretrizes ambientais detalhadas para esse setor da indústria.   |
| Certificación para la Sostenibilidad Turística                 | Costa Rica      | 1997                   | A certificação foi iniciada pelo Instituto de Turismo da Costa Rica com o propósito inicial de classificar e certificar todos os tipos de empresas de turismo nacional. Aberto gratuitamente ao setor hoteleiro em sua fase inicial, os critérios socioculturais e ambientais também estariam abertos para agências de viagens.  |
| National Ecotourism Accreditation Program (NEAP)               | Austrália       | 1997                   | Implementado em 1996 pela Associação de Ecoturismo da Austrália, esse projeto está aberto a qualquer pacote, meio de hospedagem ou atrativo dos dois setores da indústria turística australiana: turismo ambiental e ecoturismo. O NEAP é atualizado a cada três anos, sendo muito conhecido atualmente entre os turistas australianos e também entre gestores de áreas protegidas envolvidos no processo de certificação.   |
| Green Globe Certification                                      | Mundial         | 1999                   | A iniciativa foi estabelecida em 1994 pelo WTTC. Sua função é transformar os princípios da Agenda 21 em ações práticas para a indústria mundial de viagens e turismo. Destina-se a meios de hospedagem, operadoras de turismo e destinos de todo o mundo. Baseia-se mais no comprometimento do que no desempenho.  |
| Horizons: the Saskatchewan Ecotourism Accreditation System     | Canadá          | 2000                   | Implementado em 1998 pela Sociedade de Ecoturismo de Saskatchewan, busca identificar boas operadoras de ecoturismo que visem à sustentabilidade nessa região. Os critérios foram planejados para fornecedores de produtos ecoturísticos nas seguintes categorias: atrações, meios de hospedagem e passeios guiados. A participação de comunidades locais no produto ecoturístico tem grande importância. Auxiliaram no estabelecimento de critérios e o processo de certificação a Associação de Ecoturismo da Austrália e seu NEAP. |
| SmartVoyager   | Equador         | 2000                   | Corporação que visa à conservação e desenvolvimento ambientais, trabalhando em associação com a Rainforest Alliance. Foi criada por um grande número de agentes públicos e privados interessados na instauração de padrões de qualidade para os passeios de barcos nas Ilhas Galápagos. Critérios atualizados anualmente incentivam operadoras de turismo a aumentar o bem-estar socioeconômico e a qualidade de vida dos funcionários e suas famílias, além de proteger os recursos naturais exclusivos dessa área.                 |

(Continua)

(cont. Quadro 3)

|   |                            |        |  |
|---|----------------------------|--------|--|
| Estonia – the Natural Way                                   | Estônia                    | 2001   | Lançada pela Associação Estoniana de Ecoturismo (ESTECAS) em cooperação com o ministério do meio ambiente, centro estadual de gestão das florestas, além de diversas entidades turísticas e organizações ambientais. Esse selo é reservado a pacotes e produtos turísticos, sendo a principal tarefa promover essa iniciativa entre o público, os empreendimentos e o mundo inteiro.   |
| Eco Diving Standards  | Antilhas Holandesas        | 2001/2 | Lançado pela seção de meio ambiente do governo central das Antilhas juntamente com a organização holandesa de viagens ANWB. O objetivo é preservar a natureza e aumentar a conscientização de turistas, estabelecimentos de mergulho, hotéis, operadoras de turismo terrestre e atrações locais. Para as operadoras, etapas posteriores podem ser adicionadas, como a implementação de níveis progressivos de certificação.  |
| European Charter for Sustainable Tourism in Protected Areas | Europa                     | 2001   | Decreto para o turismo sustentável em áreas protegidas desenvolvido pela Federação EUROPARC e pela Federação de Parques Naturais Regionais da França, realçando e promovendo o patrimônio local, melhorando a qualidade de vida da população local e oferecendo melhores produtos aos visitantes.  |
| Kiskeya Alternative Certification Program                   | Haiti/República Dominicana | 2001/2 | Projeto piloto de turismo sustentável e comércio eletrônico com o propósito de utilizar ferramentas da internet para promover e vender produtos turísticos gerais que teriam impacto positivo em aspectos econômicos, sociais, culturais e ecológicos. A organização dirigente continua o processo de busca por cooperação junto a outras instituições, a fim de construir e completar meios para se estabelecer um programa nacional de certificação, consultoria e assistência e amplia-lo em âmbito regional. |

Fonte: Adaptado de OMT, 2004.

Não se identificam nestes Programas (e seus respectivos selos ecológicos), excetuando os aspectos geográficos e a dificuldade dos estágios iniciais, quaisquer fatores desabonadores, pois os mesmos cumprem a função de criar e garantir uma escolha por parte do consumidor, por revelarem um padrão significativamente elevado em relação à qualidade sócio-ambiental dos vários produtos turísticos que as representam, se comparados àqueles sem certificação.

A seguir, apresentam-se os Prêmios para operadoras ecoturísticas com iniciativas e produtos inovadores e sustentáveis (Tabela 4), que formam o segundo grupo de iniciativas voluntárias presentes no estudo da OMT (2004). Esta premiação serve de estímulo e descoberta de inovações aos seus interessados (o *trade* turístico).

De acordo com a OMT (2004), somente quando aparecem exemplos interessantes, transformam-se em modelos para a certificação, configurando o prêmio como instrumento correto a aplicar.

Quadro 4 - Prêmios para operadoras ecoturísticas com iniciativas e produtos inovadores e sustentáveis.

| Denominação  | Área de Atuação | Início da Certificação | Descrição   |
|--|-----------------|------------------------|---|
| Internationale Umweltauszeichnung                      | Mundial         | 1987                   | Essa competição é dirigida por Deutscher Reisebüro und Reiseveranstalter Verband (Associação Alemã das Agências de Viagem e Operadoras de Turismo), cujo prêmio é dirigido a qualquer projeto, em âmbito mundial, que envolva indivíduos, grupos, organizações e comunidades de notabilidade quanto às suas atividades de proteção ou beneficiamento do meio ambiente e, ao mesmo tempo, de apoio ao turismo.       |
| TIA Odyssey Awards                                     | Estados Unidos  | 1991                   | Implementado pela Travel Industry Association of America (Associação Americana da Indústria de Viagem). Distinguem projetos ambientais inovadores dirigidos pelos membros de sua indústria turística. Entre várias categorias, destacam-se meio ambiente, conscientização turística e patrimônio cultural.  |
| British Airways Tourism for Tomorrow Award             | Mundial         | 1992                   | É um prêmio internacional fundado pela agência ambiental da companhia British Airways. Direciona-se a operadoras de turismo, hotéis, administrações de parques nacionais e outras instituições turísticas do mundo inteiro. Essa iniciativa encoraja, mediante a seleção de projetos mundiais que sirvam de exemplos das melhores práticas ambientais do segmento turístico, em presas a preservar o meio ambiente. |
| TopTeamNaTour  | Alemanha        | 1999                   | Objetiva as jovens operadoras de turismo da Alemanha a desenvolverem produtos e comportamentos ambiental e socialmente corretos. Em 2000, a associação das organizações alemãs sem fins lucrativos TopTeamNaTour premiou quatro pacotes turísticos (de 100 registrados) e pretende continuar operando um selo para o alcance de qualidade e desenvolvimento sustentável.  |
| Gemeinsam – ontour                                     | Alemanha        | 2000                   | A iniciativa Gemeinsam – ontour (juntos a passeio) é uma competição dirigida por Nature Friends Germany, voltada para operadoras alemãs de caminhadas que sejam ambiental e socialmente corretas.   |
| Starfish Award for Environmentally Responsible Tourism | Canadá          | 2000                   | A Ocean Blue Foudation desenvolveu prêmios anuais para operadoras de turismo da Columbia Britânica que desenvolvessem projetos inovadores com o intuito de reduzir ou prevenir o impacto ambiental de suas atividades. O programa é composto por membros da indústria do turismo e da comunidade conservacionista.  |
| Groene Duim  | Países Baixos   | 2001                   | O “polegar verde” é um prêmio de alcance mundial dirigido pela operadora turística TUI dos Países Baixos. Além de contemplar meios de hospedagem, premia pacotes turísticos ambientalmente corretos pertencentes ao catálogo de viagem da TUI Netherlands.  |

Fonte: Adaptado de OMT, 2004.

A seguir, o Quadro 5 (Códigos, decretos e redes de autocomprometimento de operadoras ecoturísticas ambientalmente sustentáveis) formam o terceiro grupo de iniciativas voluntárias representadas e analisadas no estudo da OMT (2004), sendo que por meio destes verifica-se positivamente o interesse, por parte do *trade* turístico, em mostrar seu apoio ativo e constante para a melhoria do desempenho e do comportamento turístico em termos de responsabilidade sócio-ambiental, cuja

conduta dos cooperados é denunciar, interromper e/ou substituir as ações em prol de melhores comportamentos, produtos e serviços turísticos.

Muitas vezes, estes instrumentos proponentes apóiam e complementam a legislação (nacional e/ou internacional), inclusive excedendo a conformidade e a aceitação destas normas em relação às anteriormente estipuladas.

Quadro 5 – Códigos, decretos e redes de autocomprometimento de operadoras ecoturísticas ambientalmente sustentáveis.

| Denominação   | Área de Atuação | Início de Atividades | Descrição   |
|---|-----------------|----------------------|---|
| Tour Operator Guidance for those organising and Conduction Tourism and Non-Government Activies in the Antarctic | Antártica       | 1994                 | Por iniciativa da Associação Internacional das Operadoras de Turismo da Antártica, suas diretrizes tornaram-se parte do Sistema de Tratados da Antártica, ou seja, tornaram-se de fato obrigatórias por todas as operadoras que atuam na área. Essas orientações incentivam as viagens promovidas por entidades privadas a terem práticas ambientalmente responsáveis na Antártica, bem como mostram como podem ser úteis para auxiliar e respeitar as pesquisas científicas realizadas na região.  |
| Code of Conduct for Commercial Tour Operators in Gwaii Haanas/South Moresby                                     | Canadá          | 1990                 | A implementação do Código de Conduta para Operadoras de Turismo foi responsabilidade das operadoras comerciais e dos guias de recursos dessa ilha na Colúmbia Britânica. Sua função é regulamentar suas próprias operações comerciais. As operadoras integrantes comprometem-se a respeitar as normas estabelecendo comportamentos de abordagem da vida selvagem marinha e terrestre, além do controle de visitação em locais culturais e históricos da região. O planejamento de ações é realizado em parceria com a Associação de Operadoras de Turismo, Parques do Canadá e outros interessados. Por exemplo, o estudo de áreas sensíveis para determinar se o acesso é apropriado ou se um protocolo especial deve ser seguido. |
| Code of Ethics and Guidelines for Sustainable Tourism   | Canadá          | 1990                 | Implementado pela Associação da Indústria Turística do Canadá e pela Mesa Redonda Nacional sobre Meio Ambiente e Economia, o Código de Ética e Orientações para o Turismo Sustentável tem o propósito de fornecer recomendações ecológicas e culturais imensuráveis e não obrigatórias a todos os membros da associação TIAC no Canadá: operadoras de turismo, meios de hospedagem e serviços de alimentação. Mais do que princípios rigorosos, esse programa parece ser uma estrutura para qualquer cooperação futura entre a indústria do turismo, outros setores industriais e órgãos governamentais de qualquer nível.  |

(Continua)

(continuação do Quadro 5)

|   |                         |      |   |
|---|-------------------------|------|---|
| International Council of Cruise Lines Industry standards for waste management | Estados Unidos          | 1990 | O Conselho Internacional de Padrões das Operadoras de Cruzeiro para Práticas e Procedimentos de Gerenciamento de Resíduos contém padrões obrigatórios desenvolvidos pelo Conselho Internacional de Linhas de Cruzeiros para seus membros (aprox. 17 operadoras de passageiros). Eles excederam todas as exigências das leis dos Estados Unidos e os tratados internacionais referentes às práticas gerenciais sobre produção de lixo a bordo. Grupos governamentais, fornecedores da indústria, associações de cruzeiros que implementaram essa iniciativa e transformaram tais orientações em padrões obrigatórios no ano de 2000, bem como aquelas em desenvolvimento, estão integradas a um Sistema de Gestão Ambiental.   |
| Best Practices for viewing Marine Wildlife                                    | Estados Unidos e Canadá | 1994 | Este projeto de observação da vida marinha foi implementado pela Associação de Operadoras de Observação de Baleias. Sua função é formular princípios mais rigorosos do que as leis e regulamentos vigentes nos países envolvidos. Os integrantes do projeto são incentivados a concordar com esses princípios. A discordância às normas não é prevista, exceto no caso de flagrante de violação regulamentada pela jurisdição nacional pertinente. Os primeiros 37 membros da associação aprovaram essas orientações, as quais contribuem para a conservação de todas as espécies marinhas nas águas do nordeste dos EUA e Canadá, principalmente as baleias assassinas, sendo que a maioria está de acordo com essas orientações. O governo canadense pretende tornar essas práticas obrigatórias, integrando-as às suas regras nacionais. |
| Duurzaam toerisme Alpen 2005  | Países Baixos (Alpes)   | 1998 | Foi desenvolvido pela Plataforma dos Alpes dos Países Baixos. É uma rede para estimular e apoiar operadoras de turismo holandesas a comprar e vender produtos ambientalmente corretos e certificados (transporte, meios de hospedagem, atividades, etc.). Também deveria estimular os consumidores a comprarem produtos verdes nos Países Baixos, países alpinos e Europa. Até outubro de 2003, a rede certificou férias e viagens verdes de seis operadoras de viagem.   |
| Forum anders reisen   | Alemanha                | 1998 | Funciona como uma rede de agências e operadoras de turismo alemãs de pequeno e médio porte que implementam e apoiam o turismo sustentável em termos políticos e práticos. Seu objetivo é o desenvolvimento de um turismo que seja ecologicamente saudável a longo prazo, economicamente viável, além de ética e socialmente justo para comunidades locais. Em 2001, mais de 80 membros estavam registrados, sendo que a maioria deles era de projetos alemães, mas projetos na Finlândia, Espanha, Polônia e Grã-Bretanha estavam contemplados.   |

(Continua)

(continuação do Quadro 5)

|   |            |      |   |
|---|------------|------|---|
| Erklärung von Kreta                               | Suíça      | 1999 | É uma autodeclaração dirigida pela Federação Suíça de Agências de Viagem, tendo como propósito o suporte às operadoras de turismo que integram a Federação Suíça de Agências de Viagem, oferecendo roteiros de sol e praia por todo o mundo, mas com ênfase no Mediterrâneo. Esse apoio tem o intuito de beneficiar os esforços em relação aos aspectos ecológicos e sociais dessas regiões. 17 operadoras de turismo suíças assinaram o autocomprometimento à época, sendo que essa iniciativa será estendida também para agências de turismo e pode vir a ser obrigatória com a instauração de um sistema de monitoramento.   |
| Fair Trade in Tourism Initiative                  | África     | 1999 | É uma rede iniciada pela entidade Tourism Concern em parceria com IUCN da África do Sul, entre outros. O propósito, destinado a indivíduos e organizações que podem contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas na Feira de Negócios do Turismo, é construir uma rede de serviços comercializados honestamente mediante as operadoras de turismo, a fim de treinar e desenvolver comunidades africanas quanto às políticas de sustentabilidade ecológica, social e cultural, estabelecendo critérios de gestão para a implementação de um turismo equitativo nos países do hemisfério sul.  |
| Fiji Ecotourism Best Practices Program            | Ilhas Fiji | 1999 | Implementado pelo Ministério de Turismo e Transporte e pela Associação de Ecoturismo das Ilhas Fiji, o projeto constitui um caso singular de trabalho cooperativo entre os setores público e privado, a fim de se criar uma política de ecoturismo nessas ilhas.  |
| Tour Operators Initiative for Sustainable Tourism | Mundial    | 2000 | Implementada por várias entidades: PNUMA, UNESCO, OMT e operadoras de turismo internacionais. Foca-se em incentivar operadoras de turismo, em todo o mundo, a estabelecer um comprometimento corporativo com o desenvolvimento sustentável, bem como prestar contas dos impactos ambientais, culturais e sociais de suas atividades que integram o planejamento e operação de seus roteiros. Esse projeto conta com 26 membros envolvidos e a perspectiva é atuar em destinos e na cooperação dos fornecedores.   |
| Kenia Ecorating Scheme                            | Quênia     | 2001 | Iniciado pela Sociedade de Ecoturismo do Quênia, esse programa tem como objetivo preservar os recursos naturais e culturais do Quênia e melhorar a vida da população local. A organização dirigente desenvolve uma estrutura de padrões de gestão ambiental para operadoras de turismo, hoteleiros, operadoras de alojamentos e <i>camping</i> , assim como gestores de destinos turísticos, além de utilizar estratégias de marketing para se promover e fazer a divulgação das empresas que alcançam tal certificação. A longo prazo, o plano é identificar uma rede de organizações e/ou indivíduos que possam fornecer apoio e conselhos diretos para empreendimentos em busca de certificação. |

Fonte: Adaptado de OMT, 2004.

De acordo com esse estudo da OMT (2004), alguns aspectos positivos e outros negativos da implantação de marcas de qualidade de seus produtos podem ser contemplados:

## 1. Aspectos positivos

- Embora se reconheça que os processos de certificação pioneiros apresentaram resultados em longo prazo, motivados pelas dificuldades de aplicabilidade iniciais e subseqüentes ajustes, acabaram por valorizar sobremaneira os preceitos e conclusões dos diversos encontros que trataram dos problemas ambientais em nível mundial (Estocolmo, 1972; Nairobi, 1982; Rio de Janeiro, 1992; Johannesburgo, 2002);
- Novos projetos de selos ambientais estão sendo elaborados, os quais podem e devem aprender com as experiências existentes, comumente associadas ao ecoturismo;
- Partindo da iniciativa de alguns setores da atividade turística, principalmente relacionados aos meios de hospedagem, os programas de certificação pesquisados acabaram por instigar e envolver outras áreas a tais práticas, como por exemplo: meios de transportes; destinos; agências de viagens e turismo; instalações turísticas; guias de turismo; produtos turísticos; parques e praias; e terminais turísticos e de transportes. Isso determinou a necessidade de abranger toda a cadeia produtiva e operacional da atividade. Talvez por acaso, intuindo tornar-se uma ferramenta adicional para o marketing individual de determinada empresa turística – ou de um grupo de empresas, como foi o caso dos meios de hospedagem, inclusive no Brasil, com o Programa de Qualidade e Conduta Ambiental da Associação de Hotéis Roteiros de Charme, criado em 1999 –, acabou por atrair novos grupos de fornecedores, ampliando as parcerias e cooperados. Para o caso brasileiro, este fato apresenta-se como premissa para um futuro próximo - tema a ser discutido e objeto de estudo deste trabalho -, levando-se em conta que RE's são compostos de bens (atrativos naturais, histórico-culturais, artificiais e imateriais, além da experiência turística) e serviços (transporte, hospedagem, operação emissiva e receptiva, agenciamento, guias, alimentação, recreação, infra-estruturas básicas e de acesso e eventos);
- A incomensurável necessidade de ações em parceria, envolvendo todos os atores na qualificação dos produtos e empresas da atividade turística (setores público e privado; ONG's; comunidades locais e consumidores);

- Os vários produtos turísticos surgidos destas iniciativas acabam por garantir a qualidade ambiental e social da experiência turística como um todo, sendo que os selos enfatizam tais atributos e revelam um padrão significativamente elevado comparado àqueles sem um programa de certificação (e selo ecológico associado).

## 2. Aspectos negativos

- A indicação de certificação em nível mundial não atende as peculiaridades regionais e nacionais, sendo necessária a adequação caso a caso;
- O intercâmbio entre os programas de certificação nem sempre é passível de ocorrer de forma cooperada, pois os níveis de exigência e critérios diferem entre si. Por este aspecto e existência da ISO 14024, se indica a aplicação desta norma, bem como – e principalmente – das diretrizes que norteiam este trabalho.
- Algumas diretrizes resistem à inclusão do Turismo na ocupação dos espaços naturais e de áreas protegidas, limitando-se unicamente ao estudo de seus impactos nesses locais, quando a necessidade implica em compreender todas as etapas, principalmente as emissoras, um dos componentes do objeto de estudo deste trabalho.

Font (2001) observa que a proliferação intensiva de selos evidencia o interesse em transformar o turismo em uma atividade sustentável, mas que, paradoxalmente, pode e costuma gerar descrédito e confusão no mercado consumidor e investidor, pois esta proliferação atual de concessões de selos e endossos acaba por confundir consumidores à extensão de preferir ignorar estas mensagens verdes.

A seguir, um último modelo internacional pesquisado de iniciativa ambiental e socialmente responsável, antes de citar algumas orientações e iniciativas para certificação de produtos turísticos por parte de órgãos governamentais, empresas privadas e ONG's brasileiras, (abandonadas, em projeto ou em uso) que já possuem ações e práticas semelhantes àquelas criadas e aplicadas em nível mundial e amplamente apresentadas.

### 2.3.1 *Responsible Travel*

Remolins (2007) cita que a agência de viagens britânica *Responsible Travel* não se trata de um operador turístico convencional, pois não organiza excursões nem pacotes. Atua como intermediária entre o cliente e o operador turístico (cerca de 220 de todo o mundo que oferecem mais de 2000 pacotes), a troco de uma comissão.

Com apenas 14 empregados, oferece principalmente informação e assessoria sobre os destinos e pacotes para turismo ecológico, como por exemplo:

- Safáris e passeios de camelo no deserto de Thar, no Paquistão;
- Expedições de elefante para visitar antigos fortes na Índia;
- *Trekking* no Caminho do Inca no Peru ou nas geleiras da Patagônia;
- Mergulho nos recifes do Caribe mexicano (REMOLINS, 2007).

O mesmo autor menciona que a maioria dos roteiros é acompanhado por cientistas em suas pesquisas, aliando aventura com consciência ecológica e social. Os hotéis e hospedagens escolhidos usam geralmente energia solar, possuem edificações tradicionais (às vezes rústicas) e são gerenciados por comunidades locais.

### 2.3.2 Código de Conduta da ABETA

O propósito deste Código de Conduta, conforme a Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura (ABETA), “é estabelecer critérios que sirvam de orientação para a prática segura e consciente das atividades de turismo de aventura, quer sejam em ambientes naturais, rurais ou urbanos e sejam referências de atuação de todos os associados” (ABETA, 2007).

Ainda de acordo com a ABETA, este Código “objetiva segurança, qualidade, sustentabilidade, prevenção e compensação dos impactos sócio-ambientais” (ABETA, 2007).

Para as demais operadoras de ecoturismo, este Código poderá significar a indicação de práticas associadas e integradas no cumprimento e monitoramento das atividades que regem a sustentabilidade social, econômica e ambiental de regiões e comunidades locais.

Em síntese, o Código de Conduta da ABETA fiscaliza o cumprimento e monitoramento da organização associada no que concerne a:

- Agir de acordo com a Legislação Vigente;
- Agir conscientemente;
- Promover a qualificação de colaboradores internos e externos;
- Elaborar roteiros seguros;
- Elaborar planos de contingência;
- Contratar seguros específicos para as atividades;
- Ofertar a atividade com honestidade;
- Formalizar a relação de prestação de serviços;
- Integrar os participantes;
- Proporcionar atendimento com qualidade e segurança;
- Avaliar a satisfação;
- Realizar a manutenção dos equipamentos;
- Promover a conscientização ambiental;
- Aplicar e compartilhar práticas de mínimo impacto;
- Desenvolver ferramentas para a compensação do impacto;
- Colaborar com a preservação;
- Respeitar a comunidade;
- Desenvolver ferramentas para a compensação do impacto sócio-cultural (ABETA, 2007).

### 2.3.3 Código de Práticas para Operadoras de Ecoturismo do site EcoViagem

O EcoViagem é um site para a promoção do turismo no Brasil por meio da internet, divulgando informações sobre os destinos nacionais, com uma completa e atualizada oferta de informações turísticas.

Um dos objetivos desta ferramenta de divulgação das empresas associadas ao site (e do turismo de suas regiões compreendidas), é orientar os turistas, por meio do Código de Práticas para Operadoras de Ecoturismo, a observar aos seguintes princípios (especificamente voltados para o meio ambiente):

- Fortalecer os esforços para a conservação e preservação da integridade natural dos lugares visitados.

- Ser eficiente na utilização dos recursos (água, energia).
- Assegurar que a disposição dos resíduos gere um mínimo impacto.
- Desenvolver programas de reciclagem.
- Apoiar empresas de serviços (hotéis, transportes, restaurantes, guias especializados, etc.) que atuem sob uma ética conservacionista.
- Manter-se lado a lado das políticas e questões ambientais, particularmente nas áreas visitadas.
- Apoiar a capacitação e educação para o Ecoturismo de guias e gerentes de estabelecimentos comerciais.
- Empregar guias de turismo especializados e cuidadosos com o ambiente local.
- Dar aos clientes educação verbal e escrita (interpretação) e os orientar com relação ao respeito à história natural e cultural da área visitada.
- Utilizar os produtos e serviços locais para beneficiar a comunidade, mas não consumir produtos feitos de espécies ameaçadas ou em perigo. Exemplos: palmito e pinhão.
- Nunca perturbar intencionalmente ou encorajar a perturbação da vida selvagem e de seus habitats.
- Manter os veículos dentro das trilhas.
- Cumprir as regras e regulamentos das áreas naturais.
- Não fazer propaganda enganosa.
- Maximizar a qualidade da experiência, tanto para o visitante quanto para o anfitrião (ECOVIAGEM, 2007).

#### 2.3.4 Programa de Certificação em Turismo Sustentável

Criado em 2001 - antecipando-se à Conferência Mundial de Ecoturismo, em Quebec, no Canadá -, o Programa de Certificação em Turismo Sustentável (PCTS) teve como objetivo planejar e implementar uma estratégia de certificação para toda a cadeia de turismo sustentável no Brasil, desde roteiros de ecoturismo e esportes de aventura até componentes do turismo convencional.

Brasil (2004) considera

um marco importante para a implantação dessa nova visão do turismo no país, criando o CBTS – Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável, em 2002, por iniciativa da WWF-Brasil (*Worldwide Wildlife Foundation*) e da SOS Mata Atlântica. O processo demorou quase três anos. Os debates, que tiveram participação de 330 representantes dos vários segmentos turísticos, definiram os princípios básicos do turismo sustentável. Mas não chegaram a um consenso sobre os indicadores capazes de mensurar os padrões do turismo sustentável, a base para se implantar um sistema de normas de certificação (BRASIL, 2004).

Ao apresentar este programa por ocasião da 5ª edição da Adventure Fair (a maior feira de ecoturismo e aventura do Hemisfério Sul), realizada em São Paulo de 12 a 16 de novembro de 2003, o mesmo autor cita que

o CBTS teve o intuito de padronizar e catalisar as centenas de selos de ecoturismo existentes ao redor do mundo, apoiado por diversas instituições, organizações e segmentos ambientais, sociais, educacionais e econômicos do Brasil (BRASIL, 2004).

Rolim de Moura (2004) menciona ainda que, por iniciativa do Instituto de Hospitalidade (IH), em parceria com o CBTS e apoiado pelo APEX-Brasil, este programa visava apoiar os empreendedores do turismo a responder aos novos desafios do setor de turismo e contribuir para o desenvolvimento sustentável do país.

Furtado (2007), diretor da Agência Ar de Bonito, Mato Grosso do Sul, cita, porém, que poucas agências e operadoras de turismo do Brasil se inscreveram no PCTS.

As primeiras normas deste Programa, portanto, foram então direcionadas aos meios de hospedagem, iniciando os trâmites na Associação Brasileira das Normas Técnicas (ABNT), convertendo-se na Norma Brasileira (NBR) voluntária para “Meios de Hospedagem – Sistema de Gestão da Sustentabilidade – Requisitos”, cujo código é ABNT NBR 15401: 2006 (ROCHA, 2007; PCTS, 2007).

Os objetivos iniciais principais visavam:

- Desenvolver o Sistema Brasileiro de Normas e de Certificação em Turismo Sustentável;

- Disseminar informações sobre tecnologias e boas práticas sustentáveis, visando à melhoria de qualidade, meio ambiente, segurança e responsabilidade social no setor turístico;
- Capacitar profissionais para prestar assessoria técnica às empresas;
- Fornecer subsídios para implementação de boas práticas sustentáveis nas PME's;
- Promover as empresas participantes e a imagem do destino Brasil Sustentável em mercados internacionais;
- Envolver as partes interessadas no debate sobre a sustentabilidade das atividades do setor do turismo (ROCHA, 2007).

O mesmo autor complementa que o que se identificava como uma esperança para o setor, ou seja, determinar parâmetros de certificação para as operadoras ecoturísticas, acabou por indicar apenas a atualização dos dados e conclusões mais relevantes para o *marketing* internacional do destino Brasil nos segmentos de ecoturismo e turismo sustentável.

Conforme o próprio documento, em sua introdução, “se limita a dar uma visão geral e destacar pontos importantes, mas não entra em grande detalhe”. As conclusões e recomendações do relatório preliminar apontam:

- O segmento de “ecoturismo” não é muito homogêneo e o conceito “ecoturismo” não foi ainda muito assimilado pelo consumidor;
- O mercado “núcleo” de ecoturismo é pequeno;
- Não existem dados confiáveis que demonstrem que as taxas de crescimento de ecoturismo são maiores do que em outros segmentos de turismo (como turismo de aventura);
- As operadoras especializadas são pequenas e só atendem a uma minoria dos consumidores com interesse em atividades ecoturísticas;
- O foco está mudando para Turismo Sustentável e Turismo Responsável;

O potencial de crescimento de “ecoturismo” para o Brasil é grande, mas só se realizará se com gestão responsável dos destinos (PCTS, 2007).

Nas recomendações finais, cita o relatório especificamente aos fornecedores:

Quem não oferece qualidade (incluindo sustentabilidade) não aproveitará a acirrada concorrência internacional para atrair turistas, significando a necessidade de investimento no planejamento e logística da operação, na educação permanente dos guias e evolução do conteúdo dos roteiros (PCTS, 2007).

O PCTS conclui sugerindo *marketing* dirigido, paralelamente ao acompanhamento da satisfação dos clientes e o retorno de *marketing*, mas quando cabível, ou necessário, o estabelecimento dos requisitos mínimos de desempenho seja efetuado por produto. O desempenho mínimo deverá ser suportado e implementado mediante um sistema de gestão.

Este sistema de gestão, portanto, para ser consistente, deverá ter os seguintes componentes mínimos: política, planejamento, responsabilidades e recursos, mecanismos de revisão, monitoramento e melhoria contínua.

Considerando-se a abrangência das empresas diretamente envolvidas no turismo sustentável, a qualificação e/ou certificação deve desenvolver-se por segmentos. Para o segmento específico das empresas turísticas que atuam no agenciamento dos serviços inseridos nos roteiros, o PCTS (2007) divide-as em duas categorias: as agências de viagens<sup>13</sup> e as operadoras.

Conforme citado acima, no caso do agenciamento, a certificação deve ocorrer focalizada no planejamento dos produtos, com vistas a assegurar a sustentabilidade destes. No caso das operadoras, a certificação estabelecerá como um produto deve ser planejado para poder ser considerado de turismo sustentável, incluindo a responsabilidade da operadora em assegurar efetivamente que todos os componentes do produto sejam de fato sustentáveis.

No caso das agências, é preciso haver uma separação clara entre os produtos sustentáveis (os roteiros das operadoras) e aqueles em que não é possível se afirmar isso, estabelecer-se diretrizes mínimas para a comercialização, além do próprio desempenho interno dessas empresas.

Esgotadas as indicações acima das práticas, regulamentações, modelos de gestão, declarações, diretrizes, acordos, programas, certificações, critérios, códigos de ética, selos ecológicos, prêmios, termos de comprometimento, entre outros, em níveis nacional e internacional, citados em artigos, leis, publicações e pesquisas de

---

<sup>13</sup> Agências de viagens vendem os roteiros, que são planejados e operados pelas operadoras, muitas vezes confundidas com fornecedores.

instituições governamentais, setor privado, ONG's e comunidades participantes, e com o intuito de prospectar uma forma de consumo e produção sustentável de modo inovador, associando estratégias de *marketing* a produtos/serviços ecologicamente prudentes, o capítulo a seguir indicará aos empreendedores (operadoras ecoturísticas emissivas e receptivas) os parâmetros para a definição e utilização da certificação mais apropriada por meio de um "selo verde", para distinguir seus produtos e processos perante o seu público consumidor.

Segundo a WWF-Brasil (2005), a utilização da certificação do turismo proporcionará credibilidade nacional e internacional aos roteiros oferecidos no país devido à relação e ao compromisso da qualidade do produto e de seus serviços com os mecanismos de valorização dos atrativos nacionais, de proteção natural, histórico e cultural e de geração de benefícios para as populações anfitriãs.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 AÇÕES DESEMPENHADAS POR OPERADORAS ECOTURÍSTICAS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Conforme citaram Drumm e Moore (2002) no Capítulo dois, alguns dirigentes possuem um entendimento incompleto a respeito das questões referentes à missão e visão dos seus negócios. Para elucidar esta retórica, cita-se o exemplo da Operadora Turística TAM Viagens. No período de 24 a 28 de agosto de 2005, realizou-se, em São Paulo, a 7ª Adventure Fair, ocasião em que a TAM Viagens (à época a 2ª maior operadora de turismo do mercado brasileiro) apresentou 11 novos roteiros da marca EcoTAM (um dos canais criados por esta empresa para incentivar o turismo sustentável em destinos ecológicos).

Ferraz (2005), respectivamente o diretor da TAM Viagens, declara, nesta ocasião:

Nosso objetivo é mostrar que o turismo de aventura pode ser seguro e confortável, sendo uma maneira diferente de viajar e conhecer novos lugares. Vamos criar e divulgar destinos com total infra-estrutura, comodidade, proporcionando ao viajante o contato com a diversidade cultural desses destinos (FERRAZ, 2005).

Percebe-se que o mencionado diretor tem focado seu discurso mais direcionado ao cliente/turista, mas não se identifica a preocupação em relação ao meio ambiente e as comunidades receptoras, nem tampouco consegue distinguir ecoturismo de turismo de aventura, bem como diversidade cultural de ambiente natural.

A escolha da identidade “eco” por parte da TAM Viagens e contemplados nestes 11 novos roteiros se dá unicamente pelo aspecto dos destinos serem mundialmente conhecidos pelos seus atrativos naturais.

Ações pró-ativas por parte de algumas OE's brasileiras são gradativamente percebidas, cujas iniciativas não se restringem a reduzir e/ou dispor adequadamente resíduos, economizar água e energia nos ambientes de trabalho, mas estas ações ultrapassam as paredes dos escritórios, como por exemplo:

1. A partir de 1996, a Operadora Soletur, em conjunto com o IBAMA, lançaram o Programa “VIAJAR É PRESERVAR”, um trabalho de conscientização

ecológica para turistas, cujo resultado chegou a mais de 110 mil pessoas num prazo de um ano. O projeto era sustentado numa série de ações como treinamento de guias de turismo com o corpo técnico do IBAMA, distribuição de material de educação ambiental, tais como folhetos, cartazes, displays, botons, camisetas, além de sacolas e sacos de lixo distribuídos aos passageiros durante os passeios turísticos realizados no Brasil. Como ícone capaz de influenciar a mudança de atitude em relação ao meio ambiente, utilizou-se a logomarca apresentada na Fig. 3. Porém, conforme a Folha Online (2001), este Programa teve sua descontinuidade em razão da falência da Operadora Soletur decretada em 25 de outubro de 2001.



Figura 3 – Selo do Projeto “Viajar é Preservar” da Operadora Soletur e IBAMA.

Fonte: [www.transalagoas.com.br](http://www.transalagoas.com.br) (2007)

2. O Diário do Turismo (2007a) cita também que a operadora brasileira Vivaterra colabora com o programa Florestas do Futuro (uma iniciativa da SOS Mata Atlântica), financiando o plantio de uma árvore por passageiro para ajudar a compensar a emissão de carbono decorrente desta viagem.
3. O Diário do Turismo (2007b) cita que a Ambiental Expedições, considerada uma das operadoras brasileiras pioneira no ecoturismo, incentiva seus clientes a compensar o carbono emitido em suas viagens com o projeto Viagem Limpa e Consciente em parceria com a SOS Mata Atlântica, em que a cada pacote de viagem comercializado, a empresa planta uma árvore na Mata Atlântica.

4. O Bureau Brasil de Ecoturismo, uma entidade civil sem fins lucrativos, constituída desde 2004, é composta por 23 operadoras nacionais e locais que operam para os principais destinos de ecoturismo do Brasil. Conforme consta em seu site ([www.bbeco.org](http://www.bbeco.org)), sua principal função é

promover e apoiar a comercialização dos destinos e produtos ecoturísticos brasileiros no mercado internacional, certificando a qualidade da prestação de serviços das operadoras associadas (BUREAU BRASIL DE ECOTURISMO, 2007).

De forma resumida, para assegurar que o ecoturismo seja desenvolvido dentro dos ideais de sustentabilidade, o Bureau estabelece em seu estatuto a promoção, através de suas ações,

a defesa, preservação e conservação do meio ambiente, do patrimônio histórico, cultural e artístico, bem como busca fomentar, estimular e disseminar o desenvolvimento sustentável no Brasil através do turismo (BUREAU BRASIL DE ECOTURISMO, 2007).

Outras premissas do Bureau é seu envolvimento com projetos sócio-ambientais sustentáveis nas comunidades onde atua, tais como:

- Projeto Recicla Bonito;
- Programa de Certificação em Turismo Sustentável;
- Projeto Curumin;
- Projeto Iraquara;
- Projeto Associação Grãos de Luz e Projeto Griô;
- Projeto Clique Árvore!;
- Projeto Festival da Guavira;
- Projeto GAP - Grupo Ambientalista de Palmeiras;
- Projeto Baleia Franca;
- “Troque o mogno pelo eucalipto” (BUREAU BRASIL DE ECOTURISMO, 2007).

Neste exemplo, o que se verifica é que o Bureau não possui um selo ecológico que possa identificar esta responsabilidade sócio-ambiental, bem como estimular a ação e participação por parte de outras empresas do setor.

5. Os folhetos de divulgação, em papel cem por cento reciclado, dos produtos turísticos (pacotes e roteiros) destinados a ambientes naturais e, principalmente em seu site ([www.freeway.tur.br](http://www.freeway.tur.br)), a OE brasileira Freeway destaca enunciados e selos ecológicos de práticas ambientais, tais como “Deixe o mogno na Floresta Amazônica” (ANEXO B) e “A cada viajante a Freeway planta uma árvore na Mata Atlântica” (ANEXO C). Também apóia projetos ambientais e sociais na região de Itacaré, Bahia e Lençóis Maranhenses, objetivando a preservação da qualidade destes destinos, reconhecidos e apoiados pela *Tour Operators Initiative (TOI) for Sustainable Tourism Development* (Iniciativa das Operadoras Turísticas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável), uma associação de operadores mundiais de turismo comprometidos com o turismo sustentável, vinculada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ao PNUMA e à OMT. São destaques também os encartes-propaganda na mídia escrita (Revista Viagem e Turismo da Editora Abril) em papel reciclado, e seu sócio-proprietário, Sr. Edgar Werblowsky, escreve diversos artigos relacionados com o turismo sustentável.

Neste último exemplo, observa-se que a Operadora Freeway necessitou buscar um modelo internacional de certificação, o que acaba por não ser reconhecido nacionalmente, justamente pelo desconhecimento dos parâmetros que nortearam esta identidade.

Todos os programas acima citados apresentam continuidade e ampliação de suas ações sustentáveis, exceto o “Viajar é Preservar” (nº 1).

### 3.2 DIRETRIZES PARA CERTIFICAÇÃO DE ROTEIROS ECOTURÍSTICOS

Para indicação das diretrizes para certificação de RE's sugeridos neste sub-capítulo consideram-se como referência duas recomendações:

- 1ª – o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) definido pela norma ISO 14001;
- 2ª – as recomendações para selos ecológicos indicadas pelo estudo da OMT (2004).

#### 3.2.1 Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

Para elucidar esta opção para a definição das diretrizes, é preciso lançar mão da definição de Gestão Ambiental aplicada pela norma ISO 14001 citada por Maimon (1999), que considera-a

como um conjunto de procedimentos para gerir ou administrar uma organização na sua interface com o meio ambiente. É a forma pela qual a empresa se mobiliza, interna e externamente, para a conquista da qualidade ambiental desejada (MAIMON, 1999, p. 8).

Em complementação, um Sistema de Gestão Ambiental, conforme a mesma autora (1999), vêm a ser

a parte do Sistema de Gestão Global que inclui a estrutura organizacional, o planejamento de atividades, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para o desenvolvimento, implantação, alcance, revisão e manutenção da política ambiental (MAIMON, 1999, p. 8).

Portanto, como uma referência setorial (o ecoturismo), o SGA poderá ser aplicado aos produtos das OE's (os seus RE's), distinguindo-se das ações descontínuas, pontuais e não integradas de controle ambiental das empresas.

Neste contexto, as OE's apresentam o comportamento reativo citado por BRASIL (2004) e OMT (2004), no que tange a pressões exercidas pelos órgãos de fiscalização, pela comunidade e mesmo pelo mercado.

### 3.2.2 Recomendações da OMT para Selos Ecológicos

Para considerar este modelo a fim de determinar as diretrizes de certificação de RE's que se apresentam no final deste capítulo, a OMT (2004) menciona em seu estudo que um selo ecológico em ecoturismo demanda determinadas condições para ser implementado e operado com êxito, assim como seus princípios finais são reconhecidos mundialmente e todos os rótulos existentes nas suas fases de aperfeiçoamento precisam ser levados em consideração.

A seguir, através do Quadro nº 6 - Recomendações da OMT para selos ecológicos, apresenta-se um panorama, em detalhes, sobre os aspectos a serem considerados na aplicação de um selo ambiental – e respectivas diretrizes -, tomando por base o “*Checklist - Selos ecológicos: da idéia à operação bem-sucedida*” (OMT, 2004, pp. 41 a 44).

Quadro 6 - Recomendações da OMT para selos ecológicos.

|  |  |
|--|--|
| <b>1. Condições</b>                                      |  |
| 1.1 Grupo de Produtos                                    | Quais partes da oferta turística devem ser certificadas: empresas de turismo, destinos, pacotes turísticos?  |
| 1.2 Objetivos do desenvolvimento ambiental e sustentável | Há uma preocupação suficiente em relação aos objetivos de qualidade comuns?  |
| 1.3 Desempenho ambiental                                 | Quais características ambientais devem ser garantidas: padrões legais, resultados econômicos e/ou sócio-culturais positivos?   |
| 1.4 O mercado de um selo ecológico                       |  |
| 1.4.1 Oferta   | Existem interesses comuns e abrangentes, além de pró-atividade entre possíveis licenciados, que originem um processo de classificação: fornecedores, produtos-alvo ou grupo de produtos?   |
| 1.4.2 Vendas   | Como os produtos turísticos são comercializados no mercado: venda direta ao consumidor ou por meio de varejistas (operadoras de turismo)?  |
| 1.4.3 Demanda  | Há procura claramente definida (clientes): que tipo de grupos?   |
| 1.4.4 Concorrência                                       | Existem outras organizações que oferecem procedimentos de certificação ecológica: oferta competitiva, produtos comparáveis ou oportunidades de colaboração?  |
|  | <b>O certificado ambiental é uma ferramenta ideal e tem boas perspectivas de desenvolvimento? Em caso positivo, seguir para...</b>   |
| <b>2. Implementação e operação</b>                       |  |
| 2.1 Preparação   | Determinação da conduta de elaboração do selo ambiental: gerenciamento, integrantes envolvidos, processos de tomada de decisão.  |
| 2.2 Critérios  | Descrição das características ambientais; limitações ou diferenciais espaciais e originalidade; influência e consentimento; e melhoria constante dos critérios das exigências legais.  |
| 2.3 Introdução e aplicação                               | Definição pormenorizada de todas as qualidades relevantes; conformidade com as obrigações; e assistência adicional para programas de treinamento e qualificação (item prioritário).  |
| 2.4 Sistema de avaliação                                 | Mensuração e verificação; parecer técnico.   |
| 2.5 Avaliação  | Autoridade responsável pelo exame avaliador; método de exame.  |
| 2.6 Selo   | Logo patenteado e título: selo, texto adicional; proteção legal.   |
| 2.7 Órgão certificador                                   | Instituição privada ou pública: aceitação das associações de classe mais importantes; disponibilidade e consultoria.   |
| 2.8 Marketing (item prioritário)                         | Combinação entre a "Identidade Corporativa" existente (censo comum) e um projeto corporativo atualizado para a correção, ou diminuição da intensidade, de possíveis contradições; definição dos principais grupos-alvo; relações públicas e publicidade; vendas e colaboração. |
| 2.9 Custos e finanças                                    | Financiamento inicial; taxas de candidatura e/ou certificação (prioritário).   |
|  | <b>O selo está pronto para ser introduzido no mercado? Em caso positivo, seguir para...</b>  |
| <b>3. Resultados</b>                                     |  |
| 3.1 Amplitude dos resultados                             | Quantos empreendimentos estão participando, qual o grau de publicidade e qual tipo de imagem tem o selo?   |
| 3.2 Profundidade dos resultados                          | Quais os resultados ambientais positivos entre as empresas premiadas: redução do consumo e dos danos ao meio ambiente, e/ou interação positiva (bons resultados econômicos e socioculturais)?  |

(Continua)

(continuação do Quadro 6)

|  |  |
|--|--|
| 3.3 Extensão dos resultados                      | Há forte implementação da rotina diária de trabalho, das estratégias de marketing e de identidade corporativa das empresas; os fatores de desenvolvimento sustentável global da qualidade ambiental, de férias e de qualidade de vida nos destinos são confiáveis?   |
| 3.4 Melhoria permanente e desenvolvimento futuro | De forma geral, como o mercado se desenvolveu, e qual a reação dos concorrentes? Existem selos com os quais se pode cooperar? Os selos para outros produtos e serviços oferecem estratégias de marketing e de vendas comuns? Quais as vantagens e desvantagens que o intercâmbio entre eles apresenta? Os critérios estão atualizados? Possuem capacidade de aperfeiçoamento e complementação? Quais os prováveis efeitos que tais alterações têm sobre os licenciados, a demanda e a competitividade? |
|  | <b>O selo é bem-sucedido se movimenta o mercado e apóia o desenvolvimento sustentável.</b>   |

Fonte: adaptado de OMT (2004)

Com base nestas referências, elencam-se e mencionam-se a seguir 12 diretrizes para certificação de RE's, apresentados na Tabela 2 – Diretrizes para certificação de roteiros ecoturísticos e respectivos setores associados (compostos pelas respectivas etapas aplicáveis a administração, planejamento, comercialização e operação destes roteiros) e pormenorizadas a seguir, em que, para atingir a meta da certificação, ao menor custo, de forma permanente, estas diretrizes possam configurar-se na estratégia mais indicada e passível de melhores resultados, proposta nesta dissertação.

Tabela 2 – Diretrizes para certificação de roteiros ecoturísticos e respectivos setores associados.

| DIRETRIZ   | OPERADORA     | ROTEIRO      |                 |          |
|--|---------------|--------------|-----------------|----------|
|  | Administração | Planejamento | Comercialização | Operação |
| Diretriz 1: Política ambiental                             | X             | X            | X               | X        |
| Diretriz 2: Identificação dos potenciais impactos          | X             | X            | X               | X        |
| Diretriz 3: Atender a legislação                           | X             | X            | X               | X        |
| Diretriz 4: Estabelecer metas e objetivos ambientais       | X             | X            | X               | X        |
| Diretriz 5: Gestão do consumo racional                     | X             | X            |                 | X        |
| Diretriz 6 – Alocação de recursos                          | X             | X            | X               | X        |
| Diretriz 7 – Atribuições, responsabilidades e treinamentos | X             | X            |                 | X        |
| Diretriz 8 – Educação ambiental                            | X             | X            | X               | X        |
| Diretriz 9 – Comunicação                                   | X             | X            | X               | X        |
| Diretriz 10: Controle Operacional                          | X             |              |                 | X        |
| Ações de Emergência  | X             |              |                 | X        |
| Manutenção   | X             |              |                 | X        |
| Monitoramento e ações Preventivas                          | X             |              |                 | X        |
| Diretriz 11 – Auditorias                                   | X             | X            |                 | X        |
| Diretriz 12 – Melhoria Contínua                            | X             | X            |                 | X        |

### 3.3 DISCUSSÃO DAS DIRETRIZES

As 12 diretrizes, sem exceção, deverão ser contempladas pela Administração das OE's, pois atentar para decisões e ações mais pró-ativas dos seus dirigentes, e não reativas, constituem-se nos princípios de práticas turísticas sustentáveis indicados pela Declaração de Ecoturismo de Quebec (orientando especificamente o setor privado), pela Política Nacional de Ecoturismo e pelo CBTS.

Além destes, atendem aos princípios estabelecidos em outras iniciativas multilaterais, devidamente citados quando for aplicável e/ou considerados relevantes.

As Etapas concernentes à produção dos RE's (Planejamento, Comercialização e Operação) possuem características particulares, cujas diferenças são apresentadas e pormenorizadas a seguir:

1 – Planejamento – Esta Etapa tem o pressuposto de compatibilizar as atividades de ecoturismo com a conservação de áreas naturais que serão inseridas nos roteiros. Deverá levar em conta os preceitos da política ambiental definida pela Administração da OE. Trata-se de um conjunto de procedimentos importantes para as etapas de Comercialização e Operação dos RE's.

2 – Comercialização – Esta Etapa considera, principalmente, caracterizar a “identidade verde” do RE, de expressar e transmitir a fiel intenção de turistas que se familiarizam com este segmento. Nesta Etapa sugere-se a utilização de um símbolo que demonstre a preocupação com o meio ambiente. No Anexo E - Sugestões de Selo Verde para Certificação de Roteiros Ecoturísticos, apresentam-se alguns modelos (Fig. 3, 4 e 5) que poderiam ser usados.

3 – Operação – A última Etapa engloba o fortalecimento da cooperação interinstitucional, estimulando a efetiva participação de todos os atores envolvidos e indicando a responsabilidade ambiental de cada um. Configura-se como a Etapa mais importante, pois as duas anteriores apresentam-se teóricas, a acontecer, com “data de validade” futura, criadoras de expectativas e efetiva aplicação das práticas ambientalmente corretas, vistas somente no momento do “consumo” do roteiro.

Em seguida, apresentam-se todas as discussões relativas, especificamente, a cada uma das Diretrizes indicadas.

### 3.3.1 Diretriz 1 – Política Ambiental

Ao implementar uma gestão ambiental para certificação de seus produtos, a Administração da OE deverá ter uma Política Ambiental claramente definida, elencá-la como uma de suas prioridades e voltada a minimizar os impactos adversos causados na utilização de recursos sócio-ambientais das comunidades anfitriãs incluídos em seus produtos; isto em todas as Etapas (Planejamento, Comercialização e Operação), conforme se observa a seguir.

Esta política ambiental deverá estar devidamente documentada e divulgada para todo o *staff* e *trade* turísticos, considerando, preferencialmente, os padrões e princípios do turismo sustentável e as melhores práticas recomendadas, tais como:

- Assegurar que todos os atores envolvidos (*staff*, fornecedores contratados, clientes, comunidades receptoras, organizações públicas e não-governamentais), saibam e participem, por meio de comunicação constante, desta política ambiental, conforme sugere a Sociedade Internacional do Ecoturismo.
- Conscientizar, educar, capacitar e comprometer todos os indivíduos, empresas e órgãos envolvidos, interna e externamente, para a troca de informações e a busca e aplicação de soluções participativas nos procedimentos da gestão ambiental dos seus RE's.
- Racionalizar o uso de recursos naturais, combatendo o desperdício de energias, materiais, reduzindo resíduos provenientes e aplicar a política de compras “ecorresponsáveis” (material celulósico, reciclável, etc.).
- Agir visando a melhoria contínua do desempenho ambiental e a prevenção dos impactos ambientais decorrentes de todas suas atividades, interna ou externamente.
- Preceita o Acordo de Mohonk: comprometer-se com o manejo ambiental, promover a promoção e comercialização de produtos responsáveis e autênticos (que atendam a expectativas realistas) em prol da retro-alimentação de sua clientela por meio da educação ambiental inserida nos RE's.
- Atender, inclusive, aos Princípios do Turismo Sustentável sugeridos no Programa de Certificação de Turismo Sustentável do Comitê Brasileiro de Turismo Sustentável, contempladas neste trabalho, tais como:
  - Respeito à legislação vigente;
  - Direitos das populações locais;
  - Considerar o patrimônio e o valor das culturas locais;
  - Desenvolvimento econômico e social dos destinos turísticos;
  - Conservação do ambiente natural;
  - Sustentabilidade da atividade; e
  - Planejamento e gestão responsáveis.

Com a gestão ambiental assegurada por conta da aplicação desta política, espera-se das OE's que transformem os princípios da Agenda 21 em ações práticas para a produção dos seus RE's, promovendo estas práticas entre todos os

participantes, mas essencialmente, sejam atuantes e competentes em avaliar eventuais impactos negativos ambientais e econômicos, inclusive estabelecendo estratégias para manejo e mitigação ambientais, com *staff* capacitado, educado, responsável, com conhecimento e consciência sobre este manejo, monitorando e relatando seu desempenho ambiental.

### 3.3.2 Diretriz 2 – Identificação dos potenciais impactos

A OE deverá, a partir da detecção de todos os aspectos ambientais decorrentes de suas atividades produtivas, identificar todas as suas futuras atividades, destinos, parceiros, produtos e serviços que podem causar algum impacto adverso no meio ambiente em que atuará, direta ou indiretamente.

Aplicam-se estas observações, respectivamente a cada uma das Etapas, aos seguintes itens:

- Etapa de Planejamento
  - Atentar para limites de capacidade de carga (turistas e veículos) dos atrativos naturais. Elevado número de visitantes e veículos devem ser controlados. Se usar-se como exemplo o esboço do roteiro do Apêndice A, perguntas como “Existem limites pré-determinados para aquele(s) destino(s)?” ou “Minha OE é a única empresa turística a encaminhar turistas para esse(s) destino(s)?” ou ainda, “É possível compatibilizar o contingente de turistas e veículos com outra(s) operadora(s)?” podem determinar pela decisão de escolha de um destino ecológico no contexto da demanda de uso múltiplo e eqüitativo.
  - Optar por tecnologias mais “limpas” em todos os possíveis e necessários meios de transportes. Liberação de gases de combustão em ambientes naturais, bem como derrame de óleos, graxas e combustíveis acabam por interferir ou alterar a qualidade do solo, ar e água.
  - Evitar atrativos deteriorados (que já foram explorados à exaustão), com manejo insuficiente e/ou super-visitação, ou que não seja possível mitigação (pelos altos custos) para exploração turística.

- Somente terceirizar serviços de empresas com algum tipo de gestão e/ou certificação ambiental, tais como empresas de transportes, meios de hospedagem, alimentação, de receptivo, guias de ecoturismo e condutores.
- Preferir destinos com atrativos de apelo cênico e/ou contemplativo. Apesar de que o ecoturismo sugere o contato direto, este(s) aspecto(s) evita(m) atividades menos concentradas e, em consequência, com menor impacto.
- Identificar destinos que ofereçam infra-estrutura e soluções para disposição de resíduos já instalados. Quando isto não for possível, em que a disposição tem previsão de acontecer em trânsito, providenciar meios e orientação para a redução, controle, transporte e disposição destes resíduos.
- Redução do desperdício na produção dos RE's, fazendo uso sustentável de materiais e insumos – recicláveis e reciclados – e produzidos localmente. No exemplo do Apêndice A, como se está planejando um produto inicialmente intangível, a ser consumido, é comum a utilização de folheteria de divulgação. Neste caso, recomenda-se optar por material reciclado, confeccionar este esboço sem datas e valores previstos (otimização), sendo tabelas de valores e calendários confeccionados sazonalmente e separadamente, e utilizar, preferencialmente, meios eletrônicos para divulgação e comercialização.
- Etapa de Comercialização
  - Documentos que comprovem pagamento, listas de participação e/ou confecção e distribuição de folheteria, além de impactos no uso de energia, água e materiais não estão descartados nesta Etapa, mas a sua redução e/ou otimização devem ser previstas e aplicadas, efetivamente, na Etapa de Planejamento, atentando para o cumprimento da política ambiental da OE.
- Etapa de Operação
  - Evitar tráfego excessivo de veículos motorizados, com liberação de poluição sonora e de gases de combustão, além de derrame de óleos, graxas e combustíveis.

- As atividades exercidas nos ambientes naturais devem ser das mais despercebidas possíveis, uma vez que a poluição sonora causada, tanto por número excessivo de turistas, como movimentação de veículos, interferem na qualidade ambiental do local.
- A intensa produção de lixo e sua disposição final é o extremo limite da cadeia da operação dos RE's. Alternativas e práticas desta destinação e/ou disposição, assim como nas Etapas anteriores, devem estar contempladas nesta Etapa. Portanto, minimizar a produção de dejetos e assegurar seus adequados transporte e disposição, é indicado.
- Pisoteio e compactação do solo em trilhas (concentração espacial) em detrimento do número excessivo e constante de turistas e veículos. Em razão desta observação, manter grupos suficientemente pequenos para garantir mínimo impacto no destino.
- Não afugentar e/ou tornar a fauna dependente, interrompendo processos naturais, respeitando a privacidade e a originalidade.
- Observar remoção da flora.
- Minimizar contaminação do solo, da água e do ar.

De modo geral, minimizar os impactos ambientais da Etapa de Operação, promovendo a conservação da biodiversidade e a integridade dos ecossistemas.

### 3.3.3 Diretriz 3 – Atender a legislação

A legislação e regulamentação, de âmbito nacional, regional ou local, específicas e passíveis de aplicabilidade em turismo e meio ambiente, deverão ser atendidas, estando estas devidamente documentadas, periodicamente atualizadas e divulgadas na empresa. As principais legislações e regulamentações concernentes são:

- Decreto-Lei nº 86.176, de 06/07/1981 – Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico.
- Decreto-Lei nº 7.347, de 25/07/1985 – Disciplina a Ação Civil Pública de Responsabilidade por Danos Causados ao Meio Ambiente, ao

Consumidor, a Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico e Paisagístico.

- Lei nº 8078/90 – Código do Consumidor.
- Decreto-Lei nº 9.274, de 06/06/1990 – Cria as Estações Ecológicas (EE) e as Áreas de Proteção Ambiental (APA's).
- Decreto-Lei nº 8181, de 28/03/1991 - Cria a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).
- Resolução do CONAMA nº 025, de 12/12/1996 – Cria a Câmara Técnica Temporária de Ecoturismo.
- Lei nº 9605, de 12/02/1998 – Dispõe sobre crimes ambientais.
- Lei nº 5795, de 20/01/1999 – Lei da educação Ambiental.
- Decreto-Lei nº 9.985, de 18/06/2000 – Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.
- Decreto-Lei nº 5.406, de 30/03/2005 – Regulamenta o cadastro obrigatório para fins de fiscalização das sociedades empresariais, das sociedades simples e dos empresários individuais que prestam serviços turísticos remunerados.
- Diversas outras leis específicas, tais como a Lei nº 11.428, de 22/12/2006 – Dispõe sobre a utilização do Bioma Mata Atlântica – Patrimônio Nacional.
- Leis estaduais de *Royalties* Ecológicos, ou também conhecidas como ICMS Ecológico (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Ademais, a Agenda 21 especifica que a OE deverá estabelecer mecanismos de forma a assegurar que as relações trabalhistas, comerciais e de produção sejam justas e também estejam em conformidade com a legislação.

Não obstante, a pesquisa realizada considerou a legislação ambiental vigente, mas podem sofrer alterações e atualizações constantes. Portanto, a atualização e respectiva aplicação são recomendadas.

As leis ambientais citadas acima são as mais conhecidas, aplicáveis para esta Diretriz, sendo as Etapas de Planejamento e Operação as mais indicadas para este cumprimento.

### 3.3.4 Diretriz 4 – Estabelecer objetivos e metas ambientais

A OE deve estabelecer seus objetivos e metas ambientais, visando a melhoria contínua do desempenho ambiental e a prevenção de impactos ambientais, culturais e sociais de suas atividades, que integram as Etapas de Planejamento e Operação, principalmente, de seus RE's.

Este estabelecimento de objetivos e metas deve levar em conta a necessidade e possibilidade de quantificar e/ou mensurar as práticas e atividades da OE, podendo apresentar indicadores quantitativos ou qualitativos.

Indicadores quantitativos mostram o que é possível, tais como:

- Porcentual de redução de insumos e materiais utilizados na confecção de folheteria de divulgação.
- Grau e nível de inovação tecnológica.
- Eficiência de promoção e vendas de produtos ambientalmente sustentáveis.
- Redução de energia oriunda de recursos naturais, como para eletricidade e combustão.
- Recolhimento de taxas e impostos reaplicados em programas de sustentabilidade.
- Redução na geração de resíduos provenientes da incursão nos ambientes naturais.
- Número de reclamações sobre os serviços ou produtos.
- Disponibilização e potencialização ambiental dos recursos humanos.
- Embora seja necessário considerar resultados em longo prazo, é possível mensurar recuperação de áreas afetadas da fauna e flora, por meio de práticas mitigadoras e/ou de alocação de recursos aplicados diretamente.

Indicadores qualitativos mostram como atingir um determinado desempenho ambiental, tais como:

- Qualidade da prestação de serviços turísticos.
- Gerenciamento e treinamento de recursos humanos.
- Velocidade de atualização e agilidade no desenvolvimento de novos produtos, além de fornecimento de serviços turísticos.
- Posicionamento no mercado e da clientela.

- Programas de conservação e educação ambiental.
- Desenvolvimento empresarial físico e financeiro.
- Prospecção de recursos e tecnologia ambiental.

Os objetivos da OE devem estar fundamentados na política ambiental da empresa e nos potenciais impactos ambientais significativos, passíveis de realização e mensuração.

A seguir, citam-se os objetivos aplicadas respectivamente a cada Etapa:

- Objetivos Ambientais na Etapa de Planejamento:
  - Evitar o desperdício, diminuir o uso de recursos e aumentar a qualidade ambiental;
  - Conservar e gerenciar energia por meio da redução do uso de fontes disponíveis;
  - Priorizar o uso de papel reciclado;
  - Estimular o re-uso de material celulósico;
  - Reduzir a geração de resíduos provenientes do uso de recipientes de material químico (tintas para impressão).
- Objetivos Ambientais na Etapa de Comercialização
  - Utilizar formulários e folderes eletrônicos;
  - Envolver *staff*, clientes e comunidades nas questões ambientais;
  - Engajar e/ou formar associações e parcerias voltadas para o desenvolvimento sustentável.
- Objetivos Ambientais na Etapa de Operação
  - Contratar empresas e indivíduos com algum programa de gestão ou certificação ambiental e/ou de segurança;
  - Optar por empresas de transporte que controlem emissões perigosas à atmosfera e de outros impactos ambientais (compactação e deterioração do solo).

Em complementação, as Metas são decorrentes dos objetivos ambientais. Devem ser propostas e alcançadas a tal ponto que sejam consideradas cumpridas pelos seus objetivos.

### 3.3.5 Diretriz 5 – Gestão do consumo racional

A gestão da qualidade do ar, da água, de resíduos, do consumo de energia e de transportes deverá ser gerida de forma a garantir a qualidade ambiental diretamente aplicada.

No modo indireto, poderá ser aplicada, por exemplo, por programas compensatórios já consolidados, tais como aqueles mencionados nos Anexos B e C: “Deixe o mogno na floresta amazônica – não faça dele seu móvel”; “A cada viajante, a Freeway planta 1 árvore na mata atlântica”, respectivamente.

Mesmo internamente, é conveniente gerir consumo de recursos naturais e controlar a disposição de resíduos provenientes destes, pois os benefícios da qualidade ambiental dos RE’s em prol do aumento da produtividade serão expressivos e repassados a todos os colaboradores. Esta Diretriz é indicada para as Etapas de Planejamento e Operação.

### 3.3.6 Diretriz 6 – Alocação de recursos

Recursos financeiros, físicos e/ou humanos deverão ser alocados na Etapa de Planejamento da OE, mas principalmente nas empresas distribuidoras de seus produtos (as agências de viagens que comercializam os roteiros)<sup>14</sup>, por meio de campanhas de *marketing*, pois são elas, efetivamente, que exercem a Etapa de Comercialização. Todos os indivíduos, empresas e/ou instituições parceiras na Etapa da Operação devem ser contempladas com alocação de recursos periodicamente, a fim de proceder a melhoria do desempenho ambiental. Esta Diretriz, portanto, somente terá resultado caso as sugestões abaixo citadas sejam aplicadas com maior ênfase na Etapa de Comercialização, pois apenas as Etapas de Planejamento e Operação dos RE’s não garantem a lucratividade e respectivos resultados ambientais.

Todavia, é necessário, primariamente, uma identidade ecológica inserida no Planejamento dos RE’s, para posteriormente observar a produtividade na

---

<sup>14</sup> Apesar de fundamentado no Capítulo dois, em que se conceitua as OE’s como produtoras de RE’s, estas, em sua maioria, não comercializam seus produtos aos seus clientes, diretamente. Outra tipologia de empresas turísticas, as Agências de Viagens, ou também conhecidas internacionalmente como *Travel Agency*, tem o importante papel de distribuir estes produtos das OE’s, uma vez que atuam como intermediárias.

comercialização. Desta comercialização surge então a perspectiva de atender a esta Diretriz, de modo que haja retro-alimentação (na ordem: marketing verde, vendas, lucros, investimentos, identidade verde), fazendo parte como indicação:

- Participar e investir na proteção de áreas verdes;
- Colaborar com a Lei de *Royalties* Ecológicos;
- Atentar aos custos, ao tempo das pessoas disponíveis para a implementação das práticas sustentáveis, equipamentos e serviços de terceiros a serem utilizados;
- Fomentar ações e contribuições para a manutenção do desenvolvimento da infra-estrutura comunitária.

Não obstante, Shores (1992) (citado no Capítulo dois) argumenta, por exemplo, que um retorno financeiro para o ecossistema visitado poderá ser contemplado em forma de taxa de visitação, cobrado pela OE e repassada para este atrativo natural, incluído no roteiro.

Se considerarmos o roteiro do Apêndice A, para cada roteiro comercializado poderá a operadora repassar uma taxa, podendo ser considerado um valor para cada ecoturista que adentrar ao Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, a exemplo dos Anexos B e C, já citados.

### 3.3.7 Diretriz 7 – Atribuições, responsabilidades e treinamento

Atribuições, responsabilidades e treinamentos ambientais deverão ser definidas previamente ao *staff* e ao *trade* turísticos envolvidos. Para a Etapa de Planejamento, são indicados treinamentos, conscientização e atribuições de competência apropriada para o *staff*, a fim de criar resultado significativo sobre as práticas ambientais previstas na execução do RE.

Para a Etapa de Operação, envolve principalmente a participação de indivíduos e empresas contratadas. A Sociedade Internacional de Ecoturismo (1993), citada no capítulo três, designa que a OE deve fornecer programas de treinamento ao *staff* (caso a OE o possua atuando diretamente) e *trade*, visando melhor orientação do visitante de ecossistemas frágeis.

Novaes e Carvalho (2005) também citam no Capítulo dois, por meio do seu Código de Conduta do Operador Turístico Sustentável, contribuir com a capacitação do *staff* e *trade*.

### 3.3.8 Diretriz 8 – Educação ambiental

Conscientização, treinamento, capacitação de instrutores, formação de agentes multiplicadores, comprometimento e educação ambientais deverão ser continuamente programados para todos os níveis funcionais da empresa (desde o atendimento até o pós-venda); multiplicar e compartilhar o conhecimento, além de buscar soluções participativas com o *trade* turístico e as comunidades (clientes e receptoras) que compõem a rede de serviços envolvida no produto turístico (roteiro) nos procedimentos ambientalmente corretos.

Envolverá ainda conhecimento, sensibilização, habilitação e mudança de comportamento de todos os recursos humanos as OE's, um dos objetivos básicos previstos pela Política Nacional de Ecoturismo. O próprio RE deverá ser um veículo de educação ambiental, em suas três Etapas de produção. Intuir mudanças de valores no comportamento das pessoas, não só durante a visitação como também em seus retornos (retro-alimentação), são esperados na Etapa de Operação, principalmente, tendo em vista a experiência e observação das práticas e comportamentos das atividades nos ambientes naturais e os benefícios de um RE realmente “amigo” do ambiente.

À luz destas observações e especificamente para a Etapa de Operação de RE's, as diretrizes da Sociedade Internacional de Ecoturismo estabelecem para este parâmetro que as OE's deverão preparar os ecoturistas visando minimizar os impactos ambientais negativos, preparando-os para o encontro com flora e fauna, fornecendo orientação, literatura, instruções, guiando pelo exemplo e tomando ações corretivas.

Novaes e Carvalho (2005) complementam que sejam operados RE's interpretativos, enquanto que Shores (1992) alega que ecoturistas devem participar de projetos de plantio de árvores ou recolhimento de lixo, agricultura orgânica, uso de energias alternativas e tecnologias adequadas.

### 3.3.9 Diretriz 9 – Comunicação

Esta Diretriz indica comunicação interna e externa da política ambiental, dos objetivos e metas ambientais da OE para seu *staff*, o *trade* e comunidades envolvidas (clientes ou receptoras).

Para a comunicação interna, todos os níveis e funções da OE devem ser incluídos, a fim de instigá-los para a gestão ambiental participativa. A comunicação externa requer receber, documentar e responder a impactos significativos e programas mitigadores às partes interessadas. Recomenda-se que a OE contemple parcerias entre clientes, ONG's, comunidades e órgãos de fiscalização.

Como exemplo para elucidar melhor esta Diretriz, utilizando o roteiro do Apêndice A, durante as visitas àqueles ambientes naturais, a OE, por meio de seu *staff* ou indivíduos contratados, deve informar as principais características teóricas e práticas da atividade, através da preleção e ao longo de todas as atividades, comunicando os riscos envolvidos, bem como os procedimentos de conduta adequadas, de interpretação sócio-ambiental e as medidas de minimização e compensação dos eventuais impactos causados.

Para os clientes, especificamente, é importante haver um processo de comunicação antes de sua decisão de compra.

### 3.3.10 Diretriz 10 - Controle Operacional

Todas as atividades, produtos (RE's) e serviços que eventualmente forem caracterizados como ambientalmente críticos deverão contar com um controle operacional. Estas operações e atividades associadas com aspectos ambientais identificados como potencialmente significativos aos patrimônios naturais, devem atender à política ambiental, aos objetivos e metas da OE.

Para esta Diretriz, indica-se exclusivamente a Etapa de Operação, uma vez que no efetivo "consumo" do RE surgem e observam-se os impactos negativos, situações de emergência, necessidade de manutenção, monitoramento e ações preventivas, a seguir particularizadas.

A Sociedade Internacional de Ecoturismo e o Código de Conduta do Operador Turístico Sustentável fazem menção, especificamente, que indivíduos, órgãos e empresas terceirizadas sejam qualificados e/ou certificados, em razão de suas atividades diretamente aplicadas, e atentam para possíveis impactos gerados, sugerindo:

- Aos meios de hospedagem, que não desperdicem recursos ou destruam o meio ambiente;

- Às empresas de alimentação, do ponto de vista técnico, sigam na sua maior parte os mesmos preceitos de sustentabilidade ambiental dos meios de hospedagem;
- Aos meios de transportes, que interfiram minimamente na qualidade do ar (poluição), da água e do solo (derramamento de combustível, óleos e graxas), perturbação do ambiente (ruído) e compactação do solo na formação de trilhas;
- Aos guias e monitores ecológicos, que cumpram com responsabilidade seu papel de recursos humanos que servem de elo entre o ecoturista e o patrimônio natural (intérprete ambiental) e multiplicadores da experiência ecoturística. Trata-se do profissional mais importante para a atividade de campo das trilhas, incluídos nos RE's, pois tem a tarefa de controlar e informar o grupo de ecoturistas, levantar informações de monitoramento da trilha, a fim de se conhecer sua capacidade de suporte, com avaliações importantes;
- Aos destinos turísticos, identificados como aqueles com um "proprietário", público ou privado, assumam a responsabilidade ambiental por tudo que seja pertinente dentro da sua propriedade.

Conforme abordado no Capítulo dois, considerando-se a abrangência das empresas diretamente envolvidas no turismo sustentável, o PCTS (2007) sugere que é preciso certificar e/ou qualificar os serviços turísticos por segmentos.

Torna-se necessária essa diferenciação, uma vez que o contexto em que essas empresas estão inseridas é substancialmente diferente. Tentar estabelecer os desempenhos numa única norma resultaria muito confuso e complexo.

#### 3.3.10.1 Ações de emergência

Especificamente na Etapa de Operação, deverá haver registro de impactos e/ou emergências, sendo necessário:

- Rever e testar periodicamente, em cada Operação, de cada RE, procedimentos relativos a situações de emergência, tais como incêndios, acidente no transporte, derramamento de combustíveis, etc., sendo revistas em seguida à ocorrência destes episódios.

- Prevenir, minimizar e mitigar os impactos ambientais adversos causados pelo *staff*, por indivíduos e/ou empresas turísticas e ecoturistas.

#### 3.3.10.2 Manutenção

- Principalmente aqueles relacionados aos equipamentos de transportes, independentemente pertencentes a própria OE ou terceirizados, indica-se perfeito estado de conservação, sempre prontos para o uso, realizando as manutenções preventivas e corretivas cabíveis, assim como as substituições periódicas necessárias. A renovação da frota, com tecnologias mais “limpas”, é indicada.

#### 3.3.10.3 Monitoramento e ações preventivas

- Verificar a qualidade dos produtos de acordo com a política ambiental, objetivos e metas da OE, a performance ambiental percebida pelo mercado.
- Corrigir preventivamente e minimizar ações corretivas são prioritários e indicados.

#### 3.3.11 Diretriz 11 – Auditorias

Esta Diretriz estabelece realizar auditorias periódicas do seu desempenho ambiental. Conforme determina o PCTS (2007), há a necessidade da auditoria inicial ser efetuada em duas fases, como é a prática consagrada em sistemas de gestão ambiental, onde, na primeira fase, são avaliados os arranjos da organização em implementar as práticas do turismo sustentável e a existência do sistema de gestão, atribuídos a Administração da operadora, e na segunda fase, planeja-se com mais detalhes, juntamente com o *staff* da operadora auditada, o acompanhamento das Etapas de Planejamento e Operação, que se concentrará na coleta de evidências sobre o alcance dos requisitos de desempenho, em especial em relação àqueles que envolvem interações com terceiros.

Uma vez determinado um período (indica-se período anual na implantação do RE e bianual quando consolidado comercialmente), avaliar e revisar todos os objetivos e metas anteriormente definidos, verificando nas Etapas de Planejamento e Operação, o comprometimento com a gestão ambiental do RE.

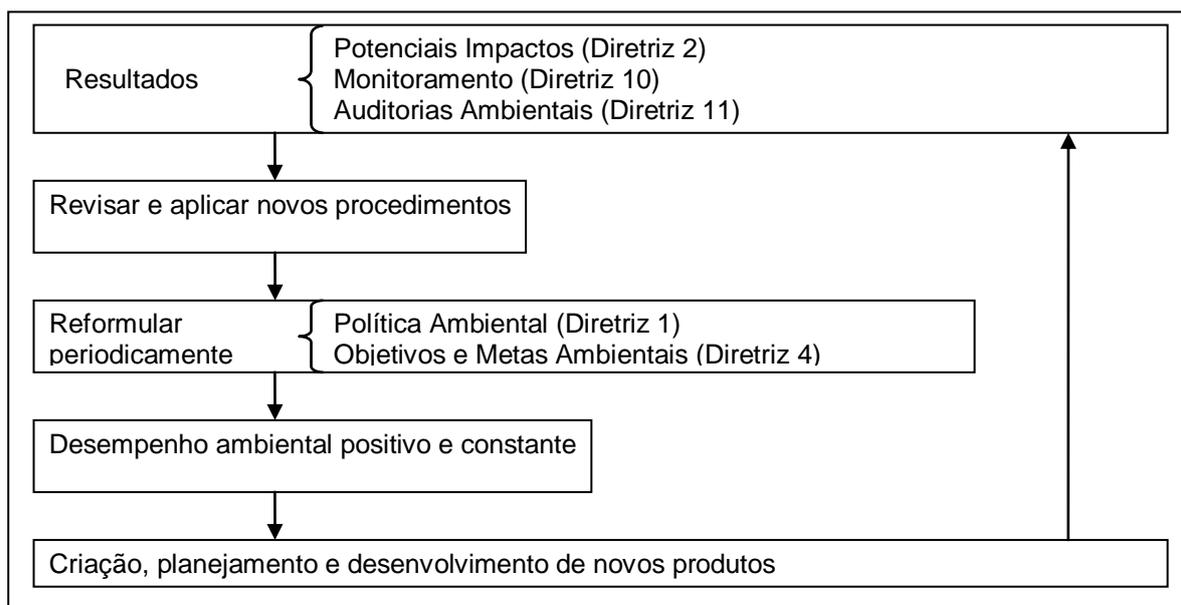
### 3.3.12 Diretriz 12 – Melhoria Contínua

A partir dos resultados dos potenciais impactos, monitoramento e das auditorias ambientais, recomenda-se revisar e aplicar novos procedimentos nas Etapas de Planejamento e Operação, reformulando periodicamente sua política ambiental, objetivos e metas para um desempenho ambiental positivo e constante.

Deste desempenho surgirão a criação, planejamento e desenvolvimento de novos produtos (RE's).

A fim de elucidar esta dinâmica, apresenta-se abaixo o Esquema 1 – Melhoria contínua na criação, comercialização e operação de roteiros ecoturísticos.

Esquema 1 - Melhoria contínua na criação, comercialização e operação de roteiros ecoturísticos.



Fonte: do autor

Para a efetiva certificação, contempla-se considerar posteriormente a inclusão de chancela de um órgão certificador, tais como uma ONG, associação de profissionais, instituição governamental e/ou órgão específico de certificação já atuante, a exemplo da ABNT para as NBR's, pois uma avaliação de conformidade deve ser feita por um organismo de terceira parte, por não representar o comprador, nem o fornecedor do produto ou serviço.

No Anexo E - Sugestões de Selo Verde para Certificação de Roteiros Ecoturísticos, apresentam-se as Fig. 3, 4 e 5 como sugestão de Selo Verde para a certificação de Roteiros Ecoturísticos.

## 4 CONCLUSÃO

As diretrizes elaboradas neste trabalho, visando às Operadoras de Ecoturismo do Brasil, procuraram estabelecer e indicar um processo de gestão ambiental eficiente e passível de aplicabilidade, focadas especificamente para seus produtos (os pacotes e/ou roteiros ecoturísticos).

A efetiva aplicação da gestão ambiental por parte dos dirigentes (atuantes ou potenciais gestores) dessas empresas turísticas acabarão por envolver todos os atores incluídos na implantação de um programa de identidade verde, resguardadas as particularidades de cada segmento, e conduzirão para um entendimento de uma nova perspectiva de visão em torno da questão ambiental.

As ações de aplicabilidade dos selos verdes que se consolidaram em nível mundial, embasaram este entendimento de forma ampla, haja vista que iniciativa da responsabilidade ambiental e cidadania empresarial por parte dos dirigentes das OE's tiveram um significado muito maior do que simplesmente contribuir com a preservação do meio ambiente, mas também abrangeram as relações com seus colaboradores, fornecedores, concorrentes e, principalmente, clientes.

Em nível nacional, portanto, é preciso agir de modo particular, específico, "micro", a partir dos produtos, para então seguir para todo o contexto, pois evidenciou-se neste estudo a não participação da maioria das operadoras de ecoturismo nesta questão, e as poucas citadas já apresentaram inúmeras iniciativas e práticas ambientalmente sustentáveis, o que justificaria aplicarem estas diretrizes elaboradas para a certificação de seus roteiros.

Para o processo de certificação destas poucas operadoras ecoturísticas em seus roteiros, aplicando-se estas diretrizes em conjunto ao Programa de Certificação em Turismo Sustentável, por exemplo, já consolidado para os meios de hospedagem e o turismo de aventura, poderá significar uma equiparação àquelas que são reconhecidas mundialmente.

Pela inexistência da particularização de práticas ambientalmente sustentáveis "visíveis" especificamente nos produtos turísticos, caracterizam este como um trabalho "aberto", de não configurar-se num documento conclusivo, mas sim, permitir indicações e contribuições a todo o *trade* envolvido, até que se esgotem todos os estudos e subsídios para aprimorá-la e a fim de que ela reflita melhor para o pensamento da efetiva aplicação de uma certificação de RE's, e não

unicamente ações de caráter interno, como se observou, não-integradas contextualmente em todo o processo.

## 5 REFERÊNCIAS

ABETA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE TURISMO DE AVENTURA. **Código de conduta**. 2007. Disponível em: <[http://www.abeta.com.br/pt-br/pgn.asp?id\\_pg=61&nivel=1&n1id=61](http://www.abeta.com.br/pt-br/pgn.asp?id_pg=61&nivel=1&n1id=61)>. Acessado em: 22/01/2008.

ALVARES, D. F.; LOURENÇO, J. M. **Modulação de ciclos de vida de destinos turísticos**: o caso da Ilha da Madeira-PT. 2006. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/7183>>. Acessado em: 22/01/2008.

AMBIENTE BRASIL. **Página institucional de Ambiente Brasil**. 2007. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./ecoturismo/index.html&conteudo=./ecoturismo/diretrizes.html>>. Acessado em 18/05/2007.

AUGUSTO, J. O turismo que dá certo. Entrevista a Sérgio A. Brasil. **Revista Host Hospitalidade & Turismo Sustentável**. São Paulo, p. 28-36, Agosto/Setembro 2004. Disponível em: <[http://www.revistahost.com.br/publisher/preview.php?edicao=0994&id\\_mat=64](http://www.revistahost.com.br/publisher/preview.php?edicao=0994&id_mat=64)>. Acesso em: 08/03/2008.

BAHL, M. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Prottexto, 2004.

BENI, M. C. Como certificar o turismo sustentável? **Turismo em Análise**. São Paulo: vol. 14, n. 2, p. 3-4, maio 2003.

BODSTEIN, L. C. de. Conservação ambiental e desenvolvimento turístico no Brasil. *In: Turismo em análise*. São Paulo, vol. 3, n.1, p. 99-112. 1992.

BONA, A.; PETROCCHI, M. **Agências de turismo**: planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 2003.

BRAGA, D. C. Discussão conceitual e tipologias das agências de turismo. *In*: BRAGA, D. C., Organizadora; Adriana Tavares...[*et al.*] **Agências de viagens e turismo: práticas de mercado**. Rio de Janeiro : Elsevier, 2008. p. 19-28.

BRASIL, S. A. O turismo que dá certo. **Revista Host Hospitalidade & Turismo Sustentável**. São Paulo, p. 28-36, Agosto/Setembro 2004.

BRAZTOA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS OPERADORAS TURÍSTICAS. **Excelência em turismo: aprendendo com as melhores experiências internacionais**. 2005. Disponível em: <[http://www.braztoa.com.br/site/arquivos/pdfs/2005/caderno\\_de\\_subsidios\\_peru\\_novo.doc](http://www.braztoa.com.br/site/arquivos/pdfs/2005/caderno_de_subsidios_peru_novo.doc)>. Acessado em: 26/02/2008.

BUREAU BRASIL DE ECOTURISMO. 2007. **Missão**. Disponível em: <<http://www.bbeco.org/site/missao.asp>>. Acessado em: 18/05/2007.

BUTLER, R. **The concept of a tourist area of life cycle of evolution**: implications for management of resources. *Canadian Geographer*, 19 (1): 5-12. 1980.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. O ecoturismo como um fenômeno mundial. *In*. LINDBERG, K.; HAWKINS, D. **Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão**. 3 ed. São Paulo: SENAC, 2001.

CORTEZ, J. P. **Ecologia profunda aplicada ao ecoturismo**. Joinville, 2000. 14 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) - IV Encontro Nacional de Turismo de Base Local: redescobrimo a ecologia no turismo. Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus (IELUSC). Disponível em: <[http://redebonda.cbj.g12.br/ielusc/turismo/IVentbl/trab\\_area08\\_10.html](http://redebonda.cbj.g12.br/ielusc/turismo/IVentbl/trab_area08_10.html)>. Acessado em: 18/05/2007.

COTA, R. A. **Rotulagem ecológica: motivador potencial ao consumidor**. 2006. Disponível em: <<http://www.institutologosambiental.org.br/artigoCompleto.php?cdArtigo=5>>. Acessado em: 01/06/2007.

COSTA, A. C. G. da; SILVA, C. N. D. da. **Responsabilidade social corporativa**. 2005. Disponível em: <[www.esaber.com.br/responsabilidadesocial.22k](http://www.esaber.com.br/responsabilidadesocial.22k)>. Acessado em: 01/06/2007.

COUTS, A. **Turismo sustentável no sector de viagens de luxo: um exercício de RP ou uma iniciativa estratégica essencial?** 2005. Disponível em: <<http://www.ambitur.pt/site/news.asp?news=1213>>. Acessado em: 13/08/2007.

CUPETO, C. **Ecoturismo, a sustentabilidade do turismo no século XXI**. 2003. Disponível em: <<http://www.ciari.org/opiniao/ecoturismo.htm>>. Acessado em: 18/05/2007.

DEMOOR, E. **O jardim como currículo**. Revista Páteo, nº 13.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIÁRIO DO TURISMO. **A cada passageiro que viaja pela Vivaterra, é plantada uma árvore**. 2007. Disponível em: <<http://www.diariodoturismo.com.br/secundaria/noticias.asp?notid=4958>>. Acessado em 16/02/2007a.

DIÁRIO DO TURISMO. **2º Encontro Nacional de Empresas Zero Carbono ocorre com presença de operadoras**. 2007. Disponível em: <<http://www.diariodoturismo.com.br/secundarias/texto.asp?notID=6412>>. Acessado em 24/07/2007b.

DRUMM, A.; MOORE, A. **Desenvolvimento do ecoturismo: um manual para os profissionais de conservação**, Vol. I. Arlington: The Nature Conservancy, 2003.

ECOVIAGEM. **Código de práticas para operadoras de ecoturismo**. 2007. Disponível em: <[http://www.ecoviagem.com.br/ecoturismoresponsavel/mat\\_responsavel.asp?nivel=1&](http://www.ecoviagem.com.br/ecoturismoresponsavel/mat_responsavel.asp?nivel=1&)>. Acessado em: 01/06/2007.

FERRAZ, S. **TAM Viagens lança novos roteiros na Adventure Fair**. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/noticias/ult338u5247.shtml>>. Acessado em: 31/03/2007.

FOLHA ONLINE. **Falência da Soletur é reflexo do terrorismo nos EUA, diz ABIH**. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/noticias/ult338u1294.shtml>>. Acessado em 13/08/2007.

FONT, X. Environmental certification in tourism and hospitality: progress, process and prospects. **Tourism management**. Vol. 23, p. 197–205, 2002.

FRANGIALLI, F. **Código mundial de ética do turismo**: preparação para o novo milênio. 1999. Disponível em: <<http://rec.web.terra.com.br/hoteltur/codigo.htm>>. Acessado em: 01/06/2007.

FURTADO, A. **PCTS – Programa de certificação em turismo sustentável**. 2007. Disponível em: <<http://www.agenciaar.com.br/index.php?idcanal=28>>. Acessado em: 18/05/2007.

GOMES, A. N. **Sustentabilidade de empresas de base florestal**: o papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais. Viçosa: UFV, 2005.

HOLLAENDER, A.; SANDERS, S. **The landmark dictionary: English/Portuguese**. São Paulo: Moderna, 1996.

HOLLANDA, J. **Turismo**: operação e agenciamento. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2003.

HONEY, M. **Ecoturismo e desenvolvimento sustentável**: a quem pertence o paraíso? Island Press. 1999.

INSTITUTO ECOBRASIL – Ecoturismo e Turismo Sustentável. **Conceitos de ecoturismo.** 2006. Disponível em: <<http://www.ecobrasil.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=10&sid=5>> . Acessado em: 01/06/2007.

KISS, A. Is community-based ecotourism a good use of biodiversity conservation funds? **Trends in ecology and evolution.** Vol. 19, n. 5, May 2004.

KOHLRAUSCH, A. K. **A rotulagem ambiental no auxílio à formação de consumidores conscientes.** Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <[www.teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/11465.pdf](http://www.teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/11465.pdf)>. Acessado em: 26/02/2008.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. [trad. Contexto Traduções]. – São Paulo: Aleph, 2000.

LAVORATO, M. L. de A. **Ecoturismo.** 2007. Disponível em: <[www.maisprojetos.com.br/conteudos/temas/mkt\\_verde/ecoturismo.pdf](http://www.maisprojetos.com.br/conteudos/temas/mkt_verde/ecoturismo.pdf)>. Acessado em: 25/07/2007.

LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. [trad. de Lúcia Mathilde Endlich Orth] – Petrópolis : Vozes, 2001.

LIM, C.; McALEER, M. Ecologically sustainable tourism management. **Environmental modeling & software.** Vol. 20, p. 1431-1438, 2005.

LOUREIRO, L. V. **Resort e ecoturismo:** sinergia positiva ou negativa? Salvador: 2005. Dissertação (mestrado profissional). Escola de Administração. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <[www.adm.ufba.br/pub/publicacao/5/MPA/2005/372/leonardo\\_vasconcellos\\_loureiro.pdf](http://www.adm.ufba.br/pub/publicacao/5/MPA/2005/372/leonardo_vasconcellos_loureiro.pdf)>. Acessado em: 26/02/2008.

MAIMON, D. **ISO 14001**: passo a passo da implantação nas pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MAMANI, E. D. **Sistema de manejo de resíduos sólidos em hospitais (SIMARSH)**: metodologia de avaliação. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Saúde Ambiental.

MASTNY, L. Redirecionando o turismo internacional. *In*: FLAVIN, C. **O estado do mundo**. Especial Rio+10. Salvador: Universidade Livre da Mata Atlântica/UNESCO, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cidades sustentáveis**: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000. Disponível em: <[www.ibam.org.br/publique/media/cidades.pdf](http://www.ibam.org.br/publique/media/cidades.pdf)>. Acessado em: 26/02/2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Apresentação. Brasília: 2002. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acessado em: outubro de 2003.

MORAES, W. V. de. **Agência de ecoturismo**: estrutura, operação e elaboração de roteiros. Viçosa: CPT, 2002.

NIEFER, I. A.; SILVA, J. C. G. L. Critérios para um ecoturismo ambientalmente saudável. **Cadernos da Biodiversidade**, Curitiba, V. 2, n. 1, p. 53-61. 1999.

NOVAES, L.; CARVALHO, M. **Código de conduta do operador turístico sustentável**. São Paulo, 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Ecoturismo) – SENAC. Disponível em <[www.ecoviagens.com.br/ecestudos/operador](http://www.ecoviagens.com.br/ecestudos/operador)>. Acessado em: 31/05/2007.

OLIVEIRA, J. B. B. de. **Ecoturismo e desenvolvimento sustentável**. 2005. Disponível em:

<<http://www.monografias.com/trabajos27/ecoturismo/ecoturismo.shtml>>. Acessado em: 01/06/2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Código mundial de ética do turismo: preparação para o novo milênio.** 1999. Disponível em: <<http://rec.web.terra.com.br/hoteltur/codigo.htm>>. Acessado em: 01/06/2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Iniciativas voluntárias para o turismo sustentável:** inventário mundial e análise comparativa de 104 selos ecológicos, prêmios e iniciativas de autocomprometimento. Departamento de Desenvolvimento do Turismo Sustentável; [trad. Gabriela Scuta Fagliari]. – São Paulo: Roca, 2004.

ORTOLAN, J. **Considerações sobre a ética no turismo e o código mundial de ética no turismo.** Piracicaba, 2004. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Núcleo de Pesquisas e Informações Turísticas. Instituto Educacional Piracicabano. Disponível em: <<http://www.unimep.br/fgn/apoikia/Resumos%20de%20Monografias/Juliana%20Ortolan>>. Acessado em: 01/06/2007.

PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo.** São Paulo: Editora SENAC, 2002.

PROCHNOW, G. G. **Projeto de marca para certificação ecoturística.** Trabalho bimestral para a disciplina Projeto Visual I, não publicado (Desenho industrial: habilitação em programação visual). Curitiba: UnicenP, 2007.

PCTS-PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL. 2007. **Referências e diretrizes do programa de certificação em turismo sustentável.** Disponível em: <[http://www.pcts.org.br/pubpcts/media/Referencias\\_Diretrizes\\_PCTS\\_V6.pdf](http://www.pcts.org.br/pubpcts/media/Referencias_Diretrizes_PCTS_V6.pdf)>. Acessado em: 01/06/2007.

REMOLINS, E. Turismo “à Roddick”. **Opinion Sur.** Revista eletrônica. Ano V, n. 43. 21/03/2007. Disponível em: <<http://www.surnorte.org.ar/oporto/43-2.htm>>. Acessado em: 13/08/2007.

ROCHA, D. **Avanços do ecoturismo.** 2007. Disponível em: <<http://ambienteemfoco.com.br/?p=3900>>. Acessado em: 18/05/2007.

ROLIM DE MOURA, L. F. **Boletim informativo – Programa de Certificação em Turismo Sustentável.** 2004. Disponível em: <<http://www.gestaoambiental.com.br/articles.php?id=30>>. Acessado em: 18/05/2007.

ROSS, Sheryl, WALL, Geoffrey. **Ecoturism: towards congruence between theory and practice.** Tourism Management. 20. 123-132. 1999.

RUSCHMANN, D. V. D. M. **Turismo, meio ambiente, sociedade e cultura.** In: Turismo: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

RUSCHMANN, D. V. D. **Turismo no Brasil: análise e tendências.** Barueri: Manole, 2002.

RUSSO, C. R. **(Eco)Turismo e educação ambiental.** Campo Grande: UniABC, 2002.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI.** Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

SALVATI, S. S. **Turismo responsável: manual para políticas locais.** Brasília: WWF-Brasil, 2004.

SANTOS, A. S. R. Ecoturismo e desenvolvimento. **O Estado do Paraná,** Curitiba, 31/10/1999. Caderno agrícola. Disponível em: <<http://www.ultimaarcadenoe.com/artigo5.htm>>. Acessado em 25/07/2007.

SEIFFERT, M. E. B. **ISO 14001 – sistema de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica.** São Paulo: Atlas, 2005.

SERRANO, C. **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo : Chronos, 2000.

SHORES, J.N. **The challenge of ecotourism: a call for higher standards**. Paper presented at the Fourth World Congress on Parks and Protected Areas, Caracas, Venezuela, 10–21 February. 1992.

SOIFER, J. **Empreender turismo e ecoturismo**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

TOMELIN, C. A. **Mercado de agências de viagens e turismo: como competir diante das novas tecnologias**. São Paulo: Aleph, 2001.

TRANSALAGOAS. **Logo “Viajar é Preservar”**. 2007. Disponível em: <[www.transalagoas.com.br/preserva.htm](http://www.transalagoas.com.br/preserva.htm)>. Acessado em: 03/08/2007.

TROUMBIS, A. Y. **Environmental labelling on services: the case of tourism**. *Ekistics*. n.348/349, maio/jun./jul./ago. 1991.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. São Paulo: Aleph, 2001.

WERBLOWSKY, E. *Repudio al ecoturismo maquillado*. **Gerencia de Viajes**. Bogotá, vol. 14, n. 4, Agosto/Septiembre 2006. Nota da entrevista.

WWF-Brasil. **Certificação em turismo**. 2008. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br/projetos/>>. Acessado em: 22/01/2008.

YASOSHIMA, J. R. **O desenvolvimento histórico das viagens e do turismo**. Santo André: Universidade do Grande ABC, 2000.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A - Esboço de planejamento, comercialização e operação de um roteiro turístico com destino a Chapada dos Guimarães e Pantanal Matogrossense**

## APÊNDICE A - Esboço de planejamento, comercialização e operação de um roteiro turístico com destino a Chapada dos Guimarães e Pantanal Matogrossense.

|                   |   |
|-------------------|---|
| Características   | Roteiro de 12 dias que alia numa só viagem dois dos maiores atrativos do coração do Brasil (Centro–Oeste): a Chapada dos Guimarães com <b>cachoeiras</b> e imensos <b>paredões</b> , e o Pantanal, um <b>espaço</b> que reúne a possibilidade de contato com a <b>natureza selvagem</b> . O período ideal para a viagem é entre março e novembro.   |
| Público-alvo      | Pessoas com motivações para a <b>natureza</b> e turistas estrangeiros de modo geral, aventureiros e também pessoas em busca de sensações <b>místicas</b> .  |
| Roteiro resumido  | Viagem de 12 dias para a Chapada dos Guimarães e o Pantanal Matogrossense (parte norte), com <b>transporte aéreo</b> de ida e volta da origem para Cuiabá, onde se darão os primeiros <b>pernoites</b> . De Cuiabá, o grupo parte em <b>micro-ônibus</b> para a Chapada dos Guimarães, já acompanhado de <b>guia especializado</b> e acomodação em <b>pousada</b> . Estão previstos <b>banhos de cachoeira</b> , <b>caminhadas</b> , <b>exploração de cavernas</b> e <b>visitas a lugares de natureza exuberante</b> , considerados de grande poder energizador. No 8º dia, traslado (em <b>micro-ônibus</b> ) para Poconé, para acomodação em <b>Hotel</b> . No Pantanal, estão previstos <b>caminhada ecológica</b> acompanhada por <b>guia especializado</b> , <b>safári fotográfico</b> em <b>jipe</b> , passeios de <b>charrete</b> , <b>cavalo</b> ou <b>barco</b> pelo <b>rio Cuiabá</b> e <b>safári noturno p/ focagem da fauna</b> .   |
| Roteiro detalhado | <p><b>1º Dia – Origem/Cuiabá</b><br/>Apresentação no aeroporto da cidade de origem uma hora antes do embarque do <b>vôo</b> com destino a Cuiabá. Chegada em momento oportuno e <b>traslado</b> para o <b>hotel</b>. <b>Jantar</b> e <b>pernoite</b>.</p> <p><b>2º Dia – Cuiabá</b><br/><b>Café da manhã</b> no <b>hotel</b> e dia livre para atividades independentes. Vide Opcionais em Cuiabá (o hotel oferece <b>micro-ônibus</b> e <b>guia</b> grátis). <b>Almoço</b> e <b>jantar</b> no <b>hotel</b>. <b>Pernoite</b>.</p> <p><b>3º Dia – Cuiabá/Chapada dos Guimarães</b><br/><b>Café da manhã</b> no <b>hotel</b> em Cuiabá. Partida em <b>micro-ônibus</b> para a Chapada dos Guimarães, que dista 60 km de Cuiabá. Durante o percurso, parada para conhecer o <b>artesanato indígena</b> e visita ao <b>Mirante</b> do Centro Geodésico da América do Sul, de onde se tem uma magnífica <b>vista panorâmica da planície pantaneira</b>. Recepção na <b>pousada</b>, que oferece sauna, piscinas e acesso a <b>trilhas</b> que levam a <b>penhascos</b>, e onde todos os aposentos têm varanda com <b>vista para os paredões</b> da Chapada. Saída para <b>jantar</b> em <b>restaurante típico</b>.</p> <p><b>4º Dia – Chapada dos Guimarães</b><br/><b>Café da manhã</b> na <b>pousada</b>. Saída em <b>micro-ônibus</b> rumo ao <b>Parque Nacional</b> para visita ao <b>Caminho das Águas</b> e <b>exploração de grutas</b> e <b>caminhadas ecológicas</b> pelas <b>trilhas</b> junto às <b>cachoeiras</b> Andorinhas, Sete de Setembro, Pedra Furada e Cachoeirinha. A grande atração, o <b>Véu da Noiva</b>, uma impressionante <b>cachoeira com 86 m de queda livre</b>. Tempo livre para <b>banho</b>. <b>Almoço</b> no local. Retorno à <b>pousada</b>, <b>jantar</b> e noite livre. <b>Pernoite</b>.</p> <p><b>5º Dia – Chapada dos Guimarães</b><br/>Após o <b>café da manhã na pousada</b>, partida para a <b>Cidade de Pedras</b>, que fica no Parque Nacional. De lá, podem-se observar as <b>magníficas formações rochosas esculpidas pelo vento e pela chuva</b>, formando um conjunto arquitetônico natural que lembra o perfil de uma cidade. O local já serviu de cenário para novelas. Visita ao <b>Portão do Inferno</b>, um <b>despenhadeiro de 400 m de altura</b>, considerado um dos maiores pontos de <b>energia</b> da região. Tempo livre para <b>banho no Córrego da Paciência</b>. Retorno à <b>pousada</b> no final da tarde. <b>Jantar</b> e noite livre. <b>Pernoite</b>.</p> <p><b>6º Dia – Chapada dos Guimarães</b><br/>Após o <b>café da manhã na pousada</b>, saída para conhecer o <b>morro</b> de São Jerônimo, o mais alto da Chapada. Os <b>ufólogos</b> acreditam que o local seja usado como campo de pouso para discosvoadores. <b>Banho na Cachoeira dos Namorados</b>. <b>Almoço</b> no local. Retorno à <b>pousada</b>. Restante do dia e noite livres. <b>Jantar</b> e <b>pernoite</b>.</p> <p><b>7º Dia – Chapada dos Guimarães</b><br/>Após o <b>café da manhã</b> na <b>pousada</b>, saída para <b>explorar a Caverna Aroe Jari</b>. O acesso é por <b>estrada de terra</b> e é preciso vencer uma <b>trilha</b> de 2,5 km <b>cerrado</b> adentro até chegar à <b>caverna</b>. Recomenda-se o uso de calçado apropriado. Na caverna está a famosa <b>Lagoa Azul</b>, uma <b>piscina natural de águas azuis e cristalinas</b>. <b>Lanche</b> reforçado no local. À tarde, retorno a <b>pousada</b>, com noite livre. <b>Pernoite</b>.</p> <p><b>8º Dia – Chapada dos Guimarães/Pantanal</b><br/>Após o <b>café da manhã</b> na <b>pousada</b>, saída para <b>traslado</b> da Chapada dos Guimarães até Poconé (distância cerca de 200 km). Chegada e acomodação no <b>Hotel Sesc Porto Cercado</b>, localizado no Pantanal de Poconé e Porto Cercado. <b>Almoço</b> no <b>hotel</b>. Tarde e noite livres. O hotel tem piscina ao ar livre, bares, dois restaurantes, sala de vídeo e TV, salões de jogos, salão recreativo/cultural</p> |

(Continua)

(continuação do Apêndice A)

|                           |  |
|---------------------------|--|
| Roteiro detalhado (cont.) | <p>sala de cinema e loja de conveniência.</p> <p><b>9º Dia – Pantanal</b><br/>Após o <b>café da manhã</b> no <b>hotel</b>, saída para <b>caminhada ecológica</b>, acompanhada por <b>guia</b> especializado. Retorno ao <b>hotel</b> para <b>almoço</b>. À tarde, <b>safári fotográfico</b> em <b>jipe</b>. Retorno ao <b>hotel</b> no fim da tarde. Fim da programação do dia. <b>Jantar e pernoite</b>.</p> <p><b>10º Dia – Pantanal</b><br/><b>Café da manhã</b> no <b>hotel</b>. Programação do dia inteiramente livre. Sugestão para fazer passeios de <b>charrete</b>, <b>cavalo</b> ou <b>barco</b> pelo <b>rio Cuiabá</b>. Após um <b>lanche</b>, <b>safári noturno para focagem da fauna local</b>. <b>Ceia</b> no retorno ao <b>hotel</b>. <b>Pernoite</b>.</p> <p><b>11º Dia – Pantanal</b><br/><b>Pensão completa</b> no <b>hotel</b>, em razão da programação do dia ser livre. Vide passeio opcional em Observações. <b>Pernoite</b>.</p> <p><b>12º Dia – Pantanal/Cuiabá/Origem</b><br/>Após o <b>café da manhã</b> no <b>hotel</b>, partida com destino ao aeroporto de Cuiabá, para apresentação para embarque com uma hora de antecedência para o <b>vôo</b> com destino à origem. Fim dos serviços.</p> |
| Roteiro inclui            | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Passagem</b> aérea origem/Cuiabá/origem.</li> <li>- <b>Hospedagem</b> em pousada (na Chapada) e hotel (no Pantanal).</li> <li>- Todos os <b>traslados</b>.</li> <li>- <b>Transporte</b> e <b>guia</b> em Cuiabá, oferecidos pelo hotel, para passeio pela cidade.</li> <li>- <b>Ingressos</b> para as atrações incluídas no roteiro da Chapada dos Guimarães.</li> <li>- Serviço de <b>guia especializado</b> na Chapada dos Guimarães.</li> <li>- <b>Pensão completa</b>: café da manhã, almoço (ou lanche, em caso de refeição em trânsito) e jantar, com direito a uma bebida não-alcoólica no almoço (ou lanche) e no jantar.</li> <li>- No Pantanal, <b>caminhada ecológica</b>, <b>safári fotográfico</b>, <b>passeios de charrete</b>, <b>cavalo</b> ou <b>barco</b> no <b>rio Cuiabá</b> e <b>safári noturno para focagem da fauna local</b>, sempre acompanhada por <b>guia</b> especializado.</li> </ul>   |
| Roteiro exclui            | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Extras e despesas de caráter pessoal, tais como: telefonemas, lavanderia, frigobar, etc.</li> <li>- Gorjetas a carregadores e, no caso de excursões, gorjeta para o guia e condutor dos meios de transporte.</li> <li>- Atividades no hotel no Pantanal.</li> <li>- Passeios não mencionados no roteiro, tidos como opcionais.</li> </ul>   |
| Observações               | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Gastronomia local</b>: os peixes (pacu, dourado, pintado) compõem a maioria dos pratos típicos da região, fritos, ao natural ou cobertos com farinha de mandioca. A carne assada com frutas, servida com farinha de mandioca e bananas, é outra receita tradicional.</li> <li>2. Na Chapada dos Guimarães, nos quiosques próximos às cachoeiras, são vendidas <b>imagens de São Francisco de Assis</b>, feitas por crianças de Poconé, uma das melhores lembranças para levar do local.</li> <li>3. No Pantanal é possível contratar <b>aviões</b>, tipo monomotor, que fazem um sobrevôo de uma hora em média sobre a região pantaneira. Não incluído no pacote.</li> </ol>  |
| Recomendações             | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Protetor solar e chapéu (ou boné) durante as caminhadas.</li> <li>- Repelente contra o “pólvora”, um mosquito que aparece pela manhã e ao entardecer.</li> <li>- O Ibama proíbe o <b>banho em cachoeiras</b> para quem usar repelente e/ou protetor solar.</li> <li>- Roupas leves, dois pares de tênis confortáveis para caminhadas.</li> <li>- Binóculos, máquina fotográfica digital e/ou filmadora.</li> <li>- Mochila ou frasqueira para lanche e água.</li> <li>- Agasalho leve (entre maio e setembro) para as noites mais frias.</li> </ul>   |
| Opcionais em Cuiabá       | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Rios Cuiabá e Coxipó com <b>praias</b>.</li> <li>- <b>Morro da Luz</b> no centro da cidade.</li> <li>- <b>Zoológico</b> da UFMG, com <b>a fauna</b> do Pantanal (não funciona às 2ª feiras).</li> <li>- <b>Museu Indígena Marechal Cândido Rondon</b>, na Cidade Alta (aberto das 8h às 17h).</li> <li>- Mostra de <b>artesanato</b> de 35 tribos indígenas.</li> <li>- <b>Aquário Municipal</b>, com várias espécies de peixes do Pantanal.</li> <li>- <b>Vida noturna</b>, com inúmeros bares, danceterias e choperias com música ao vivo e dança regional.</li> </ul>  |

Fonte: adaptado de HOLLANDA (2003).

Onde: Atrativos histórico-culturais representados pela cor **marrom**; Atrativos naturais representados pela cor verde-claro e Componentes (serviços turísticos) representados pela cor azul-claro.

## **ANEXOS**

**ANEXO A – Recomendações para a Implementação do Ecoturismo indicados pela Declaração de Quebec**

**ANEXO B – Selo “Deixe o mogno na floresta amazônica – não faça dele seu móvel”**

**ANEXO C – Selo “A cada viajante a Freeway planta 1 árvore na mata atlântica”**

**ANEXO D – Selo “TOI – *Tour Operators Initiative for Sustainable Tourism Development - UNEP – UNESCO - WTO*”**

**ANEXO E – Sugestões de Selo Verde para Certificação de Roteiros Ecoturísticos**

## **ANEXO A – Recomendações para a Implementação do Ecoturismo indicados pela Declaração de Quebec**

A. Governos (nacionais, regionais e locais) devem:

[...]

7. Utilizar manuais de utilidade e eficiência consagradas para servir de base para processos de certificação, adoção de selos verdes e outras iniciativas voluntárias promovidas em nome da sustentabilidade do ecoturismo. É necessário encorajar os operadores a se unir a tais iniciativas e promover o seu reconhecimento por parte dos consumidores. Os sistemas de certificação da atividade, no entanto, devem ser sempre: seguir critérios regionais; promover capacitações; e fornecer apoio financeiro de forma a se tornarem acessíveis também aos pequenos e médios operadores. Uma série de critérios e métodos é necessária para que estes esquemas atinjam seu objetivo;
8. Garantir o acesso ao desenvolvimento dos recursos técnicos, financeiros e humanos para micro, pequenas e médias operadoras, que são a base do ecoturismo, de forma a lhes garantir o estabelecimento, crescimento e desenvolvimento de uma maneira sustentável;  
[...]
10. Incluir as micro, pequenas e médias operadoras de ecoturismo, assim como aquelas de base comunitária, na estratégia promocional e programas desenvolvidos pelas empresas nacionais de turismo, tanto no mercado nacional como internacional;
11. Desenvolver redes regionais para a promoção e marketing de produtos de ecoturismo em nível nacional e internacional;
12. Criar incentivos para que os operadores de turismo tornem suas atividades mais ambiental, social e culturalmente responsáveis;  
[...]
15. Apoiar o desenvolvimento de princípios internacionais, manuais e códigos de ética para o turismo sustentável fortalecendo as políticas nacionais e internacionais que utilizam o conceito de desenvolvimento sustentável na atividade;

[...]

18. Promover a colaboração entre operadores de turismo, demais prestadores de serviços e ONGs para permitir a educação de turistas e influenciar seu comportamento nos destinos, especialmente em países em desenvolvimento;

[...]

B. Ao setor privado cabe:

20. Planejar, desenvolver e conduzir seus empreendimentos minimizando impactos e contribuindo para a conservação de ecossistemas sensíveis, do meio ambiente em geral e levando benefícios às comunidades tradicionais e locais;
  21. Ter em mente que, para ser sustentável, um empreendimento de ecoturismo precisa ser rentável às partes envolvidas, incluindo proprietários, investidores, gerentes e empregados, assim como às comunidades e às organizações de conservação presentes na área onde a atividade é desenvolvida;
  22. Garantir que a utilização de materiais, planejamento e operações incorporem os princípios da sustentabilidade, como conservação da água, energia e materiais;
  23. Adotar formas confiáveis de regulação voluntária, como selos verdes, de forma a demonstrar aos seus potenciais clientes o seu real compromisso com os princípios da sustentabilidade;
- [...]
25. Aumentar o uso de materiais, produtos, logística e recursos humanos locais em suas operações de forma a manter a autenticidade da atividade de ecoturismo e ampliar os benefícios financeiros ao destino. Para que isso seja possível, é necessário também que se invista no treinamento e na capacitação da mão-de-obra local;
  26. Trabalhar ativamente com lideranças tradicionais para garantir que suas comunidades e culturas sejam tratadas com respeito e que seu quadro de funcionários e clientes seja bem informado a respeito das áreas tradicionais, de seus costumes e história;

27. Garantir que a cadeia de produtos e serviços que compõem a operação de ecoturismo seja sustentável e compatível com o nível de sustentabilidade exigido ou esperado pelo consumidor;
28. Trabalhar ativamente com lideranças tradicionais e com comunidades locais para garantir que elas sejam tratadas com respeito e que os turistas tenham informações a respeito delas;
29. Promover entre seus clientes, os turistas, uma forma consciente de comportamento dando-lhes a oportunidade de participar de experiências de educação ambiental e de conviver com pessoas de outras culturas. Assim como contribuições voluntárias às comunidades locais e às atividades de conservação realizadas na região devem ser encorajadas;
30. Gerar um nível de consciência entre funcionários por meio de aulas de educação ambiental e dar suporte ao trabalho que eles e suas famílias realizam em nome da conservação, de desenvolvimento econômico da comunidade e na redução da pobreza;
31. Diversificar suas ofertas desenvolvendo um portfólio de atividades turísticas e estendendo suas visitas a locais de forma a disseminar o potencial de ecoturismo destas regiões e evitar que um determinado local seja super-explorado e sua sustentabilidade colocada em perigo. Para tanto, as operadoras devem respeitar e contribuir para o estabelecimento de limites de visitas de cada local;  
[...]
33. Formular e implementar políticas para a sustentabilidade com uma visão para aplicá-las em cada parte da operação do turismo;  
[...]

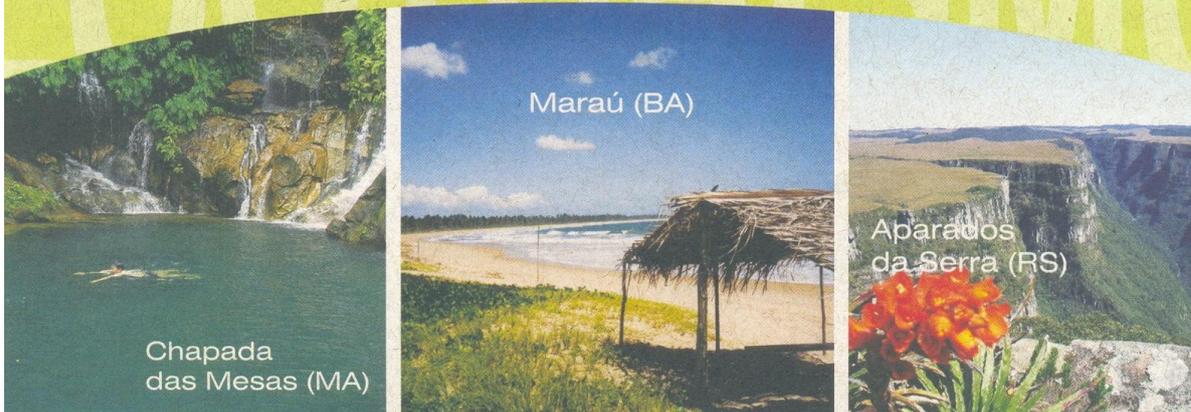
D. Às instituições internacionais de financiamento e agências de assistência ao desenvolvimento deverão:

- [...]
40. Desenvolver padrões mundiais e mecanismos para sistemas de certificação do ecoturismo que considerem empreendimentos de pequeno e médio portes e a eles facilite o seu acesso;  
[...]

43. Adaptar, sempre que necessário, suas formas de financiamento e empréstimo às micro, pequenas e médias operadoras de ecoturismo, que são a base da atividade, de forma a garantir sua sustentabilidade econômica a longo prazo [...].

**ANEXO B – Selo “Deixe o mogno na floresta amazônica – não faça dele seu móvel”**

Você busca uma viagem onde se sinta pertencendo? Encontrando **pessoas incríveis**, parecendo ser uma grande coincidência? E onde os que te recebem têm o feeling para **dosar atividade e relax**? Provando ainda os pratos típicos da região, em um **ambiente leve e charmoso**? E se além de tudo isso a sua visita gerar riqueza para os moradores locais, respeitando sua cultura? Melhor ainda não é? Assim é viajar **Freeway, onde você é muito mais que um turista.**



Hotéis Parceiros - A Freeway cuidando bem de você



Ariaú Amazon Towers (AM) - Safari Korubo no Jalapão (TO) - Itacaré Village (BA) - Coltur PERU



## ANEXO C – Selo “A cada viajante a Freeway planta 1 árvore na mata atlântica”

**Você sabia que viajar Freeway faz bem para o Mundo?**

A cada viajante, nós plantamos uma árvore na *Mata Atlântica*; apoiamos financeiramente projetos sociais como o *Projeto Griô*, na Chapada Diamantina; fazemos campanhas de conscientização como a *Contra a Exploração Sexual de Crianças no Turismo* e até a impressão deste anúncio é feita em *papel reciclado*. Na sua próxima viagem, consulte o seu agente e a sua consciência. Porque com a Freeway, *viajar também é preservar!*

**Para saber mais: [www.freeway.tur.br](http://www.freeway.tur.br)**

---

**FREEWAY EXPLORER - VIAGENS INTERNACIONAIS ABR/MAI/JUN**

**7 dias**  
3XUS\$563

**Machu Picchu**



**9 dias**  
3XUS\$693

**Deserto do Atacama**

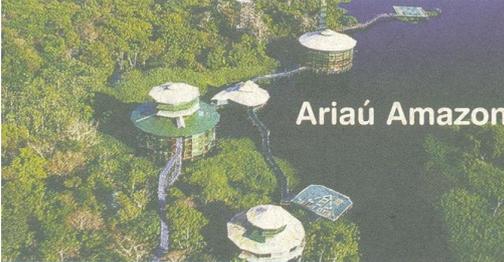


---

**HOTÉIS PARCEIROS - É A FREEWAY CUIDANDO BEM DE VOCÊ**

**5 dias**  
5XR\$581

**Ariaú Amazon Towers**



**7 dias**  
5XR\$551

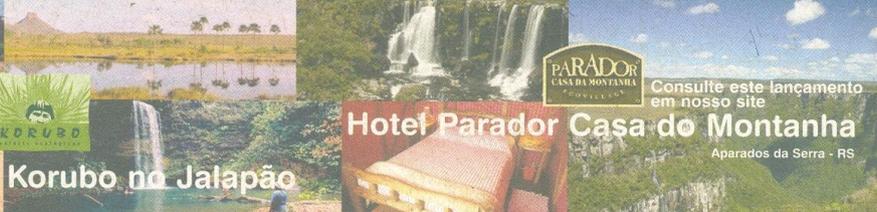
**Safári Korubo no Jalapão**



**Hotel Parador Casa do Montanha**

Consulte este lançamento em nosso site

Aparados da Serra - RS



---

  
Amazonia

  
Borito

  
Pantanal

  
Belém



  
Marau

  
Lençóis Maranhenses



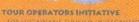


---

**Para saber mais: [www.freeway.tur.br](http://www.freeway.tur.br) ou (11)5088 0999**

  
A cada viajante a Freeway planta 1 árvore na Mata Atlântica

  
CAMPAIGNA CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS NO TURISMO

  
TOUR OPERATORS INITIATIVE FOR SUSTAINABLE BUSINESS DEVELOPMENT



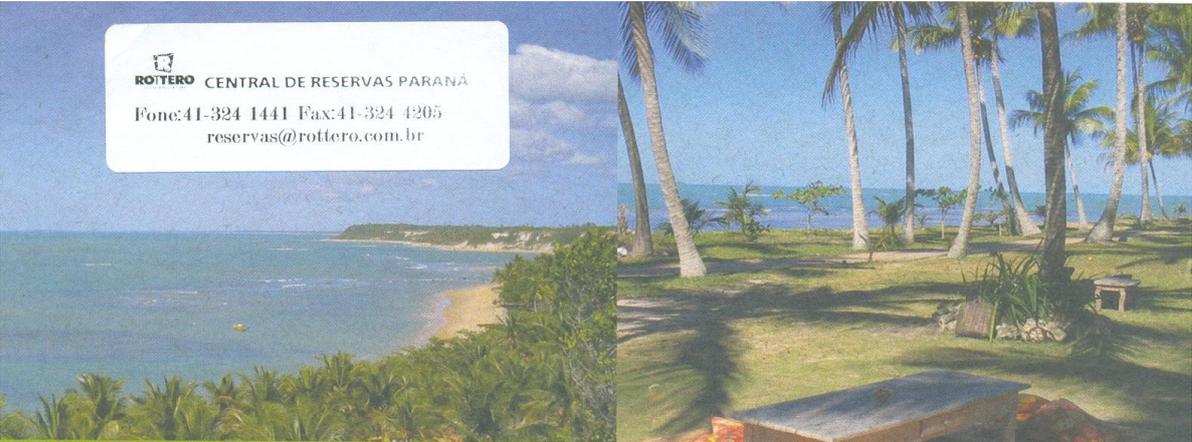


  
a 1ª em ecoturismo

**ANEXO D – Selo “TOI – Tour Operators Initiative for Sustainable Tourism Development - UNEP – UNESCO - WTO”**



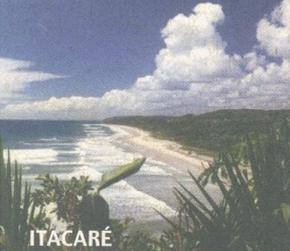
**CENTRAL DE RESERVAS PARANÁ**  
 Fone: 41-324 1441 Fax: 41-324 4205  
 reservas@roitero.com.br



**PROMOÇÃO DO MÊS Praia do Espelho (BA) 8 dias a partir de 5 x R\$ 300**

# FREEWAY ADVENTURES

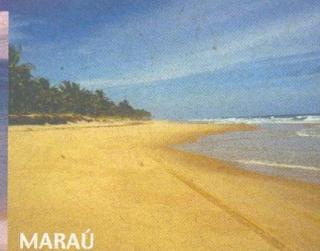
## 21 ANOS DE GRANDES VIAGENS EM TODO O BRASIL



**ITACARÉ**



**LENÇÓIS MARANHENSES**



**MARAU**



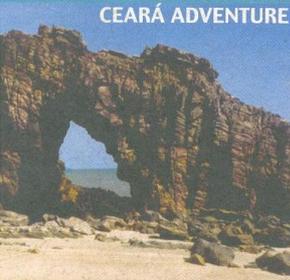
**BONITO**

Só se pratica o **ECOTURISMO** quando se minimizam os impactos na natureza e se melhora a qualidade de vida das comunidades locais

**PARA SEU CONFORTO  
 TODOS OS MELHORES  
 PASSEIOS JÁ ESTÃO  
 INCLUÍDOS**



**BALEIAS FRANCA NA PRAIA DO ROSA**



**CEARÁ ADVENTURE**



a cada viajante a  
**FREEWAY**  
 planta 1 árvore



**ECPAT**



**TOUR OPERATORS INITIATIVE  
 FOR SUSTAINABLE TOURISM DEVELOPMENT**  
 UNEP UNESCO WTO





**FreeWay Adventures**  
 a 1ª em ecoturismo  
*Cuidando do planeta. Cuidando de você*

**WWW.FREEWAY.TUR.BR T. 11 5088 0999**

## ANEXO E – Sugestões de Selo Verde para Certificação de Roteiros Ecoturísticos



Figura 3 - Modelo A de Selo Verde para certificação de Roteiros Ecoturísticos.

Fonte: PROCHNOW, Guilherme G., 2007.



Figura 4 – Modelo B de Selo Verde para certificação de Roteiros Ecoturísticos.

Fonte: PROCHNOW, Guilherme G., 2007.



Figura 5 – Modelo C de Selo Verde para certificação de Roteiros Ecoturísticos.

Fonte: PROCHNOW, Guilherme G., 2007.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)